



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, LÍNGUAS CLÁSSICAS E PORTUGUÊS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

O JORNAL **=BOCA DE RUA=** ESPAÇO DE POSSIBILIDADES
PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REFLEXÃO
DISCURSIVA CRÍTICA

Andreia Alves dos Santos

Brasília – DF
2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, LÍNGUAS CLÁSSICAS E PORTUGUÊS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

O JORNAL **=BOCA DE RUA=** ESPAÇO DE POSSIBILIDADES
PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REFLEXÃO
DISCURSIVA CRÍTICA

Andreia Alves dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestra em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientadora: Dra. Viviane de Melo Resende – Universidade de Brasília

Brasília, Julho de 2013.

O JORNAL **=BOCA DE RUA=** ESPAÇO DE POSSIBILIDADES
PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REFLEXÃO
DISCURSIVA CRÍTICA

Andreia Alves dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra, na área de concentração Linguagem e Sociedade, defendida no dia 22 de julho de 2013 diante da banca examinadora constituída pelas professoras:

Dra. Viviane de Melo Resende

Universidade de Brasília (UnB/PPGL) – Presidenta da banca

Dra. Denize Elena Garcia da Silva

Universidade de Brasília (UnB/PPGL) – membro interno

Dra. Carmem Jená Caetano

Faculdade de Ceilândia (UnB/FCE) – membro externo

Dra. Viviane Cristina Vieira Sebba Ramalho

Universidade de Brasília (UnB/PPGL) – membro suplente

Ao meu pai Celestial **Jeová Deus**, minha certeza de justiça e de promessas inquebráveis.

À minha amada mãe **Delci**, minha fortaleza terrestre e companheira de tudo.

À minha Mestra **Vivi**, meu pilar de sustentação nessa jornada.

Aos membros do **Boca**, meu exemplo de superação.

AGRADECIMENTOS

Esse momento é muito especial. Por essa razão, há muito a agradecer! Tantas e tantas pessoas que me ajudaram nessa jornada árdua, contudo repleta de aprendizados! Mas, cheguei ao final, não é?! Não poderia começar estes agradecimentos se não por Aquele que me possibilitou estar aqui: Nosso Amado Pai Celestial **Jeová** Deus. Entre tantos altos e baixos que a vida me impôs, me permitiu mais esse momento de alegria e vitória. Que por intermédio de minhas atitudes e palavras eu possa honrá-lo e, de alguma maneira, refletir suas qualidades! Obrigada por me amar mesmo tendo privilegiado as atividades seculares.

Meus sinceros agradecimentos à minha mãe **Delci Alves dos Santos**, a quem devo o que sou hoje. Obrigada, mãe, por seus ensinamentos e cuidado. Obrigada por me ajudar na criação da outra grande razão da minha vida: a pequena **Laura Santos Nister Pessoa**. Perdoe-me Pequena, pelas ausências necessárias. E obrigada por ter insistido pela minha atenção. Essa é a minha certeza de que sou importante para ti. Nossa vida sempre foi uma sucessão de batalhas travadas, não é?! Ainda bem que a grande maioria delas vencida! Por isso, nunca se esqueçam de que eu as amo assim: DE MONTÃO!

Meus agradecimentos não poderiam continuar senão de onde tudo começou na Academia: em um curso de formação de professores/as onde tive o prazer de conhecer a professora **Erla Delane Almeida Fonseca Cassel**. Além de aprofundar meus estudos linguísticos, fui – por ela – indicada ao meu querido professor **Dioney Moreira Gomes** para compor o grupo de formadores/as do Programa Gestar. Nesse período, comecei a resgatar o que havia perdido: minha autoestima profissional-acadêmica. Em uma dessas viagens, conheci a minha mais que querida orientadora, a professora **Viviane de Melo Resende**, a quem carinhosamente chamo *Vivi*, que acreditou mais em mim que eu mesma e se hoje estou aqui, ela é a grande responsável! Obrigada pelo imenso aprendizado não só acadêmico, mas também humano! Que eu possa ser um terço do que és enquanto pessoa, profissional e pesquisadora! JAMAIS esquecerei o que fizeste por mim, viu?! Por intermédio dessa pessoa linda, tive o imenso prazer em conhecer minha colega e meu colega que constituem, comigo e a *Vivi*, o nosso grupo de pesquisa a **María Del Pilar Tobar Acosta** (minha queridona que com todo conhecimento que carrega, ainda é um ser humano *gente-da-gente*) e **Gersiney Pablo dos Santos** (com suas idiossincrasias e sua competência admirável). Jamais esquecerei o cuidado e carinho dispensados nos momentos críticos da jornada. Jornada essa que me possibilitou encontrar outras pessoas com as quais aprendi mais: **Fátima Carvalho**, **Risalva Bernardino**, **Vângela Fontenele**, **Anna Clara Viana**, **Sinara Bertholdo**, **Juliana Rabelo**, **Ailana Cota**, **Nara Sâmara**, **Carina Lima**, **Nathalia Costa**, **Thiago Biacchi**, **Gissele Alves** e **Roberta Ribeiro**. A todas/os vocês, meu MUITÍSSIMO Obrigada pelas lições aprendidas!

É claro que não posso esquecer as pessoas que cuidaram de mim, e ainda cuidam, nos mais variados campos da minha vida: não poderia deixar de citar meus queridos amigos-dentistas **Rodrigo** e **Bruno Vilela Faria** que mantiveram meu sorriso ainda mais lindo, adequando meu tratamento aos horários que me eram possíveis. Às minhas amadas amigas **Ana Maria Alves de Sousa Soares** (minha tia querida), **Cássia Braga**, **Tânia Borges**, **Mazenilde Muniz**, **Elisângela Alcione** e **Luiza Lima** pelo colo e palavras de apoio nas horas intermináveis de desespero. Aos amigos, **Marcos Aurélio Braga**, **Mohammad Said**, **Florindo Ribeiro**, **Marcos Vinícius do Nascimento**, **Diego Hilarino**, **Kleber Aparecido da Silva**, **Fábio Carvalho Mendes** e **Carlos Pacheco** (o **Juca**) pelo apoio e palavras de amizade e de incentivo. Às lindas **Ângela Souza** e **Renata Carvalho**, secretárias do PPGL, profissionais super competentes e prestativas! A todos/as os/as professores/as que muito me ensinaram e que eu tenho uma IMENSA gratidão pelas lições aprendidas, sem citar nenhum nome na tentativa de não ser indiferente a nenhum/a. Citarei, apenas ao meu primeiro e inesquecível **João Antonio Coelho** (*in memoriam*).

Quero estender meus cumprimentos à minha Banca-Diamante composta pelas professoras **Viviane Resende**, **Denize Elena Garcia da Silva**, **Carmem Jená Caetano** e **Viviane Ramalho** pelos preciosos apontamentos que somente contribuíram para o enriquecimento de minhas análises.

Por fim, e não menos importante, meu muito obrigada aos membros do *Boca de Rua*, em especial à **Rosina Duarte**, **Chico Fogaça Damiani** e **Luiz Abreu** que me receberam tão bem e que, mesmo em pouco tempo, me mostraram que vale, sim, apenas lutar em prol de mudanças, ainda que a estrutura grite ser impossível! Um beijo e um abraço respeitosos aos/às *participantes* desse projeto tão rico que contam o outro lado da história. História essa que muitos/as ainda se negam a ouvi-la, mas que não descansaremos enquanto não se tornar amplamente divulgada. Mais que isso, merecidamente reescrita!

Andreia Santos

“Não há nada mais ilusório que um fato óbvio”.

Sherlock Holmes

"O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza."

Boaventura de Souza Santos

Não importam as dores, as angústias, nem as decepções que vou ter que encarar. Escolhi ser verdadeira. No meu caminho, o abraço é apertado, o aperto de mão é sincero. Por isso, não estranhe a minha maneira de sorrir e de te desejar tanto bem. Eu sou aquela pessoa que acredita no bem, que vive no bem e que anseia o bem. É assim que eu enxergo a vida e é assim que eu acredito que vale a pena viver.

Clarice Lispector

RESUMO

Como resultado de uma investigação discursiva empreendida no âmbito do Mestrado em Linguística, a presente pesquisa analisa práticas sociodiscursivas ligadas à produção do jornal *Boca de Rua*. O objetivo da pesquisa foi examinar traços discursivos presentes no material empírico coletado que reproduzem ou redefinem discursos acerca de pessoas em situação de rua, de Porto Alegre, representadas no citado jornal. Para tanto, baseei-me, nos estudos críticos do discurso, especificamente na Análise de Discurso Crítica (ADC) desenvolvida por Fairclough (2001, 2003), Resende & Ramalho (2006, 2009), Ramalho & Resende (2011), em estreito diálogo com a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), com base em Halliday (2004), e no paradigma de pesquisa qualitativa de cunho emancipatório, à luz do Realismo Crítico proposto por Bhaskar (RESENDE, 2009). Os dados coletados são de natureza essencialmente documental, sendo complementados pelos dados gerados em trabalho de campo. Dessa maneira, o *corpus* analítico é composto de quatro textos veiculados no *Boca de Rua*, obedecendo um recorte temporal entre 2004 e 2010, todos ligados às chamadas de capa das respectivas edições em que foram publicados. Os dados complementares, por sua vez, são constituídos de notas de campo e entrevista focalizada com a coordenadora do jornal, o que possibilitou a ampliação de meu viés analítico. O tratamento dos dados foi feito, principalmente, à luz da categoria analítica *representação de atores sociais*. Na representação veiculada nos textos, a agência de pessoas em situação de rua representadas é mitigada dado o entrave entre a construção de uma *identidade de resistência* frente à *identidade legitimadora* que opera com raízes profundas no meio social (CASTELLS, 1999). O baixo grau de tecnologização discursiva na produção do jornal pode ser um fator dificultador na representação da ação desse grupo. Em contrapartida, essa mesma característica de produção configura-se como fator de promoção da ação de pessoas efetivamente em situação de rua na produção do jornal, que se torna recurso material e simbólico de natureza contra-hegemônica totalmente produzido por pessoas que se encontram em risco social.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; Situação de rua; *street paper*; *Boca de Rua*, representação.

ABSTRACT

As the result of a discursive investigation carried out in the Master's Program in Linguistics, the present study analyzed socio-discursive practices related to the production of *Boca de Rua* street paper. The aim of this research was to examine existing discursive traits in the empiric material that was collected, which reproduced or redefined discourses on people in street situation in Porto Alegre city, as they were represented in the street paper mentioned. For this purpose, I based myself on critical discourse studies, more specifically, Critical Discourse Analysis (CDA) developed by Fairclough (2001, 2003), Resende and Ramalho (2006, 2009), Ramalho and Resende (2011), in strict dialogue with Systemic Functional Linguistics (SFL), based on Halliday (2004), and I also used the qualitative research paradigm of emancipation character, from Critical Realism, as proposed by Bhaskar (RESENDE, 2009). Collected data essentially have a documental nature, being complemented by data generated by field work. Thus, the analytical *corpus* is composed of four texts published in *Boca de Rua*, following a timeline between 2004 and 2010. Each of the five texts was connected to the headlines of the respective issues in which they were published. Complementary data was constituted by notes taken in the field and interviewing the street paper coordinator, which enabled me to expand my analytical bias. The data was approached with the use of the analytical category of *the representation of social actors*. In the representation contained in the texts, the agency of people in street situation was mitigated due to the deadlock between building an *identity of resistance* and the *legitimizing identity* which operates with deep roots in the social environment (CASTELLS, 1999). The low degree of discursive technology in the production of this street paper may be a factor that hinders the representation of this group's actions. On the other hand, this same characteristic of production constitutes a factor of promotion of the action of people who are effectively in street situation and involved in the production of the paper. This becomes a material and symbolic resource of counter-hegemonic nature completely produced by people who find themselves in a situation of social risk.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Street situation; street paper; *Boca de Rua*, representation.

RESUMEN

Como resultado de una investigación discursiva emprendida en el ámbito de la Maestría en Lingüística, el presente trabajo analiza prácticas socio-discursivas ligadas a la producción del periódico *Boca de Rua* (*Boca de Calle*). El objetivo de la investigación fue examinar trazos discursivos, presentes en el material empírico colectado, que reproducen o redefinen discursos acerca de personas en situación de calle, de Porto Alegre, representadas en el referido periódico. Para tanto, nos hemos basado, en los estudios críticos del discurso, específicamente en la Análisis del Discurso Crítica (ADC) desarrollada por Fairclough (2001, 2003), Resende & Ramalho (2006, 2009), Ramalho & Resende (2011), en estrecho diálogo con la Lingüística Sistémico-Funcional (LSF), con base en Halliday (2004), y en el paradigma de investigación cualitativa que tiene como objetivo la emancipación social, a la luz del Realismo Crítico propuesto por Bhaskar (RESENDE, 2009). Los datos colectados son de naturaleza esencialmente documental, siendo complementados por datos generados en trabajo de campo. De esa manera, el *corpus* analítico es compuesto de cuatro textos vehiculados en el *Boca de Rua*, obedeciendo un recorte temporal entre 2004 y 2010, todos ligados a las llamadas de capa de las respectivas ediciones en que fueron publicados. Los datos complementares, por su vez, son constituidos de notas de campo y de entrevista focalizada con la coordinadora del periódico, lo que posibilitó la ampliación de mi *bias* analítico. El tratamiento de los datos fue hecho, principalmente, a la luz de la categoría analítica *representación de actores sociales*. En la representación vehiculada en los textos, la agencia de personas en situación de calle representadas es mitigada, dado el entrabe entre la construcción de una *identidad de resistencia* frente a la *identidad legitimadora* que opera con raíces profundas en el medio social (CASTELLS, 1999). El bajo grado de tecnologización discursiva en la producción del periódico puede ser un factor dificultador en la representación de la acción de ese grupo. En contrapartida, esa misma característica de producción configurase como factor de promoción de la acción efectiva de personas en situación de calle en la producción del periódico, que se torna recurso material y simbólico de naturaleza contra-hegemónica totalmente producido por personas que se encuentran en riesgo social.

Palabras-llave: Análisis del Discurso Crítica; Situación de calle; *street paper*; *Boca de Rua*, representación.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
Capítulo 1 Pessoas em situação de rua: Resistência frente a representações naturalizadas	16
1.1 O neoliberalismo e o sofrimento social	16
1.2 Pobreza, marginalização e o mundo sob o prisma dos circuitos	19
1.3 Pessoas em situação de rua e a disseminação da indiferença	22
1.4 Identidades: imposições, escolhas, resistência	24
1.5 A mídia e a sociedade: da mídia latifundiária ao <i>street paper</i>	26
Capítulo 2 Discurso: um construto social-linguístico e linguístico-social	33
2.1 Linguagem e sociedade	33
2.2 Análise de Discurso Crítica e seus pressupostos	36
2.3 Análise de Discurso Crítica e Realismo crítico: uma ontologia crítico-realista	38
2.4 A ADC como instrumental teórico-metodológico	45
2.4.1 Representação de atores sociais	51
Capítulo 3 A construção da pesquisa: escolhas, metodologia, (im)possibilidades	54
3.1 Os momentos pré-pesquisa: escolhas e metodologias	54
3.2 A pesquisa social sob a égide qualitativa	55
3.3 ADC enquanto contributo metodológico	58
3.4 O caminho percorrido: momento reflexivo	62
3.4.1 Do <i>corpus</i> documental	62
3.4.2 Da pesquisa de campo: geração e coleta de dados	65
Capítulo 4 O outro lado da história: Análise das reportagens do <i>Boca de Rua</i>	68
4.1 <i>Boca de Rua</i> como suporte	68
4.2 “Porto dos excluídos”: representações de pessoas em situação de rua sob a ótica da exclusão social	75
4.3 “Fecharam as pontes, e aí?”: a dura realidade de quem mora nas ruas	80
4.4 “Movimento luta por casa e dignidade” – espaço cedido e a rua: qual a diferença?	85
4.5 ‘O outro lado da história’ – Segurança: quem a tem?	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
ANEXOS	104

APRESENTAÇÃO

A omissão explícita do Estado frente aos direitos do/a cidadão/ã brasileiro/a, reconhecidos na Carta Magna está fazendo com que haja inversão das responsabilidades entre governo e população. Ora, a disseminação do discurso insalubre acerca das pessoas em situação de rua é latente. A caricatura desenhada pela e na sociedade de pessoas que vivem em situação de rua, por diferentes razões, é aquele que se mostram perigosas, usuárias de entorpecentes, dignas de pena, meliantes... (MATTOS & FERREIRA, 2004). Dentre estas questões, encontramos as pessoas em situação de rua sendo tratadas pela mídia latifundiária¹, como pessoas vagabundas, desordeiras por opção. Como nos encontramos em uma era onde a aparente possibilidade de escolhas faz-nos crer que tudo depende de tomadas de decisões que estão ao nosso alcance, torna-se palatável as falácias divulgadas e apropriadas pelo senso comum. Não houve outra época em que houvesse mais juízes/as como na sociedade à qual estamos inseridos/as. A segregação seja ela de cunho religioso, étnico, social... em épocas remotas ‘minimizavam’ os conflitos que ora existem. “as coisas são como são e nunca mudarão”, já diziam os mais velhos. O olhar simplista para determinadas questões faz com que nos posicionemos da mesma maneira frente a determinadas questões. Não é muito diferente quando tratamos acerca das pessoas em situação de rua.

Logo, desconhece-se que essa população não é, em sua esmagadora maioria, vagabunda, preguiçosa, passiva. Ao contrário. São pessoas combatentes, pois precisam lutar por sua sobrevivência travando batalhas sejam elas para não serem vencidos/as pela fome ou pelo extermínio. É importante aqui registrar que tal imagem amplamente divulgada pela mídia latifundiária é construído não de um ou outro veículo de comunicação. Mostra-se, entretanto, como a materialização de discursos preconceituosos construídos coletivamente na e pela sociedade.

Estar na rua não pode e nem deve ser encarada como uma escolha unilateral feita por uma pessoa. Há, contudo questões muito mais complexas que circundam esse problema. Nas palavras de Wanderley (2007, p. 51)

“... a situação atual, com todas as mudanças que devem ser incorporadas na compreensão dessa questão, guarda traços indelévels dessa longa história que a condiciona: colonização, lutas pela independência, modos

¹ Esse termo é utilizado por Rosina Duarte, coordenadora do projeto *Boca de Rua*. É uma expressão que pode ser considerada sinônima da ‘grande mídia’.

de produção, formas de dependência, planos de desenvolvimentos, tipos de Estado, políticas sociais, etc.”

Assim, por mais simplista que possa parecer, a situação de rua não se resume – apenas – a uma escolha individual. É importante esclarecer que uma porcentagem considerável de responsabilidade deve-se a fatores extrínsecos ao/à cidadão/ã. É preciso considerar que “a exclusão se dá efetivamente pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais. (...) de fato não se nasce excluído, não se esteve sempre excluído, a não ser que se trate de um caso muito particular” (CASTEL, 2007 p. 21-2). Isso significa dizer que mais que uma ‘escolha’ individual é preciso um entendimento dos fatores que podem contribuir para tal exclusão. O que faz com que uma pessoa seja partícipe de uma sociedade são os elos construídos com o trabalho, bem como “a inscrição em redes de sociabilidade mais ou menos sólida” (*idem*, p. 23). A partir do momento em que há ruptura, onde a proteção ofertada por essas relações fica abalada, deparamos-nos com a exclusão acompanhada de todas as suas consequências. Conceitos serão ressignificados. Nova realidade, um/a novo/a cidadão/ã. Nesse novo contexto, o que conhecemos como civilidade será adaptada à nova realidade. A família será redesenhada. Afinal, houve rupturas mais que familiares: houve rupturas sociais.

Ainda que essa realidade e tudo o que o restante da sociedade (re)conheça como emprego, moradia, família, valores... sejam ressignificados, mesmo assim, pessoas nessa situação continuam sendo cidadãs e responsabilidade do Estado. No entanto, com a intrínseca colaboração do pensamento disseminado pelo neoliberalismo, essa ‘nova’ realidade passa a ser encarada como um incômodo gerado unilateralmente por um grupo de pessoas.

De acordo com Moraes (2001), o que conhecemos como neoliberalismo constitui, em primeira instância, uma ideologia, uma maneira de encarar o mundo pelo viés social, *uma corrente de pensamento*. Ainda de acordo com o autor, um dos lemas defendidos por essa corrente é a descaracterização das *políticas redistributivas* sendo classificadas como ‘partenalistas e ‘desastrosas’, reforçando a ideia que o sucesso ou fracasso de um indivíduo é responsabilidade única e exclusivamente dele. Assim, toda e qualquer tipo de movimentação política em prol de uma classe economicamente desprestigiada é lançada na mídia como algo indesejável e mesmo, ineficiente. E nada melhor que sustentar essa tese, construindo uma imagem desastrosamente eficiente de atores sociais que protagonizam o descaso do Estado.

A representação de uma pessoa em situação de rua enquanto um ser vagabundo, preguiçoso, uma ameaça ao bem-estar social alimentada pela mídia latifundiária é tão eficiente que ‘cidadãos/as de bem’ a compram sem grande relutância. E esta compra faz com que ganhemos de brinde o olhar não crítico para a presente situação, fazendo-nos crer que somos, sobremaneira, melhores em relação a essa população. Dessa forma, “esse desconhecimento do outro como igual pode chegar ao ápice da dessemelhança entre seres humanos que legitima a eliminação não apenas simbólicas, mas também física, do outro visto como *homo sacer*” (MATTOS, 2006 p. 151 – ênfase adicionada). Na tentativa de fazer do presente estudo mais uma ferramenta de combate à exclusão e de qualquer outra forma de violência simbólica, adotarei o termo *peessoas em situação de rua* para me referir a este grupo que é vítima, principalmente, da disparidade econômica existente (MATTOS & FERREIRA, 2004; MATTOS, 2006).

Com o visível descaso frente a essa situação, surgem organizações não-governamentais que buscam suprir alguns bens e serviços que o Estado deveria suprir. Assim, “as ONGs são consideradas como uma compensação para atender determinadas necessidades da sociedade, considerando a deficiência do Estado e do mercado em supri-las”. (FURRIELA, 2002, p. 141). A exemplo dessa tentativa de compensação, encontramos a Alice (Agência Livre Para Informação, Cidadania e Educação) que, dentre outras metas, objetiva “desenvolver projetos de comunicação voltados para a área social” e, assim, restabelecer o direito à comunicação previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por esta razão, apoia a produção e venda do jornal *Boca de Rua*, publicado desde agosto de 2000, que é produzido e vendido, na cidade de Porto Alegre, por pessoas em situação de rua.

A presente pesquisa visa investigar o jornal *Boca de Rua* e tem por objetivo principal examinar traços discursivos presentes no material empírico coletado que reproduzem ou redefinem discursos acerca de pessoas em situação de rua, de Porto Alegre, representadas no jornal *Boca de Rua* e como objetivos específicos i) identificar e analisar os modos como pessoas em situação de rua são representadas e identificadas nos textos do corpus e ii) identificar quais práticas prevalecem na produção do jornal: práticas de protagonismo ou de assistencialismo.

É importante ressaltar que essa pesquisa co-ocorreu, juntamente com mais duas outras que, também, investigam publicações cuja temática é a população em situação de

rua². É notória a força que o discurso tem na luta em prol das mudanças sociais, objetivando, principalmente, a garantia do indivíduo à cidadania.

A dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo destina-se a refletir acerca da conjuntura na qual a sociedade se encontra e como as pessoas em situação de rua são encaradas neste cenário, assim também, o surgimento de ferramentas contra-hegemônicas, como *street papers* que buscam minimizar diferenças sociais, pelo menos, no âmbito comunicacional. No segundo capítulo eu me debruço sobre a Análise de Discurso Crítica enquanto método de pesquisa. No terceiro capítulo eu apresento e discuto as metodologias utilizadas na pesquisa e no quarto capítulo, eu analiso o corpus da pesquisa que é essencialmente documental. Por fim, ressalto que esta pesquisa é realizada na perspectiva da metodologia qualitativa.

² O projeto intitulado “Publicações em língua portuguesa sobre população em situação de rua: análise de discurso crítica” sob a orientação pela professora Dra. Viviane de Melo Resende, engloba tanto a pesquisa na qual estou à frente como a investigação da revista *Ocas* e do jornal *Aurora da Rua* em que a pesquisadora María Del Pilar Tobar Acosta e o pesquisador Gersiney Pablo Santos investigam, respectivamente. Vale ressaltar que esse projeto está veiculado à *Red Latinoamericana de Análisis Crítico del Discurso de las personas sin techo y en extrema pobreza* (REDLAD).

As condições nas quais os países que comandam a economia mundial exercem sua ação sobre os países da periferia criam uma forma de organização de economia, da sociedade e do espaço, uma transferência de civilização, cujas bases principais não dependem dos países atingidos. As raízes dessa “crise urbana” encontram-se no sistema mundial. É, portanto, nesse nível que se podem encontrar explicações válidas. *É necessário voltar-se para as raízes do mal, para fazer uma análise correta e estar em condições de fornecer soluções adequadas* (SANTOS 2009, p. 32, ênfase adicionada).

Tornou-se lugar-comum encarar as questões sociais sob a ótica da superficialidade e da parcialidade. A omissão do Estado frente às necessidades básicas da população brasileira já tomou proporções exorbitantes a ponto de haver a inversão de responsabilidades. Saúde, educação, moradia, segurança, saneamento básico... são direitos garantidos pela Constituição Federal e que, atualmente, vêm sendo ofertados na lógica de mercado. Os/As cidadãos/ãs que têm recurso conseguem, em alguma medida, manter ou lançar mão de alguma qualidade nesses campos, com uma ressalva: eles/as pagam duplamente para assegurar tais direitos.

A mesma inversão de responsabilidades leva à representação de pessoas em situação de rua como pessoas vagabundas, preguiçosas, desordeiras, perigosas etc., geralmente sem qualquer referência à violação de direitos, por parte do Estado e da sociedade, que leva a essa situação limite. Como estamos em uma era onde a aparente possibilidade de escolhas faz-nos crer que tudo depende de tomadas de decisões que estão ao nosso alcance, tornam-se aceitáveis as falácias divulgadas pela mídia latifundiária e apropriadas pelo senso comum. O olhar simplista para determinadas questões faz com que muitos/as se posicionem de maneira semelhante à representação muito frequentemente repetida na mídia e em outras esferas da vida social, quando se trata de avaliar determinadas questões sensíveis, aí incluída a situação de rua.

O presente capítulo objetiva, em linhas gerais, delimitar a conjuntura e o contexto em que se delineou esta pesquisa. Para tanto, lanço mão de teorias defendidas, principalmente, por Bourdieu (1998), Santos (2009), Mattos & Ferreira (2004), Castel, Wanderley & Belfiore-Wanderley (2007).

1.1 O neoliberalismo e o sofrimento social

Não é recente a preocupação no tocante à retirada do Estado de diversos setores da vida social (BOURDIEU, 1998). E esta retirada vem aumentando, significativamente, o número de pessoas vitimizadas pela omissão por parte de governos, visto que a inobservância aos aspectos mínimos para se (sobre)viver de forma digna, e à garantia de direitos sociais básicos, obriga a sociedade a lidar com as mais diversas problemáticas sociais. Este fato é somente a ponta de um imenso *iceberg* protegido por águas profundas e turvas que têm, em sua composição, os ideais neoliberais. E o que está imbricado nesses ideais?

O sistema político-econômico nomeado neoliberalismo baseia-se na ausência de participação do Estado na economia e sua retirada do serviço social. Privatização, livre comércio, individualismo, produção não somente pela necessidade, mas por uma tendência mercadológica, abertura a capitais estrangeiros compõem o cenário desse sistema. Lucratividade, competitividade, corporativismo são palavras de ordem entre os/as que defendem esse modelo econômico.

De acordo com Moraes (2001, p. 27), o neoliberalismo constitui, em primeira instância, uma *corrente de pensamento*. Ainda de acordo com o autor, um dos lemas defendidos por essa corrente é a descaracterização das *políticas redistributivas*, classificadas como ‘paternalistas’ e ‘desastrosas’, reforçando a ideia de que o sucesso ou fracasso de um indivíduo é responsabilidade única e exclusivamente dele mesmo. Logo, todo e qualquer tipo de movimentação política em prol de uma classe economicamente desprestigiada é representada na mídia neoliberal como algo indesejável, retrógrado e mesmo ineficiente. E, para a manutenção desse estado de coisas, nada melhor que sustentar essa tese, construindo uma imagem desastrosamente eficiente de atores sociais que protagonizam o descaso do Estado.

O primeiro ponto estabelecido é o alvo a ser atingido a qualquer custo: a lucratividade do grupo dominante. A partir daí, as relações empregatícias, as estabelecidas com o outro serão moldadas à revelia. A disseminação do *darwinismo social* (BOURDIEU, 1998), que cultiva a ideia de que os/as melhores obterão êxito, é um exemplo clássico disso. Imbricado nessa concepção, destaca-se o culto à competência, o que significa dizer que o (in)sucesso nada mais é que uma questão individual, o que ajuda a ‘justificar’ a passividade do Estado frente aos problemas que vêm se agravando cada vez mais.

Com a chamada globalização³, a disparidade social aumenta em escala sem precedentes. É crescente o número de pessoas que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade, em todo o mundo, pelos mais diferentes motivos, como as intensas mudanças que ocorrem, periodicamente, entre capital e trabalho “nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais” entre outros (MENDES *et al*, 2004, p. 37). Entretanto, há um ponto de conexão entre essas diversas situações de precariedade: trata-se de vítimas da ausência e do descaso por parte do Estado. A *conjuntura econômica* na qual estamos inseridos/as é, por si só, um grande catalisador da disparidade social existente. Entretanto, sua força potencializa-se quando se estabelece uma parceria com canais de comunicação, responsáveis pela veiculação e distribuição de informações.

Deste modo, não há que se esperar estratégias eficientes que deem conta das demandas existentes. Ao contrário, o que se vê é o risco de conquistas sociais como o direito ao trabalho, a serviços básicos de qualidade – como saúde e educação –, à previdência social e tantos outros que estão se desintegrando, o que, o mais grave, se entende como consequência natural da vida (BOURDIEU, 1998), perpetuando o sofrimento social. A respeito desse sofrimento, é importante registrar que ele se intensifica cada vez mais, visto que “a modernização tecnológica produz uma crescente disparidade econômica e social. Em nome do progresso e à custa de uma injustiça cada vez maior, uma importante parcela dos recursos nacionais é distribuída de maneira a beneficiar aqueles que já são ricos” (SANTOS, 2009, p. 81), o que reforça o *discurso fatalista* (BOURDIEU, 1998) e realça os reais beneficiários deste regime: membros do grupo dominante.

A citada disparidade social conta com a eficiência dos meios de comunicação que propagam, eficazmente, a segregação social por meio de ideologias que circulam livremente no ambiente social. Sobre o papel desempenhado pelos meios de comunicação enquanto difusores de pressupostos neoliberais, tratarei mais adiante. Antes disso, é preciso entender como o mundo funciona sob esse viés. Para tanto, adotarei as proposições apresentadas por Santos (2009), que enxerga o funcionamento do mundo sob a ótica dos circuitos e discute como as pessoas não beneficiadas pelo regime neoliberal são encaradas.

³ Nas palavras de Thompson, a globalização é um fenômeno que se refere “à crescente interconexão entre as diferentes partes do mundo, um processo que deu origem às formas complexas de interação e interdependência” (2011, p. 197).

1.2 Pobreza, marginalização e o mundo sob o prisma dos circuitos

A pobreza não deve ser encarada como uma escolha individual, ou mesmo unilateral. Não se pode falar em pobreza sem considerarmos os efeitos da modernização tecnológica, ‘impulsionada pela força da grande indústria representada pelas multinacionais’ em âmbitos nacionais e internacionais. Mas o que, na prática, significa essa modernização?

É notório que a pessoa humana está perdendo espaço para as avançadas tecnologias ofertadas. Dessa forma, atividades antes desenvolvidas por duas, quatro ou mesmo dez pessoas passam a ser realizadas e realizáveis por uma única pessoa, sendo as demais substituídas por máquinas. Assim, se por um lado, o setor econômico acolhe pessoas no mercado de trabalho, posterga um número relativamente maior, criando simultaneamente, o ‘subemprego, o desemprego e a marginalidade’ encontrados nos grandes centros urbanos (SANTOS, 2009).

A crise instaurada que compõe o quadro atual deve-se, em grande medida, à explosão demográfica recorrente em meios urbanos. O êxodo rural configura-se como um dos maiores eventos responsáveis pelo ‘inchaço’ das cidades. Entretanto, o inchaço urbano não pode, por si só, ser considerado o principal causador da pobreza urbana. Santos (2009, p. 25) pondera que “em outras fases da história, o crescimento demográfico foi contemporâneo do crescimento econômico, tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos”. Logo, é preciso conhecer as outras variáveis que potencializam a disparidade social nesse meio. Por esta razão, adoto a concepção apresentada por Milton Santos, na qual enxerga o mundo atual composto pelos *circuitos superior e inferior*.

McGee (1973, p.138) define circuito como uma palavra que caracteriza melhor o fluxo interno que existe dentro dos subsistemas. Tal modelo aceita os subsistemas como parte de uma estrutura econômica da cidade, global e interligada, o que significa dizer que cada um existe com suas especificidades e suas diferenças subjazem na manipulação, principalmente, de recursos financeiros e da tecnologia, moldando como cada grupo se posiciona dentro do cenário social como um todo.

O *circuito superior* é composto por “bancos, comércio e serviços modernos, bem como comércio atacadista e transportes”. Já o *circuito inferior* é “formado essencialmente de diferentes tipos de pequeno comércio, e da produção de bens manufaturados de capital não intensivo, constituída em grande parte de artesanato e também de toda uma gama de serviços não modernos” (SANTOS, 2009, p. 48). Assim, cada circuito constitui um

subsistema constituinte de um sistema maior, que é o sistema urbano global. Santos esclarece que tais definições não são rígidas e cada circuito pode ser definido dentro de um determinado contexto.

Definidos os constituintes de cada circuito, importa saber como algumas variáveis relativas à vida social são compreendidas em cada um deles. Para tanto, reproduzo, abaixo, o quadro de Santos acerca dessas variáveis. Cada variável organizada no quadro 1.1 faz com que seja possível visualizar ambos os circuitos enquanto subsistemas.

Quadro 1.1 – *Circuito superior e circuito inferior: variáveis relativas ao funcionamento interno de cada um*

	<i>Circuito superior</i>	<i>Circuito inferior</i>
Tecnologia	capital intensivo	trabalho-intensivo
Organização	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos
Emprego	reduzido	volumoso
Assalariado	dominante	não obrigatório
Estoques	<i>grande quantidade e/ou alta qualidade</i>	pequena quantidade, qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador/a e vendedor/a (<i>haggling</i>)
Crédito	bancário institucional	pessoal – não institucional
Margem de lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios exceção: produtos de luxo	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios.
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas
Custos fixos	importantes	desprezíveis
Publicidade	necessária	nula
Reutilização de bens	nula	frequente
“ <i>overhead capital</i> ”	indispensável	dispensável
Ajuda governamental	importante	nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	grande atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

Fonte: Santos, 2009, p.61-2 (com adaptações)

Ao analisar o quadro, torna-se impossível negar as diferenças, assim como não se pode negar que exista uma relação dialética entre os dois circuitos, “responsável pela definição social e econômica e pelas possibilidades e formas de evolução tanto do organismo urbano como de sua área de influência” (SANTOS, 2009, p. 53). Vale registrar

que, mesmo existindo tal relação, as vozes representam valores assimétricos, confluindo para uma relação de dominante e dominado.

Ao optar por enxergar o mundo sob esse prisma, é possível desconstruir a ideia de uma economia uma onde as atividades existentes se encaixam, exclusivamente, em um dos setores estabelecidos (primário, secundário ou terciário). Com essa percepção, é possível considerar a presença das muitas atividades existentes em ambos os circuitos, contendo, em maior ou menor grau, a presença de tecnologia de ponta, de capital, subsidiada, ou não, por uma organização burocrática, dentre outros aspectos. Considerando o sistema urbano, como um todo, ambos os circuitos operam como complemento um do outro. Isso significa que as mudanças empregadas no *circuito superior* influenciarão diretamente mudanças do *circuito inferior*.

Para as análises que aqui proponho, faz-se importante colocar em relevo quatro aspectos singulares do funcionamento de ambos os circuitos em que qualquer mudança empregada no superior, conseqüentemente, acarretará mudança no inferior: *i)* o desenvolvimento tecnológico; *ii)* a importância do volume de capital em circulação; *iii)* o emprego gerado e *iv)* a presença da ajuda governamental.

A tecnologia e seus avanços estão marcadamente presentes no *circuito superior*. É evidente que se lança mão de um considerável capital para que ela se desenvolva continuamente. Logo, as atividades desenvolvidas no *circuito superior* contarão com uma tecnologia de ponta de que o *inferior* dificilmente irá dispor, visto que o volume de capital que circula neste meio e para este fim é reduzido. A tecnologia, por conseguinte, define a quantidade de empregos necessários para que uma atividade seja executada. Ou seja, quanto mais desenvolvido for o setor responsável por esta atividade, menos recursos humanos se farão necessários.

O contrário acontece no *circuito inferior*. A ausência de tecnologia avançada faz com que a maioria das atividades seja exercida por pessoas, o que aumenta a oferta de empregos. Entretanto, a ausência de estabilidade, que o desenvolvimento tecnológico traz consigo, aumenta significativamente o trabalho informal.

Por fim, para que haja o funcionamento do *circuito superior*, a ajuda governamental é preponderante, já que para haver emprego de capital – que pressupõe, por exemplo, a instalação de empresas que empregam tecnologias específicas, mão de obra qualificada, lançando mão de uma organização burocrática complexa – é preciso o seu endosso, com vistas a legalizar as práticas que se almejam estabelecer. O mesmo não

acontece no *circuito inferior*. As atividades exercidas não necessitam do endosso governamental para que sejam realizadas.

Não se pode negar que o dinamismo econômico favoreceu os segmentos privilegiados da sociedade e, tendo por característica um regime autoritário, não abriu brechas para outros segmentos, constringendo qualquer possibilidade de transformação social. Desta maneira, a parcela sobrando, ou seja, aquela que não conseguiu colocação junto às atividades desenvolvidas nos setores públicos e privados instaurados no *circuito superior*, vê-se diante de atividades laborais de cunho informal, do subemprego, do desemprego e, conseqüentemente, da pobreza. Assim,

a sociedade urbana é dividida entre aqueles[/as] que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles[/as] que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro (SANTOS 2009, p.45, acréscimos meus).

Considerando que as ações governamentais são, muitas vezes, legítimas aos olhos da sociedade, aliadas a outras vertentes, como a mídia, por exemplo, e aos discursos neoliberais perpetuados, aumenta-se o fosso existente entre as relações sociais estabelecidas. E uma das ferramentas que serve para abrir, cada vez mais, tal fosso é a ideologia meritocrática, que constrói uma associação direta entre competência e sucesso. Se se considera que exista um espaço simbólico ocupável onde pessoas são reconhecidas e respeitadas, não se pode negar que haja a existência de outro espaço onde o inverso acontece.

Este é o cenário no qual se encontram as pessoas em situação de rua. Não bastasse uma estrutura econômica que privilegia poucos/as, pessoas em situação de rua são punidas novamente por se encontrarem em tal situação – sofrem, primeiro, a privação material e, depois, a simbólica. Sob o jugo de uma sociedade penal, aquela que repreende, pune e sacrifica aqueles/as que não respondem ao que lhes é imposto, as pessoas em situação de rua passam de vítimas a réis de alta periculosidade, merecendo o mais cruel dos castigos: a indiferença.

1.3 Pessoas em situação de rua e a disseminação da indiferença

As inúmeras tipificações constantemente repetidas na mídia aliadas a discursos velados, representando uma verdade ‘tácita’, cria um abismo entre uma sociedade

legitimada e outra excluída, disseminando as indiferenças (MATTOS & FERREIRA, 2004, p. 51) e naturalizando a situação de rua.

É importante considerar que o processo de dessemelhança não é algo que aconteça do dia para a noite. Para ilustrar essa (des)construção, basta lançar mão da questão laboral. Uma atividade remunerada formal é considerada desejável pela sociedade, mas há diferenças importantes no que tange ao prestígio que cada tipo de trabalho atribui a quem o exerce. Compare-se, por exemplo, a figura empoderada de um médico e a de um auxiliar de serviços gerais. Pois bem, se uma pessoa exerce uma atividade remunerada que atenda minimamente às exigências sociais, terá sua parcela proporcional de reconhecimento. Um dos discursos disseminados na sociedade é que uma atividade que gere algum dividendo e, por consequência, mereça o reconhecimento enquanto trabalho deve estar atrelado à formalidade (MATTOS & FERREIRA, 2004). Essa, por sua vez, é conseguida pelo registro na carteira de trabalho, ou por meio de outros registros válidos, como um contrato assinado. Seguindo a mesma lógica, para um grupo que não trabalha formalmente ou desenvolve atividades laborais não reconhecidas socialmente – e muitas vezes sequer reconhecidas como trabalho, por precário que seja – associadas à situação de rua, não há qualquer reconhecimento: pode-se dizer que há uma equação formada em que o resultado é a exclusão deste grupo culminando nas mais diferentes representações, que reforçam uma imagem de pessoas destituídas do pertencimento à espécie humana (MATTOS 2006, p. 51). É a materialização da desigualdade social e do privilégio de poucos/as e do sofrimento e exploração de muitos, o que evidencia a desigualdade existente e estabelecida nas relações construídas nos modos de produção, fragilizando a ideia de igualdade por meio do *mecanismo de culpabilização*, aquele que legitima e busca manter relações de exploração e dominação (MATTOS, 2006; BOURDIEU, 1998). Novamente na lógica meritocrática, a responsabilidade pelo sucesso e/ ou fracasso é exclusividade da pessoa.

A relação direta estabelecida entre pessoas que vivem na rua e o lixo reforça, ainda mais, o discurso de retirada das pessoas da rua, não pelo motivo desejável que é fazer com que os direitos previstos em lei sejam plenamente gozados por qualquer um/a. As frequentes ‘asessias’ realizadas por governos, revestidas das mais diferentes ações, como retirada de grupos que residem embaixo de pontes, ações empreendidas por policiais em praças públicas, com vistas à circulação daqueles/as que têm a praça como lar, internações compulsórias de usuários/as de entorpecentes e outras tantas, justificam-se pelo simples fato de permitirem ignorar as consequências de um mundo

definitivamente desigual. E, assim, buscam camuflar da maneira mais torpe os ‘efeitos colaterais’ de uma política pensada para poucos (MATTOS, 2006). Um discurso higienista ganha, então, força, e qualquer ação empregada por órgãos governamentais será aplaudida e ganhará *status* de solução pertinente a um grupo de pessoas que é tudo, menos cidadão. Logo, é possível observar que o princípio que norteia as políticas públicas não é o da solidariedade, em busca de fortalecer laços sociais fragilizados, muito menos de reduzir a desigualdade. As políticas apresentadas não solucionam tais desigualdades. Apenas, aliviam a miséria existente. A questão é: aliviam para quem?

A (des)construção da imagem desse grupo específico de pessoas como seres humanos ‘justifica’ todo tipo de violência empreendido contra ele, pois esse grupo já não é mais visto como de pessoas cidadãs, com direitos. São reduzidas a nada e igualadas a lixo, já que ‘poluem’ a paisagem urbana, causam mal estar ‘aos/às cidadãos/ãs de bem’. Logo, não há outra solução senão que autoridades políticas ‘limpem’ tal ‘sujeira’ e, assim, retirem-na do campo de visão das ditas pessoas de bem, não importando qual destino esse grupo terá. Em ação, o *discurso fatalista*. As pessoas em situações de rua são incitadas a aceitar que tais condições não são da responsabilidade de ninguém a não ser delas mesmas por sua incompetência e, por consequência, devem aceitar o tratamento a elas dispensado e seus desdobramentos. Assim, muitas pessoas em situação de rua ou de privação se apropriam do “conteúdo ideológico da culpabilização” (MATTOS & FERREIRA, 2004, p. 52) e passam a incorporar tal conteúdo, entendendo que se encontram em tal situação em consequência da própria incapacidade. Se um grupo aceita com resignação, outro não. É o caso das pessoas em situação de rua que participam do projeto Boca de Rua que, de alguma maneira, lhes possibilita outros conteúdos para a construção de suas identidades.

1.4 Identidades: imposições, escolhas, resistência

É intrínseca, necessária e natural a questão de o ser humano nomear e classificar as entidades existentes ao seu redor. Entretanto, por trás disso, penhoram-se valores que circundam socialmente e que, de alguma maneira, rotulam as entidades nomeadas: algumas recebem títulos que remetem a sentidos de conotação positiva, outras não. Ativam-se valores e conceitos que levam a reações positivas ou negativas. No que se refere à situação de rua, não é diferente. Para a representação dessa situação, os conceitos ativados, geralmente, não são os mais favoráveis.

A caricatura desenhada para pessoas que vivem em situação de rua, por diferentes razões, é aquela que as representa ora como perigosas e usuárias de entorpecentes, ora como dignas de pena e destinatárias de caridade. Mattos & Ferreira (2004, p. 47) descrevem que

alguns as veem como perigosas, apressam o passo. Outros logo as consideram vagabundas e que ali estão por não quererem trabalhar, olhando-as com hostilidade. Muitos atravessam a rua com receio de serem abordados por pedido de esmola, ou mesmo por pré-conceberem que são pessoas sujas e mal cheirosas. Há também aqueles que delas sentem pena e olham-nas com comoção ou piedade.

Tal descrição vem confirmar os estereótipos que pesam sobre essa população. Contrariando esses sentidos, entretanto, é composta por verdadeiros combatentes, visto que precisam lutar por sua sobrevivência travando batalhas, sejam elas para não serem consumidos/as pela fome, pela droga, pelo extermínio, ou mesmo pela exclusão. É importante aqui registrar que a imagem de pessoas em situação de rua amplamente divulgada pela grande mídia é construído não de um ou outro veículo de comunicação. Mostra-se, não obstante, como a materialização de discursos preconceituosos construídos coletivamente na e pela sociedade.

Morador/a de rua, mendigo/a e sem-teto são os títulos mais emblemáticos utilizados para classificar os membros desse grupo populacional. Provavelmente, serão os primeiros a serem ativados. Entretanto, o que mais pesa não são os títulos em si, mas a carga de significados que encerram, nesse caso específico, todos de cunho negativo e depreciativo. A partir daí, outros campos semânticos serão ampliados e nortearão nossa⁴ maneira de pensar, de (inter)agir, de materializarmos possíveis relações sociais e de nos identificarmos em relação às dinâmicas sociais que causam a situação de rua. Por fim, tal construção influenciará diretamente a maneira como relações, ou não, de exploração ou solidariedade serão construídas, mantidas e/ou desfeitas. Na tentativa de fazer do presente estudo mais uma ferramenta de combate à exclusão e de qualquer outra forma de violência simbólica, adotarei o termo *pessoas em situação de rua* para me referir a este grupo que é vítima, principalmente, da disparidade econômica existente (MATTOS & FERREIRA, 2004; MATTOS, 2006).

Essa classificação torna-se especialmente desejável, pois o termo ‘pessoas’, equaliza, inclui, esse grupo composto por uma gente sofrida à sociedade humana, pondo em relevo o fato de que muitas vezes lhe é negada esta humanidade. O presente termo,

⁴ Esclareço que o uso de ‘nossa’ tem o sentido inclusivo. Refere-se tanto às pessoas em situação de rua, quanto os demais membros da sociedade.

que em tantos outros contextos pode processar um significado basilar e, ao mesmo tempo, comum, demarca, neste contexto específico, a urgência em as enxergarmos como semelhantes que são. Além disso, o termo no plural “nos faz destacar a singularidade. Dessa forma, pode-se explicar a heterogeneidade da situação de rua ligada à diversidade de histórias de vida” (MATTOS, 2006, p. 40). Estar na rua não pode e nem deve ser encarado como uma escolha unilateral feita por uma pessoa. Há questões muito mais complexas que circundam esse problema.

Assim, por mais simplista que possa parecer, a situação de rua não se resume – apenas – a uma escolha individual. É importante esclarecer que uma porcentagem considerável de responsabilidade deve-se a fatores extrínsecos ao ator social (CASTEL, 2007). Isso significa dizer que, mais que uma ‘escolha’ individual, é preciso um entendimento dos fatores que podem contribuir para a vulnerabilidade social. O que faz com que uma pessoa seja partícipe de uma sociedade são os elos construídos com o trabalho bem como “a inscrição em redes de sociabilidade mais ou menos sólidas” (CASTEL, 2007, p. 23).

A partir do momento em que há ruptura, em que a proteção ofertada por essas relações fica abalada, nos deparamos com a exclusão acompanhada de todas as suas consequências. Nova realidade: um novo ator social e “numa tentativa de familiarizar esse estranho que se instalou progressivamente na paisagem urbana dos grandes centros de todo o mundo, ‘provocando medo e a perda de referenciais’, elaboram diversos tipos de representação.” (GIORGETTI, 2006, p. 60). Essas representações são frutos culturais oriundos da história político-econômica do país associados às concepções individuais acerca do problema em questão: a situação de rua. Sendo assim, não há um campo mais revelador para se compreender como tais representações coletivas podem refletir, positiva ou negativamente, no cenário social do que a mídia, visto que esta potencializa os mais diferentes modos de comunicação.

1.5 A mídia e a sociedade: da mídia latifundiária ao *street paper*

A relação estabelecida entre mídia e sociedade, enquanto instâncias coletivas, rompe a relação comumente atribuída: transmissão-recepção de informações por intermédio da linguagem. Já é sabido, pelo menos entre especialistas, que tal relação extrapola esses limites, não cabendo, contudo, uma visão simplista acerca desta questão. Como pontua Thompson (2011, p. 35), “os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de

informações e de *conteúdo simbólico*” (ênfase adicionada). Partindo da concepção dada por Thompson, o conteúdo administrado pelos meios de comunicação passa do *status* de transmissão de informações, em seu sentido genuíno⁵, para mercadorias passíveis de serem vendidas e/ou consumidas.

Como toda tecnologia, os meios de comunicação passaram, e ainda passam, por processo de evolução em que a palavra ocupa o estágio um. McLuhan afirma que “a palavra falada foi a primeira tecnologia pela qual o homem pôde desvincular-se de seu ambiente para retomá-lo de novo modo” (2007, p. 76-7). E não parou por aí. O avanço tecnológico, e por tabela o midiático, cresce a olhos vistos, fortalecendo-se como uma grande empresa cujo principal cliente é aquele que pode arcar com os valores, de mercado, praticados (o poder). “Em sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências” (THOMPSON, 2011, p. 38). O produto desta ação transforma-se no *capital simbólico*, nos termos de Bourdieu (1998), “para realizar ações que possam intervir no curso dos acontecimentos com consequências as mais diversas” (THOMPSON, 2011, p. 42).

Em termos práticos, temos a sociedade constituinte do *circuito superior* (SANTOS, 2009) que busca se esquivar de suas responsabilidades e o faz por meio de transferência de responsabilidades. É claro que esse processo não é tão simples quanto parece. Requer engenhosidade e, acima de tudo, meios eficientes para se obter êxito. O principal produto a ser comercializado é sua aparente inocência em relação à crise que se instaurou em âmbito global, tendo como principal vítima pessoas que se encontram em risco social. Partindo desse ponto, toda a estratégia de *marketing* é estabelecida.

Os meios de comunicação de massa veicularão a estratégia de defesa que é desconstruir a imagem dessa população enquanto vítima de um sistema que privilegia uma parcela mínima da sociedade. Um ponto forte dessa estratégia é a disseminação do *darwinismo social* segundo o qual os/as melhores obterão êxito. Imbricado nessa concepção, é possível destacar o culto à competência. E o que seria competência? Grosso modo, tem sua competência reconhecida pessoas que ocupam lugares que a sociedade considera como reconhecidos. Nesse viés, destaco searas da aparência, da moradia, da

3. Tal aceção caracteriza as definições atribuídas aos meios de comunicação pelos principais dicionários brasileiros tais como “transmissão de uma mensagem”, ou em sinonímia ao termo *telecomunicações* – “totalidade dos meios técnicos de comunicação” (HOUAISS, 2004), “transmissão de informação” (CEGALLA, 2005) “ato ou efeito de transmitir mensagens por meio de métodos e/ou processos convencionados em uma linguagem verbal ou não verbal” (AURÉLIO, 2010).

escolaridade, da habitação, do laço empregatício reconhecido como pontes de acesso a esses espaços.

A estratégia do discurso da competência tem efeito entorpecente. Pouco a pouco, a população passa a ‘comprar a ideia’ e a disseminá-la nos mais diversos campos sociais. “Essa explicação, que confunde uma coincidência com uma relação causal, considera os pobres como se tivessem algum poder de decisão sobre a qualidade e o tipo de educação que lhes é destinada, e como se o processo de educação não fosse, ele próprio, condicionado pelas necessidades da produção” (SANTOS, 2009, p. 23).

Contudo, ao se olhar mais de perto, é possível perceber que as concepções veiculadas na mídia hegemônica se afastam sobremaneira do real. E num lugar e noutro encontram-se pessoas que, perplexas com falsa exegese, buscam compensações. Entretanto, as reclamações, por vezes desarticuladas, perdem forças, e a passividade torna-se imperiosa. Nessa luta desigual, as pessoas em situação de rua saem em extrema desvantagem. “Assim, a pobreza é considerada apenas como uma situação transitória, um estágio necessário na mobilidade social, evitando-se procurar ideias para mudar esse estado de coisas” (SANTOS, 2009, p. 21). Caso contrário, a culpa é daquela pessoa que, por incompetência, não conseguiu acompanhar as mudanças sociais. Então, o desemprego passa a ser uma opção, não um problema social crônico. A fome torna-se castigo para pessoas desocupadas e que não querem trabalhar. O *poder coercitivo* (THOMPSON, 2011) empreendido pelas autoridades policiais e por alguns membros da população torna-se completamente justificável, visto que pessoas extremamente pobres são vistas como inimigas a serem combatidas, dado seu ‘alto grau de periculosidade’ tomado como dado. As que moram na rua são violentamente retiradas e privadas do espaço público porque incomodam os/as cidadãos/ãs ‘de bem’ que, por pagarem seus impostos em dia, querem a rua ‘limpa de toda sujeira’, de todo refugio passível de repulsa. Afinal, o Governo está para representar seus interesses. Representações como essa são amplamente vendidas e consumidas em produtos midiáticos

Vivemos em uma era imediatista. A sociedade, de uma maneira, geral, não analisa os eventos, muito menos faz conexões com as práticas nas quais estamos imersos/as, e muitas vezes nos vemos como máquinas copiadoras, reproduzindo comportamentos e perpetuando situações. Decisões são tomadas com vistas a atenderem necessidades imediatas, sem que haja uma reflexão que vislumbre o mais a frente. “É infinitamente mais fácil tomar posição a favor ou contra uma ideia, um valor, uma pessoa, uma instituição ou uma situação, do que analisar em que consistem na verdade, em toda a sua

complexidade” (BOURDIEU, 1998, p. 35). Contudo, para que se espere uma (re)ação frente à violência sistêmica cometida diariamente, principalmente contra pessoas em situação de rua, é necessário que o outro lado da história seja contado, revelado.

Freire (1987, p.44) pondera que o acesso à comunicação – essa que, muitas vezes, funciona como elemento legitimador da violência simbólica empreendida contra uma parcela frágil e desprotegida da sociedade – mantém estreita relação com a cidadania, podendo ser um caminho para a libertação daquelas que se encontram oprimidas, visto que “existir humanamente, é pronunciar o mundo e transformá-lo”.

Com base em pressupostos como esses, surgem iniciativas como *street papers* que além de objetivarem a geração de renda com a venda de exemplares, configuram-se como “revistas ou jornais que abrem espaço para as vozes das pessoas em situação de risco social” (ROZENDO, 2011, p. 141). Esse novo veículo de comunicação, de natureza contra-hegemônica, começou a ser produzido no final da década de 1980, em Nova York, com o *Street News*, que tinha, como temática, problemas relacionados à falta de moradia que assolavam os Estados Unidos, à época. Essa ideia chega à Europa por intermédio de Gordon Roddick, um pouco mais de uma década depois, com o lançamento da revista *The Big Issue*, que circulava em Londres e servia como fonte de renda para pessoas desabrigadas. A partir daí, várias publicações semelhantes foram surgindo, formando uma rede internacional conhecida como *International Network of Street Papers* (INSP). O jornal *Boca de Rua* é um exemplo de *street paper*, e é uma das três publicações brasileiras filiadas à INSP.

As idealizadoras do jornal *Boca de Rua* foram Rosina Duarte e Clarinha Clark. Tal iniciativa depende de investimento, seja simbólico (como é o caso desta pesquisa), seja financeiro (como o auxílio recebido do INSP), seja o aporte trazido pelas pessoas que consomem o jornal. Ações como essa colocam em prática “conexões internacionais entre os [as] jornalistas e os [as] pesquisadores [as], desenvolvendo forças de resistência contra as forças de opressão que se abatem sobre o jornalismo – e que o jornalismo rebate sobre toda a produção cultural e, a partir daí, sobre toda a sociedade” (BOURDIEU, 1998, p. 109, acréscimos meus).

O *Boca de Rua*, numa visão reducionista, pode ser apenas uma ‘ponta de lança’. Entretanto, associado a diversos outros fatores, podemos considerá-lo como ferramenta profícua no combate às desigualdades sociais. Sua dimensão simbólica é importante na luta contra desigualdades. O jornal *Boca de Rua* é uma ‘pequena revolução’ social materializada, na qual pessoas em situação de rua conseguem resistir, pelo menos, à

violência simbólica sofrida frequentemente na mídia latifundiária. O jornal apresenta um lado que aqueles/as que têm casa desconhecem, em um mundo onde é mais fácil reproduzir arquétipos que aceitar diferenças. Talvez seja esse o ponto.

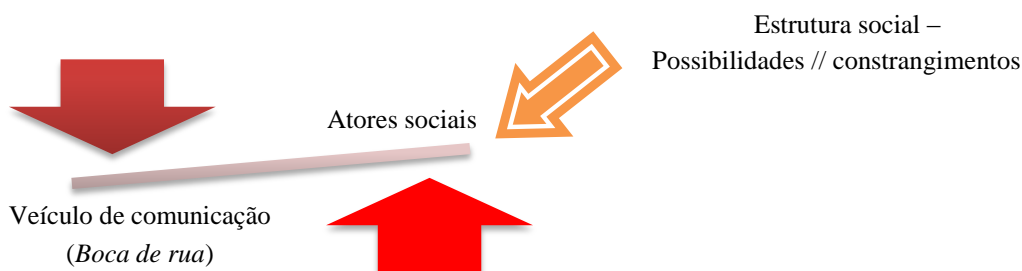
O *Boca de Rua*, ainda que esteja associado à INSP, configura-se de maneira diferente de publicações como a *Cais*, a *Ocas*” e o *Aurora da Rua*. Sob a tutela da Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação), uma organização não governamental que tem por objetivo “desenvolver projetos de comunicação voltados para a área social; discutir o comportamento, a ética e as tendências da grande imprensa; formar leitores[as] críticos[as] e contribuir para democratizar e qualificar a informação no país”⁶ (acréscimos meus), o *Boca de Rua* “não tem como proposta tirar ninguém da rua ou *redimir* alguém. O *Boca* tem como proposta criar um espaço de convivência, de aprendizado, de trabalho” (Rosina Duarte – documentário, 2012).

Ao lado do *Boca de Rua*, outras publicações de rua brasileiras foram investigadas no projeto integrado de que esta pesquisa é parte. Sobre o jornal *O Trecheiro*, Acosta (2012, p. 47) informa que sua “história está integrada a movimentos ligados a diferentes instituições, como a Organização de Auxílio Fraternal (OAF), que promovia a distribuição de alimentos”. Já o *Aurora da Rua* está diretamente ligado a um “projeto social [que] funciona como espaço de acolhimento (sem permanência), trabalhando na recuperação de dependentes químicos/as e de pessoas com problemas relacionados à desestruturação do núcleo familiar” (SANTOS, 2013, p. 53). Mesmo apresentando especificidades que as distinguem, todas essas publicações confluem para o mesmo objetivo: criar uma ponte de comunicação entre pessoas em situação de rua e demais membros da população.

Outra diferença significativa do *Boca de Rua* em relação às demais publicações é que o projeto não visa apenas as pessoas em risco social, mas também àquele/a que consome o jornal, visto que “a imprensa não retrata essa face da realidade. Se o[a] leitor[a] não acessa essa face, não consegue desenvolver uma consciência crítica” (Rosina Duarte – documentário, 2012 – acréscimos meus). Estabelece-se, então, uma relação desejável entre um veículo de comunicação (*Boca de Rua*) e atores sociais, o que pode resultar na transformação de práticas e representações, como representado na figura abaixo.

⁶Texto disponível em <http://www.alice.org.br/quem-somos/>. Acesso em setembro de 2012.

Figura 1.1 – Inter-ação Boca de Rua – estrutura social – atores sociais



Na inter-ação acima estabelecida, o jornal *Boca de Rua*, compartilha um outro olhar acerca da sociedade, com o objetivo de promover mudanças estruturais, através de atores sociais, considerando tanto as possibilidades, bem como os constrangimentos existentes.


Há 13 anos atuando como um dos elementos das práticas estabelecidas na sociedade porto-alegrense, o *Boca de Rua* é produzido trimestralmente, por meio de oficinas de texto das quais todos os membros do projeto participam, com uma tiragem mensal de oito mil exemplares. Em cada reunião, com periodicidade semanal, cada membro participante recebe em torno de 35 exemplares sem nenhum custo. De acordo com Rosina Duarte, o valor obtido das vendas é exclusivamente dos/as vendedores/as, que podem fazer uso da maneira que lhes aprouver.

De acordo com a coordenadora do Projeto, as reuniões, geralmente, seguem a seguinte configuração: os membros são divididos em três grupos, e cada grupo conta com a presença de um/a facilitador/a, que pode ser jornalista, psicólogo/a, fotógrafo/a, e que intermedeia a discussão entre integrantes do grupo. O grupo de facilitadores/as é composto por

peças que trabalham no *Boca de Rua*, ou que colaboram de uma forma próxima. Nunca soubemos batizar o que nós somos: facilitadores, mastigadores. (...) Ninguém tem nome. Todo mundo é membro da equipe. (Rosina Duarte em entrevista realizada em março de 2013.)

Vale ressaltar que a participação deste grupo, no projeto, é, na grande maioria das vezes, voluntária, o que acarreta alta rotatividade de pessoas envolvidas.

Com vistas ao bom andamento e relacionamento, algumas regras de convivência foram estipuladas pelo grupo:

- 
- a) Não roubar os pertences de companheiros/as ou do local de reuniões;
 - b) Respeitar o/a colega;
 - c) Não chegar sob efeito de drogas ou álcool, nem fazer uso de qualquer substância durante a reunião;
 - d) Não comer, nem dormir durante a reunião;
 - e) Não vender o jornal sob efeito de entorpecentes;
 - f) Não compartilhar exemplares do jornal com pessoas alheias ao projeto;
 - g) Utilizar o crachá de identificação ao vender o jornal;
 - h) Não pedir dinheiro utilizando o jornal ou o crachá;

Se, por ventura, alguém descumprir o estabelecido, o caso será analisado pelo grupo. Dependendo da regra descumprida, o membro não se qualifica para receber a cota semanal de exemplares e, em última instância, é excluído do grupo. Até o momento, ninguém chegou a sofrer essa sanção. Entretanto, houve um episódio em que todos os membros ficaram sem receber as cotas, por uma semana, visto que os exemplares de um dos membros haviam sido furtados e ninguém se apresentou como responsável. Mas, geralmente, quando alguém transgredir uma regra, há uma autopunição. Se considerarmos esse único evento registrado e que a pessoa assume suas falhas, é possível dizer, com margem de segurança, que o respeito à instituição é praticamente unânime, um aspecto muito positivo para a manutenção de laços estabelecidos já que a grande maioria mantém algum tipo de vínculo mesmo quando ‘saem do trecho’.

Com relação à estrutura genérica do suporte *Boca de Rua*, esta será detalhada na Seção 4.1 do capítulo analítico. Antes disso, porém, passo a discutir, no próximo capítulo, as definições teóricas desta pesquisa.

Ao falar uma língua, ao nos engajarmos na atividade linguística, estaríamos, todos[as] nós, nos comprometendo politicamente e participando de uma atividade eminentemente política. Por outro lado, e como corolário dessa mesma afirmação, toda atividade política também passaria pela questão da linguagem, seria uma atividade de ordem inescapavelmente discursiva.

(RAJAGOPALAN, 2009, p. 33, acréscimo meu)

Linguagem: desde sempre tão discutida, misteriosa, complexa. A linguagem é a menina dos olhos de relevantes perspectivas teóricas que vislumbram explicar sua existência e como as coisas, por ela, existem. O presente capítulo, dividido em quatro seções, intenta passar por diversos aspectos da linguagem, principalmente sob o olhar da Análise de Discurso Crítica (ADC). Em 2.1, coloco em relevo a intrínseca relação que a linguagem estabelece com a vida em sociedade, bem como apresento alguns conceitos correlatos a essa relação, como discurso. Em 2.2, inicio a conceituação da ADC e explicito alguns de seus pressupostos como perspectiva teórica. Em 2.3, discuto contribuições do Realismo Crítico para a Análise de Discurso Crítica, focalizando a estratificação da realidade social e o modelo transformacional da atividade social. Em 2.4, por fim, discuto a ADC como método analítico, com base na Linguística Sistêmico-Funcional. Assim, neste capítulo, procuro debater perspectivas que favorecem, teórica e metodologicamente, a construção de uma crítica explanatória baseada em textos.

2.1 Linguagem e sociedade

A linguagem vem sendo, ao longo do tempo, objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento, sejam elas do âmbito da linguística ou não. O primeiro importante aspecto a ela atribuído é o seu caráter distintivo. A espécie humana, dada a complexidade de sua linguagem, torna-se diferente das demais espécies. O código linguístico é organizado de maneira a possibilitar as mais intensas, complexas e, por que não, criativas interações sociais. Esse sistema permite a materialização de pensamentos e permite, também, que haja compartilhamento das experiências vividas pelos mais diferentes grupos sociais.

O potencial para significação favoreceu o desenvolvimento da espécie humana, já que a troca de conteúdos simbólicos permite a perpetuação do conhecimento que, é claro,

com o avanço de recursos tecnológicos, foi potencializada. Os estudos metalinguísticos possibilitam mais. Por meio de estudos sobre linguagem, é possível, aos/as cientistas da linguagem, conhecer traços de uma dada sociedade e de seu funcionamento, já que a maneira como uma sociedade constrói suas representações passa necessariamente pela linguagem. A presente pesquisa é um exemplo disso.

Encontramos, atualmente, no campo linguístico, diferentes áreas que têm a linguagem como objeto de estudo, o que para pesquisadores/as iniciantes pode causar certa confusão, ou mesmo desencorajamento, como bem pontua Fairclough (2003), já que há disponível uma gama de teorias linguísticas, cada uma privilegiando aspectos distintos da língua e que, muitas vezes, não contemplam o que se pretende pesquisar. Como ilustração do exposto, encontramos a linguística formal, que foca seus esforços em estudar aspectos internos da língua, desconsiderando o seu uso, propriamente dito, em âmbito social. Sem pretender desmerecer a relevância de estudos formais em linguagem, localizo este estudo no chamado funcionalismo linguístico, já que nesta perspectiva entende-se que “a linguagem tem funções externas ao sistema, que são a parte central dos estudos linguístico-discursivos, e essas funções externas são responsáveis pela organização interna do sistema linguístico” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 12). Diferentemente da gramática formalista, a gramática de cunho funcionalista busca analisar as relações estabelecidas entre a forma e a função linguísticas, refletindo acerca da influência que uma pode exercer sobre a outra.

Neves (1981, p. 58), baseada em Aristóteles, afirma que “é na política [este termo considerado, aqui, em seu sentido mais amplo] que vai ser explicada a natureza da linguagem. O animal político (*zôon politikón*) liga-se necessariamente à faculdade humana de falar, pois sem linguagem não haveria sociedade política.” Em miúdos: é (também) por meio da linguagem que o ser humano materializa suas formas de amar, de odiar, de sentir dor ou prazer, de condenar ou inocentar. É, por outro lado, por meio da linguagem que o ser humano experiencia o mundo e se identifica como ser humano, e essa relação recursiva vem imbricada de significados que podem ser acessados em *textos*. Por essa razão, a visão funcionalista da linguagem, como a encontrada na Gramática Sistemática-Funcional (GSF), é imprescindível para levar a cabo estudos críticos do discurso.

As transformações significativas pelas quais as sociedades passam ao longo do tempo têm influência nos jogos relacionais construídos e constituídos entre os diversos grupos de atores sociais, já que “nenhuma enunciação verbalizada [texto] pode ser

atribuída exclusivamente a quem a enunciou: é produto da interação entre falantes e em termos mais amplos, produto de toda uma situação social em que ela surgiu” (BAKHTIN, 2004, p. 79, acréscimo meu). Partindo desta perspectiva, é possível dizer, então, que o conhecimento nada mais é que o produto de relações interpessoais, relações essas que possibilitam aos atores sociais o acesso a diferentes maneiras de se encarar o mundo e de defini-lo. O conhecimento, dessa forma, é acessado, produzido e consumido por meio de *textos* que materializam *discursos*.

A vida social é permeada por diferentes discursos. Eles estão ligados “a campos sociais específicos e a projetos particulares”, com vistas a (des)construir algum aspecto da realidade (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 52). O discurso deve ser encarado como um produto da *estrutura social* e, ao mesmo tempo, constituinte dessa mesma estrutura. Tal relação recursiva, indica, portanto, que o vínculo estabelecido entre linguagem e sociedade é interno e dialético (FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE & RAMALHO, 2006). Se a relação linguagem-sociedade é dessa natureza, o lugar onde tal relação é instaurada não pode ser senão o discurso – entendido como parte de toda prática social, um elemento importante dessa recursividade. Por exemplo, nos dias de hoje, enfatiza-se o uso de palavras e/ou expressões ‘politicamente corretas’. Esse movimento do ‘politicamente correto’ é um exemplo claro e prático do quanto linguagem e sociedade estão intimamente relacionadas. Sobre isso, Fiorin (s/d)⁷ pondera que

a linguagem politicamente correta é a expressão do aparecimento na cena pública de identidades que eram reprimidas e recalcadas: mulheres, negros[as], homossexuais, [pessoas em situação de rua] etc. Revela ela a força dessas “minorias”, que eram discriminadas, ridicularizadas, desconsideradas. Pretende-se, com ela, combater o preconceito, proscrevendo-se um vocabulário que é fortemente negativo em relação a esses grupos sociais. *A ideia é que, alterando-se a linguagem, mudam-se as atitudes discriminatórias.* (acréscimos meus e ênfase adicionada).

O movimento do ‘politicamente correto’, que oscila entre o pertinente e o exagerado, traz à baila uma discussão útil no que diz respeito ao funcionamento da linguagem na sociedade e a como os discursos distribuídos, consumidos e (re)produzidos ganham força no meio social e como, a partir desses usos, pessoas ou grupos são rotuladas/os, nomeadas/os.

A linguagem corporifica sentimentos, emoções, posicionamentos políticos, por meio de discursos. Por isso, quando fazemos uso de termos não marcados estamos, de

⁷ Texto disponível em http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao01/artigos_alinguagempoliticamentecorreta.htm

alguma maneira, levantando a bandeira em prol de (re)ações que visem à desarticulação de ações discriminatórias encontradas no meio social. O movimento *per se* já é um alerta de que o descontentamento de uma parcela da sociedade é latente, frente a atos discriminatórios diariamente cometidos, em suas diferentes facetas, arraigados e amplamente repetidos em âmbito social. É o social clamando por mudanças através da linguagem! É a linguagem incitando mudanças sociais! É pertinente ressaltar, entretanto, que o uso de termos não marcados configura-se como ação contra o preconceito, já que o termo ganha esse ou aquele significado mediante o contexto no qual está inserido, mas não coloca em relevo as causas que geram, ou mesmo perpetuam, tal preconceito. É preciso, portanto, mergulhar nas estruturas sociais que, de alguma maneira, são como a máquina de funcionamento da sociedade. A linguagem, como mais uma engrenagem que compõe esta máquina, sinaliza para ajustes urgentes que, em um primeiro momento, parecem impraticáveis. Esse é um exemplo claro da linguagem “participando de uma atividade eminentemente política”, como afirma Rajagopalan (2009) no excerto que abre este capítulo.

E é por todas as razões aqui expostas que adoto, para a presente pesquisa, a Análise de Discurso Crítica como referencial epistemológico. Antes, porém, de me aprofundar nos pressupostos da ADC, revisitarei o período que antecede sua formulação, ressaltando alguns aspectos importantes que contribuíram para a seu desenvolvimento.

2.2 Análise de Discurso Crítica e seus pressupostos

Na década de 1970, na Grã-Bretanha, os estudos da linguagem como mediadora nas relações de ordem social e econômica se desenvolviam sob o rótulo de Linguística Crítica (LC). Esse termo foi utilizado, em 1979, como título do capítulo final da obra *Language and control*, de Roger Fowler, Gunther Kress, Robert Hodge e Tony Trew, que reuniu estudos relevantes acerca das relações entre texto, poder e ideologia, com o intuito de “demonstrar, com suas análises, que os grupos e as relações sociais influenciam o comportamento linguístico e não linguístico” de atores sociais, ampliando, dessa maneira, o olhar para além das estruturas (GOUVEIA, 2001, p. 335).

Como qualquer teoria nova, a LC enfrentou muitas críticas mesmo daqueles/as que a apoiavam. Um dos pontos frágeis apontados foi o uso pouco rigoroso do conceito de *ideologia*. Entretanto, o princípio geral – também basilar para a ADC – começa a se concretizar: a linguagem como *prática social*. Nas palavras de Gouveia (2001, p. 336), “a

linguagem faz parte da sociedade, é uma prática social e, como tal, é um dos mecanismos pelos quais a sociedade se reproduz e auto-regula”.

Enquanto que defendia tal diretriz, a LC estabelecia conexão com os estudos que remontam aos trabalhos de J. R. Firth, de M. A. K. Halliday e de J. Sinclair. Baseado em Stubbs, Gouveia (2001, p. 337) aponta cinco princípios, os quais reproduzo a seguir, que tornam essa tradição distinta dos demais estudos linguísticos desenvolvidos à época:

- **A natureza da linguística** – é essencialmente uma ciência social e uma ciência aplicada, com implicações práticas;
- **A natureza dos dados da linguística** – a linguagem deve ser estudada tendo por base instâncias de uso autênticas e comprovadas; a linguagem deve ser estudada tendo por base textos e não frases isoladas ou fragmentos textuais; os textos deverão ser estudados comparativamente, atravessando diferentes *corpora* textuais;
- **Teor essencial da linguística** – a linguística deve estudar o significado; a forma e o significado são inseparáveis; o léxico e a gramática são interdependentes;
- **A natureza do comportamento linguístico**: o uso da linguagem envolve tanto rotina como criação; o uso da linguagem transmite cultura;
- **A estrutura conceitual da disciplina** – os dualismos saussureanos (em especial *langue/parole* e *sintagmático/paradigmático*) requerem uma revisão radical. (Ênfases adicionadas)

A reflexão desenvolvida pelos citados estudiosos contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da ADC atualmente conhecida. Os estudos linguísticos propostos por Saussure, por exemplo, não eram suficientes para explicar os aspectos pragmático-discursivos identificados, já que desconsideram os aspectos relativos à linguagem na sociedade. Entra em cena os estudos funcionais da linguagem (HALLIDAY, 2004).

Além desses princípios, a LC, por assumir empréstimos conceituais de outras teorias, acabou por adquirir um caráter interdisciplinar. A *relação dialógica*, então, estabelecida entre os campos do conhecimento, promove uma ruptura promissora da barreira entre eles, servindo de suporte para pesquisas sociais que pudessem contemplar aspectos discursivos. Esse diálogo é profícuo dado o caráter social da linguagem, visto que esta é uma atividade sociointerativa, sistemática e de integração social, que se materializa em textos que realizam gêneros. (MARCUSCHI, 2008). Os conceitos de *discurso* e *ideologia*, ambos oriundos das ciências sociais, são dois exemplos clássicos que mostram tal relação. Importa registrar que a LC e, conseqüentemente, a ADC, recebeu grande influência do filósofo Michel Foucault, no que tange a entender e identificar as diferentes relações de poder estabelecidas socialmente. As concepções

teóricas que defendia fomentaram, e ainda fomentam, muitas discussões que se mostram profícuas para o surgimento e o estabelecimento da ADC como campo de pesquisa. Vale registrar que o termo *análise de discurso crítica* foi usado, pela primeira vez, na década de 1980, por Fairclough em um artigo publicado no *Journal of Pragmatics*, em 1985.

Em janeiro de 1991, quatro pesquisadores, dentre eles Fairclough, e uma pesquisadora se reuniram em Amsterdã, em virtude de um Simpósio, com vistas a discutirem “teorias e métodos, voltados de modo especial para uma abordagem nova que se fortalecia, naquele momento, na esteira da Linguística Crítica” (SILVA, 2012, p. 266). Gunther Kress (London University), Norman Fairclough (Lancaster University), Teun van Dijk (Universitat Pompeu Fabra), Theo van Leeuwen (London College of Printing) e Ruth Wodak (Vienna University e Lancaster University) consolidaram, então, um programa de intercâmbio. Esse encontro foi um marco institucional em que o cerne da discussão era a linguagem na sociedade, focalizando relações de poder e ideologia, marcando, também, a heterogeneidade do campo dos estudos discursivos críticos.

Posteriormente, a ADC chegou à Universidade de Brasília, por meio da professora Izabel Magalhães. E, desde então, vem-se consolidando como campo de estudos desenvolvido por Denize Elena Garcia da Silva, Viviane de Melo Resende, Viviane Ramalho, dentre outras/os pesquisadoras/es, na mesma universidade. A presente pesquisa é um exemplo disso.

Na América Latina, de modo mais amplo, a ADC tem recebido contribuições. Segundo Resende

quando se fala em ADC, há que considerar também os avanços realizados por pesquisadores/as latino-americanos/as. Esses/as pesquisadores/as não só têm contribuído para a difusão da ADC como teoria e método de investigação, mas também têm gerado abordagens próprias, questionando as abordagens já legitimadas e introduzindo avanços que não podem nem devem ser minimizados (2011, p. 23).

O projeto integrado de que este trabalho é parte tira proveito desse desenvolvimento, uma vez que se vincula à *Red Latinoamericana de Análisis Crítico del Discurso de las personas sin techo y en extrema pobreza* (REDLAD), cujo esforço “tem contribuído também para a formulação de relações interdisciplinares em ADC, tanto em termos teóricos quanto metodológicos” (*idem*, 2011, p. 23).

2.3 Análise de Discurso Crítica e Realismo crítico: uma ontologia crítico-realista

A ADC⁸, como já mencionado, vale-se de pressupostos oriundos das ciências sociais. Estas, por sua vez, buscando romper com o nível de abstração a que os estudos se propunham, passam a considerar a perspectiva ontológica acerca da necessidade de se transformar a realidade e não, somente, manipular ou mesmo teorizar acerca de dados e/ou conclusões alcançadas. Ao tentar romper a predominância existente no que concerne a reflexões lógico-epistemológicas, Lukács sugere uma conciliação entre a posição teórica frente a um dado problema com a estreita necessidade prática de tentar resolvê-lo. Dessa maneira, a ontologia surge do “entendimento de que a realidade deve ser transformada e não simplesmente manipulada e gestada”. (SCARPONI, *apud* LUKÁCS 2010, p.15). Sob essa nova perspectiva, tanto o campo teórico quanto o prático deveriam ser encarados de modo integrado.

De acordo com Resende (2008, p. 44) a ontologia

diz respeito ao modo como se entende a natureza do mundo social, aos componentes essenciais da realidade social. Embora a essência do mundo social possa parecer fundamental e evidente, há perspectivas ontológicas alternativas, diferentes percepções acerca do que compõe a realidade social. Não há uma verdade universal que possa ser tomada como tácita.

Ao considerar que não há uma única perspectiva ontológica e para que haja coerência na pesquisa, faz-se necessário que aspectos ontológicos estejam consonantes às questões epistemológicas estabelecidas. Por essa razão, A ADC, na perspectiva faircloughiana, se vale de uma ontologia da vida social desenvolvida no Realismo Crítico (RC) de Bhaskar (1979).

O RC é fruto de um movimento filosófico que teve por objetivo escapar do caráter prescritivo defendido por uma epistemologia tradicional, que se baseava no empirismo. O empirismo considera a existência de uma realidade que independe da mente humana, isto é, o conhecimento científico só poderia ser levado a cabo se determinado fenômeno fosse observável. Entretanto, tal maneira de pensar não era consenso entre filósofos-cientistas e foi amplamente criticado por muitos, entre eles Kuhn e Lakatos (HAMLIN, 2008). Em meados do século XX, os citados cientistas buscaram ampliar o entendimento no que concerne ao processo científico e contribuíram trazendo à baila uma perspectiva acerca

⁸ Adoto esta tradução, em detrimento da Análise Crítica do Discurso (ACD) – utilizada na maioria das universidades brasileiras que trabalham nessa perspectiva –, visto que considero, juntamente com outras/os analistas, os estudos do discurso já consolidados por Orlandi na década de 1980, referidos como ‘análise de discurso’ (MAGALHÃES, 2005).

das práticas científicas e, também, dos mecanismos sociais de negociação e de legitimação de tais práticas.

É importante registrar que o RC não reconhece a realidade pela perspectiva empirista. Ao contrário, considera a realidade aberta, o que significa que esta pode ser modificada, bem como estruturada ou estratificada, “constituída de poderes causais e mecanismos subjacentes aos eventos e fenômenos observáveis” (*idem*, 2008, p. 73). Na tentativa de romper a prescrição adotada por cientistas adeptos/as da metodologia tradicional,

o realismo crítico defende que o/[a] cientista deve buscar “campos de conhecimento” ou “níveis de realidade” que estão além daqueles possíveis pelas experiências/observações empíricas. Ou seja, existe uma realidade que não é transparente, mas que precisa ser conhecida para haver uma melhor compreensão do mundo. Existem, portanto, no mundo estruturas não empíricas subjacentes aos fenômenos, que delimitam e possibilitam os estados das coisas e eventos verificados em nível empírico (MISSIO, s/d, p. 2, acréscimo meu).

Dessa maneira, o/a cientista, em suas pesquisas, deve guiar suas buscas para além do observável. Deve buscar níveis de realidade que extrapolem observações empíricas. Em outras palavras um/a cientista não pode contentar-se, ou mesmo se convencer que o mundo se resume àquilo que se pode observar, apenas. Existem estruturas não empíricas subjacentes aos processos observáveis, estruturas estas que possibilitam e constroem eventos empíricos e que não podem ser ignoradas.

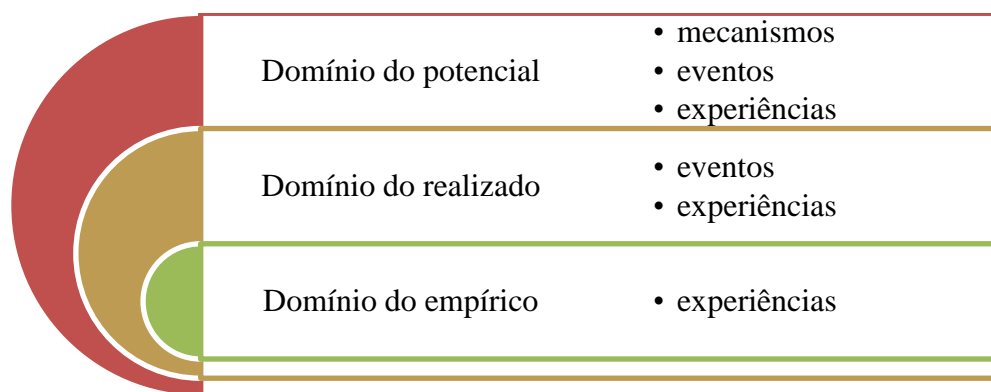
O RC sugere a existência de uma realidade exterior, independentemente de como os atores sociais pensam ou mesmo concebem essa realidade, mas reconhece a recursividade entre a realidade social e os modos como entendemos seus processos. Bhaskar se refere a esta realidade exterior como *dimensão intransitiva* do conhecimento “na qual o objeto é a real estrutura ou mecanismo existente que age independentemente de homens e mulheres e [independentemente] das condições que lhes permitem acesso ao objeto” (HAMLIN, 2000, acréscimo meu). Depreende-se, então, que o ser social mantém um intercâmbio ativo com a natureza em diversos aspectos, e isso independe se temos ou não consciência desse intercâmbio.

Sendo assim, o mundo social não é redutível aos eventos, nem mesmo às experiências ou impressões que podemos ter de tais eventos. Também é formado por estruturas irredutíveis, muitas vezes não observáveis de maneira direta. Mesmo assim, tais estruturas encontram-se na base de nossas experiências, regulando-as, moldando-as. A *estrutura social* não é rígida, ao contrário. Ela pode ser reproduzida ou transformada na

atividade social humana. Sua flexibilidade justifica-se, também, pela relação transformacional existente entre estrutura e agência, ou seja, a estrutura é, simultaneamente, o que possibilita e constrange a ação, mas é também produto desta ação. Mesmo precedendo a agência humana, as forças intrínsecas contidas nas estruturas, para que sejam operacionalizadas, dependem da ação humana. Por isso, a relação íntima entre ambas. E, para que se realize uma análise em âmbito social, é fundamental considerar tal relação.

Ao considerar que a realidade não é constituída apenas de eventos realizados passíveis de observação, mas também é composta de mecanismos estruturantes que geram esses eventos e que podem (ou não) ser experienciados, é possível enxergar a realidade como estratificada. Assim, é possível distinguir três domínios do real: i) o do potencial, que se refere ao campo dos poderes causais que subjazem aos eventos sociais; ii) o do realizado, que é o *locus* dos eventos, em que os poderes causais são ativados por mecanismos e condições que possibilitam sua operação, materializando-se em eventos realizados; e iii) o do empírico, que está relacionado ao que percebemos desses eventos na perspectiva sensorial. Bhaskar (1998, *apud* RESENDE, 2009) propõe uma figura, em que relaciona os três domínios supracitados com elementos sociais. Baseada nesta, apresento outra figura, que não inova as proposições defendidas por Bhaskar, entretanto, realça a relação de continente e conteúdo estabelecida entre os domínios do potencial, do realizado e do empírico, em que “o domínio do potencial é maior que o do realizado que por sua vez é maior que o do empírico” (RESENDE, 2009, p. 22).

Figura 2.1 – Estratificação da realidade



Ao distinguir os domínios do potencial e do realizado, Collier (2001, *apud* RESENDE, 2009) reforça a seguinte questão: o fato de se poder fazer alguma coisa não equivale ao já realizado, visto que encontramos possibilidades para essa realização, mas também constrangimentos, ambos relacionados a *poderes causais*. Nesses termos, a estratificação da realidade social chama a atenção para o fato de que nem tudo que poderia ser realizado concernente a estruturas internas dos objetos sociais (como, por exemplo, a venda do jornal *Boca de Rua* para outras cidades além de Porto Alegre) concretiza-se, efetivamente, “pois há contingências contextuais que podem bloquear mecanismos” (RESENDE, 2009, p. 21). A falta de recursos humanos e financeiros pode ser um exemplo disso para a realização da logística no caso que tomo como exemplo.

Na perspectiva crítico-realista, a ciência não está limitada a estudar similitudes em eventos, mas busca identificar e colocar em relevo mecanismos e poderes anteriores a esses eventos, o que não é uma tarefa fácil, já que as manifestações de tais mecanismos e poderes não são facilmente observáveis em eventos. Quando acionados, podem produzir um conjunto de mecanismos que influenciarão determinadas práticas sociais.

Então, como acessar tais estruturas, como mapear essa relação? Importa esclarecer que os caminhos a serem percorridos não são fáceis, visto que o mundo é concebido como um sistema aberto, repleto de possibilidades. Mas não é impossível. Para tanto, as estratégias metodológicas devem ser constituídas de diversos estágios, com vistas a uma investigação que culminará em uma crítica explanatória.

Se o mundo é concebido como um sistema aberto, admitimos que um dado evento sempre poderia ser diferente, com muitas possibilidades. Não se pode desconsiderar, entretanto, que mesmo reconhecendo as múltiplas possibilidades, um ator social possa ter consciência daquilo que está fazendo e por que está fazendo (objetivos), configurando-se uma ação intencional. Uma ação intencional, por sua vez, configura conhecimento acerca de práticas humanas. Logo, a durabilidade acerca deste conhecimento encontra-se em um nível diferente das estruturas que lhe subjazem, mas não são redutíveis aos eventos. A ação intencional pode ser tanto de cunho *reprodutivo*, o que justifica a durabilidade das estruturas sociais, como pode ser de cunho *transformativo*, já que o ator social tem, *a priori*, distintas possibilidades de ação (CAVALCANTE, 2007 *apud* MISSIO, s/d).

Da concepção da realidade estratificada e aberta, é plausível concluir que eventos não podem ser reduzidos a um nível particular da realidade. *Ser* não pode ser reduzido a *ser conhecido*. Entretanto, os mecanismos podem manter regularidades observáveis. Nesse sentido, Lawson (1997, p. 204) sugere que

embora o mundo social seja aberto, dinâmico e em mudança, alguns mecanismos podem ser, em regiões restritas de tempo e espaço, reproduzidos continuamente e tornar-se (ocasionalmente) aparentes em seus efeitos no nível dos eventos, dando origem a generalidades imperfeitas, mas efetivas, ou regularidades parciais, mantendo-se em tal grau que, *prima facie*, uma explicação é requerida.

Tais regularidades, ainda que parciais, podem indicar a ponta do *iceberg* para chegarmos a uma explanação causal de um processo social, a exemplo, a situação de rua.

Ao chamar a atenção para a diferença existente entre ontologia e epistemologia, Bhaskar afirma que, muitas vezes, não se considera que uma dada prática seja continuada apenas em virtude da ação do experienciador enquanto *agente causal* de eventos que realizam essa prática. Logo, é possível acessar certas práticas por serem constantemente repetidas em eventos realizados. É importante esclarecer que o conhecimento, enquanto *produto social*, só pode ser (re)conhecido devido a produções sociais anteriores.

Quando conseguimos mapear eventos regulares, estamos diante de criações humanas, o que não pode ser confundido com os experimentos científicos. Estes são criações artificiais. Hamlin (2008, p. 74) pondera que

uma condição da inteligibilidade da atividade experimental é a de que, em um experimento, o[a] cientista é o *agente causal* de uma sequência de eventos (que permite identificar uma possível relação causal entre dois ou mais eventos), mas não é o agente da *lei causal* que a sequência de eventos permite ao[à] cientista identificar (Bhaskar, 1997, p. 12), pois elas estariam operando quer as tenhamos identificado, concebido, imaginado, ou não. Assim, por exemplo, a lei da gravidade estava operando muito antes de sua identificação, embora a maneira como concebemos seus efeitos e suas propriedades possa variar ao longo do tempo. (acréscimo meu)

A realização de um evento social depende, ao contrário, da ação humana. Por essa razão, a “ação-dependente”, assim nomeada e reconhecida no RC, configura-se como uma característica de todo processo social. Isso significa que as pessoas têm um papel ativo no que concerne tanto à observação quanto à seleção de determinadas ações, como também muitas dessas ações podem, de alguma forma, ser construídas por essas pessoas (HAMLIN, 2008).

Toda essa perspectiva ontológica, trazida pelo RC, contribuiu de maneira substancial para os estudos desenvolvidos sob a égide da ADC, especialmente na versão deslanchada nos trabalhos de Fairclough. A linguagem perpassa “todos os níveis da vida social, desde os mais fixos (**estruturas sociais**) aos mais flexíveis (**eventos sociais**),

passando pelo nível intermediário (**práticas sociais**)” (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 14). Como vimos, as *estruturas sociais* estão no nível mais abstrato da vida em sociedade, no domínio do potencial. É nas estruturas que encontramos possibilidades e constrangimentos para a ação humana. Ao longo do tempo, configura-se como produto dessas ações. Nesse nível, a linguagem figura como *sistema semiótico*, incluindo todos os mecanismos linguísticos potencialmente disponíveis. Já nos *eventos sociais*, a ação humana é realizada, é materializada. É nesse nível que a linguagem corporifica-se em *textos*. Esses dois níveis, o do potencial e do realizado, são intermediados pelas *práticas sociais* que, por sua vez, ‘controlam’ o que pode ser realizado e também preveem como poderá ser realizado. A isso, nomeamos de *ordem social*. Nesse nível intermediário de abstração, a linguagem figura como *ordens de discurso*.

Em outras palavras, a *ordem social* funciona como um protótipo das práticas socialmente conhecidas e, de alguma maneira, reconhecidas por uma sociedade. A partir daí, os atores sociais podem agir de modo relativamente criativo. Fairclough (2003), baseado em Foucault, nomeia de *ordem do discurso* o aspecto discursivo/semiótico da *ordem social*. “É a forma em que diversos *gêneros*, *discursos* e *estilos* são entrecruzados simultaneamente”⁹ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 206). É importante registrar que a *ordem do discurso* não se configura como um sistema fechado, ao contrário. É um sistema aberto e passível de mudanças mediante as interações. Nas palavras de Foucault, “Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2004, p. 9). Isso significa que a produção discursiva é regulada, selecionada, organizada e, também, (re)distribuída no âmbito social. Sabemos que algumas questões são perfeitamente pertinentes em algumas searas sociais, e em outras não. Fairclough (2003, p. 24) pondera, ainda, que

ordem de discurso é uma rede de práticas sociais no aspecto linguístico (da linguagem). Os elementos de ordens de discurso não são coisas como nomes e sentenças (elementos de estruturas linguísticas), mas *discursos*, *gêneros* e *estilos*. Esses elementos selecionam certas possibilidades definidas pelas línguas e excluem outros – eles controlam a variabilidade linguística para certas áreas da vida social. Então ordens de discurso podem ser vistas como organização e controle social da variação linguística.¹⁰ (ênfase adicionada)

⁹ “It is the way in which diverse genres and discourses and styles are networked together”.

¹⁰ “An order of discourse is a network of social practices in its language aspect. The elements of orders of discourse are not things like nouns and sentences (elements of linguistic structures), but discourses, genres and styles (I shall differentiate them shortly). These elements, and particular combinations or articulations of these elements, select certain possibilities defined by languages and exclude others – they control

Um aspecto dessa organização, desse ordenamento, é a dominância. Assim, algumas maneiras de fazer sentido serão dominantes em relação a outras. Essa dominância é conhecida por hegemonia, em que um grupo exerce poder sobre os demais, respaldado no consenso. Ou seja, uma estruturação social particular pode tornar-se hegemônica, constituindo-se parte do senso comum que legitima e mantém relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001; RESENDE & RAMALHO, 2006). Já que a ordem do discurso não é um sistema fechado ou rígido, como anteriormente mencionado, a hegemonia pode ser contestada em alguma medida, dada sua instabilidade. E é nessas aberturas que a ADC irá atuar, como teoria crítica.

Outra importante contribuição do RC para a ADC é o *modelo transformacional da atividade social*. Esse modelo enxerga a sociedade como pré-existente à ação individual, mas a mesma sociedade existe em decorrência da agência humana. O ponto importante aqui é: nem a sociedade reduz-se à agência humana, nem a agência humana reduz-se à sociedade (SAYER, 2000; RAMALHO, 2006). Dessa forma, a estrutura social é tanto o resultado da ação humana como é meio para que a ação se realize.

2.4 A ADC como instrumental teórico-metodológico

Como instrumental teórico-metodológico, a ADC disponibiliza conceitos e ferramentas de análise, com vistas a instrumentalizar o/a pesquisador/a no tocante ao mapeamento de conexões existentes entre aspectos sociais e semióticos, objetivando a) a investigação de mecanismos discursivos causais, considerando seus efeitos potencialmente ideológicos; b) a construção de reflexões críticas que possam aludir a soluções possíveis, viáveis no tocante à superação de relações assimétricas de poder (RAMALHO, 2008). Tal construção só é possível graças à flexibilidade da ADC. Esta não se apresenta como abordagem fechada ou homogênea, ao contrário. Tampouco é uma ‘escola’ que abarca os diferentes campos dos estudos discursivos (WODAK & MEYER, 2009).

A heterogeneidade em ADC caracteriza-se pela manutenção de diálogos com diferentes áreas do conhecimento, o que implica dizer que não há um enquadre teórico ou metodológico único. Há, no entanto, abordagens específicas que compõem um grupo representativo das principais linhas de pesquisa sob essa marca: o linguista van Dijk põe

linguistic variability for particular areas of social life. So orders of discourse can be seen as the social organization and control of linguistic variation”.

em diálogo a Psicologia Social e a Linguística de Texto; Ruth Wodak mantém estreita relação tanto com a Sociolinguística quanto com a História; e Fairclough lança mão de ferramentas da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) em diálogo com o Realismo Crítico, visando análises sociais de base discursiva. Desenvolvo a presente pesquisa pautada na abordagem de Fairclough, que teoriza acerca da identificação de “problemas sociais parcialmente discursivos” (RESENDE, 2009, p.12) por meio de análises de textos situados (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). A proposta metodológica desenvolvida percebe a linguagem como parte da prática social; contempla aspectos linguístico-discursivos em suas análises; considera os atores sociais que fazem uso da linguagem e a flexibilidade em eventos comunicativos, reconhecendo o potencial de criatividade no tocante à produção textual situada.

A LSF, principalmente na perspectiva de Halliday, traz um relevante aparato no que tange ao manuseio linguístico das análises empreendidas, já que não enxerga a língua como estrutura, apenas. Considera, principalmente, como a organização das estruturas linguísticas pode revelar traços funcionais a que a língua serve. Dessa forma, contexto, pragmática linguística e atores sociais tornam-se noções imprescindíveis para um entendimento proficiente do funcionamento social da linguagem.

Halliday (2004) aponta a língua como um sistema facilitador no que se refere às necessidades humanas e, dessa forma, é organizada funcionalmente de maneira a satisfazer tais necessidades. Logo, não é possível conceber a língua como um sistema arbitrário. Partindo desse pressuposto, a teoria sistêmica organiza os componentes funcionais da língua em três metafunções, realizadas simultaneamente: a *ideacional*, a *interpessoal* e a *textual*. A metafunção ideacional está ligada às formas de representação seja do mundo, seja das experiências nele vividas. A interpessoal está relacionada às múltiplas interações e relações entre participantes. E a textual refere-se à organização daquilo que é dito, de maneira coerente e associada ao contexto em que se realiza.

Fairclough (2003) recontextualiza¹¹ esses conceitos, e passa a considerar tais componentes não como metafunções, e sim como componentes que encerram ‘significados’ e que estão presentes em todo texto. Assim, todo texto compreenderá os significados *acional* (referente a gêneros), *representacional* (relacionado a discursos como modos de representação do mundo) e *identificacional* (referente às formas pelas quais as pessoas se identificam e podem ser identificadas). Os conceitos de gêneros,

¹¹ Para um estudo mais aprofundado acerca dessa recontextualização, confira Fairclough (2003), Resende (2009) e Ramalho & Resende (2011).

discursos e estilos, já apresentados anteriormente, servem de base para a construção de uma crítica explanatória, que é construída com base na análise de textos associados a problemas sociais, produtos de práticas sociais.

Resende (2009, p. 13) pondera que a escolha de categorias linguísticas não deve ser feita previamente, mas as categorias a serem utilizadas em cada análise “emergem dos dados e dos objetivos da análise”. Desta forma,


a utilização de categorias linguísticas, portanto, justifica-se na medida em que possibilita ao /à analista explorar a materialização discursiva de problemas sociais, em termos dos efeitos dos aspectos discursivos em práticas sociais contextualizadas (e vice-versa), da vinculação de textos a discursos particulares, dos efeitos de discursos particulares na constituição de identidades e na legitimação de modos de ação.

Na presente pesquisa, a *representação de atores sociais* será a principal categoria analítica aplicada aos textos do jornal *Boca de Rua* que compõem o *corpus* analítico desta pesquisa (cf. a seção 2.4.1).

A epistemologia está associada às maneiras pelas quais a realidade social pode ser acessada (RESENDE, 2009). Logo, questões epistemológicas “são questões sobre como se considera possível gerar conhecimento acerca da realidade social pesquisada” (RESENDE 2008, p. 79). Ramalho (2006, p. 79) aponta pelo menos, quatro implicações teórico-metodológicas em ADC, com base no RC: i) ao passo que internaliza traços de outros estratos, a semiose também exerce efeito sobre esses estratos, pois “internaliza traços de outros momentos, bem como é internalizado por eles, de maneiras imprevisíveis, sem se reduzirem a um”; ii) a ADC, por meio da crítica explanatória, extrapola aspectos semióticos e busca atingir níveis mais profundos da realidade; iii) a semiose é tratada na perspectiva de prática social, já que esta é tida como ponto convergente entre estrutura e agência, e há interdependência causal entre ambas; iv) a ADC não realiza pesquisas alheias à subjetividade do/a pesquisador/a, daí também a posição crítica adotada pela ADC.

Vale registrar que o termo *crítica* demarca, em um primeiro momento, nossa “preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais”, sejam elas de qualquer natureza (MAGALHÃES, 2005, p. 6). Ramalho & Resende (2011, p. 12) complementam essa demarcação considerando o termo ‘crítica’ como herança dos estudos desenvolvidos sob a ótica da LC, “que visa oferecer suporte científico para a crítica situada de problemas sociais relacionados ao poder como controle”.

A ADC tem no cerne de sua discussão a linguagem como *prática social*. Fairclough entende que *práticas sociais* “articulam o *discurso* (enquanto linguagem) juntamente com outros elementos sociais não discursivos”¹² (2003, p. 25). De acordo com este autor, qualquer prática social é resultado da articulação dos seguintes elementos:

- 
- Ação e interação
 - Relações sociais
 - Pessoas (com crenças, atitudes, histórias etc.)
 - O mundo material
 - Tempo e espaço¹³
 - Discurso

Na prática particular em foco, a produção do jornal *Boca de Rua* articula, simultaneamente, meios particulares de uso da linguagem (tanto por parte das PSR envolvidas no processo, como por parte de pessoas ligadas à ALICE), relações sociais estabelecidas na produção do jornal, a estrutura e o uso do espaço destinado a essa produção, e assim por diante. Esses são elementos que se relacionam dialeticamente. Outro aspecto importante a ser mencionado, com relação às práticas, é que são modos de ação historicamente situados (RESENDE & RAMALHO, 2006). Nesta pesquisa, analisarei amostras discursivas selecionadas de diferentes momentos do jornal, e apontarei algumas mudanças discursivas identificadas nestas amostras e por que são significativas.

O *discurso* configura-se, primeiramente, como um momento da *prática social*, ou seja, ‘como parte da ação’ (FAIRCLOUGH, 2003), que, propensa à modelagem ideológica, pode reproduzir, como também transformar, uma dada realidade social. O momento discursivo de toda prática compõe-se de momentos internos: discursos, gêneros, estilos.¹⁴ Os *discursos* como modos particulares de representação são articulados em

¹² “they articulate discourse (hence language) together with other non-discoursal social elements.”

¹³ Este elemento é mencionado por Fairclough no artigo intitulado “*The dialectics of discourse*”, publicado em 2001 (cf. a tradução desse artigo em Magalhães, 2012). Na recontextualização do conceito, em Fairclough (2003), ele é diluído. Entretanto, atrevo-me a reinseri-lo enquanto elemento visível, já que toda prática é um modo de ação historicamente situado. Sendo assim, tempo e espaço são elementos imprescindíveis tanto na constituição de um evento (estruturado na prática) como para seu entendimento em momento posterior.

¹⁴ Discurso, em ADC, tem um sentido ambíguo. O termo pode ser usado tanto em sentido mais abstrato, quando se refere a um elemento da prática social, “como em sentido mais concreto, como um substantivo

gêneros discursivos, que são formas relativamente estáveis de (inter)ação em práticas sociais situadas. Nessa (inter)ação, as relações de poder estão intrínsecas, o que significa o estabelecimento de relações *com* o/a outro/a, mas também ação *sobre* o/a outro/a (RAMALHO, 2011). As escolhas discursivas empreendidas em tais relações expressam, de alguma maneira, os diferentes *estilos* na forma como pessoas se identificam e como identificam outras pessoas. (RAMALHO & RESENDE, 2011). Assim, *estilos* estão diretamente relacionados a processos de identificação.

O discurso em ADC, portanto, traz em sua composição muito mais que aspectos linguísticos. Como já mencionado, é uma das formas de materialização daquilo que resulta das relações estabelecidas entre pessoas (que trazem consigo valores, histórias, cultura) e os mais diferentes elementos sociais (incluindo os de natureza linguística), elementos estes imbricados de significação, interligados a outros elementos da vida social (FAIRCLOUGH, 2003), configurando-se em uma parte de toda uma *prática social* (RAMALHO & RESENDE, 2011). Partindo dessa concepção, a ADC encara o discurso como “um modo de ação historicamente situado” (RESENDE & RAMALHO 2006, p. 26), o que permite uma análise discursiva crítica situada e de perspectiva sócio-histórica.

A ADC, nas palavras de van Dijk (2010, p. 113), é

um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os[as] analistas críticos[as] do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social. (acréscimos meus)

Dois aspectos relevantes são apontados nessa definição. O primeiro é a ‘investigação analítica e discursiva’. Por meio dessa investigação, é possível desnaturalizar crenças basilares a estruturas de dominação e, por conseguinte, desarticular tais estruturas. O segundo aspecto é ‘o posicionamento explícito’ adotado pelo/a analista. Isto significa dizer que as pesquisas desenvolvidas sob a égide da ADC não simulam imparcialidade científica, ao contrário. Nós, analistas, nos posicionamos explicitamente frente aos problemas sociais parcialmente discursivos que investigamos.

Fairclough (2012, p. 308) defende que a ADC

é muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose

contável em referência a *discursos particulares*”, como o discurso neoliberal, por exemplo (RESENDE & RAMALHO 2006, p. 28, ênfase adicionada; cf. FAIRCLOUGH, 2003).

(que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante) como um elemento ou momento do processo social material que dá margem a análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões mais amplas sobre o processo social. Além do mais, esta perspectiva tem uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, com eles se engajando não apenas de maneira interdisciplinar, mas transdisciplinar, entendendo que coengajamentos particulares sobre determinados aspectos do processo social devem suscitar avanços teóricos e metodológicos que perpassem as fronteiras das várias teorias e métodos.

Mais que ferramentas de análise linguística, a ADC propõe o entendimento de discursos circundantes socialmente, contemplando a crítica social e considerando o espaço sócio-histórico contemporâneo. Além disso, seu caráter inter/transdisciplinar permite um diálogo profícuo com outras teorias que se coadunam com seus pressupostos, a exemplo da LSF.

É importante frisar que a interdisciplinaridade configura-se no ‘rompimento de fronteiras disciplinares’ (RESENDE, 2009; WODAK, 2009). Tal rompimento exige do/a analista o manuseio também de conceitos e categorias desenvolvidas pelas Ciências Sociais. Ao instaurar este diálogo entre diferentes campos do conhecimento, o olhar do/a pesquisador/a frente a problemas sociais parcialmente discursivos é ampliado, já que cada área vê o mesmo objeto, mas sob pontos de vistas diferentes.

Para a compreensão das práticas sociais, a ADC lança mão da análise de textos. Textos, aqui entendidos em seu sentido mais amplo, como resultados semióticos de eventos discursivos, podem produzir mudanças na forma como uma pessoa vê o mundo e se vê no mundo. Mais que isso, os efeitos de um texto podem alcançar o mundo material, provocando mudanças nos mais variados âmbitos sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Ao considerar tais efeitos, Fairclough pondera que estamos lidando com efeitos de sentido, já que não podemos afirmar que características específicas podem provocar algum tipo de mudança seja no comportamento de uma pessoa, seja no conhecimento socialmente compartilhado. Nessa perspectiva, a causalidade não está relacionada a regularidade de causa e efeito, já que “textos podem ter efeitos causais sem serem necessariamente ter efeitos regulares”¹⁵ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8).

Os *efeitos ideológicos* estão no cerne da investigação em ADC, contribuindo seja para a manutenção, ou mesmo mudanças em relações sociais de poder. Para Fairclough (2003, p. 9), “ideologias são representações de aspectos do mundo que podem ser mostradas para contribuir para o estabelecimento, manutenção e mudança das relações

¹⁵ “Texts can have causal effects without them necessarily being regular effects”.

sociais de poder, dominação e exploração”¹⁶. Outra definição de ideologia que se coaduna com os propósitos da ADC é a proposta por Thompson (1995), que a concebe como conteúdo simbólico a serviço do poder. Por meio de ideologias, é possível compreender como relações de dominação são instauradas e mantidas.

Para mapear essas relações, a ADC lança mão de categorias analíticas. Elas nos possibilitam fazer um mapeamento de textos, estabelecendo conexões entre instanciações discursivas e as práticas que as engendram, e os efeitos sociais potenciais que essas conexões estabelecem. Vale lembrar que tais categorias estão associadas aos significados do discurso, que são o *acional*, o *representacional* e o *identificacional* (cf. seção...). É preciso esclarecer, entretanto, que uma categoria ser, em princípio, associada a um desses elementos da ordem de discurso (discursos, gêneros, estilos) não a impede de ter implicações também sobre outros elementos.

As categorias são ferramentas importantíssimas nas análises, e garantem que análises não sejam confundidas com meras interpretações. Por essa razão, a aplicação deve ser sistemática, com vistas à construção de uma crítica explanatória de base discursiva. A pesquisa de cunho emancipatório tem uma visão crítica da sociedade e busca não somente explicar o mundo, mas favorecer a superação de problemas sociais. A compreensão da realidade social implica considerar os processos discursivos que a constituem. Como dito anteriormente, a principal categoria utilizadas nas análises será a representação de atores sociais.

2.4.1 Representação de atores sociais

Nas práticas sociais, tanto os eventos como os atores sociais ganham representatividade no discurso. Com relação à representação de atores sociais algumas perguntas ganham relevo na pesquisa: quais os diferentes modos pelos quais os atores são representados? Que escolhas o sistema linguístico nos proporciona para nos referirmos às pessoas? Como os atores sociais de relevo estão representados? Para van Leeuwen (1997, p.169) “a agência sociológica nem sempre é realizada pela agência linguística”. Por essa razão, considerando que não é pertinente perdermos exemplos pertinentes às análises. É importante registrar que a inclusão, ou não, de atores sociais atendem aos interesses e

¹⁶ “Ideologies are representations of aspects of the world which can be shown to contribute to establishing, maintaining and changing social relations of power, domination and exploration”.

propósitos de uma determinada publicação. Uns serão excluídos por ‘sua irrelevância’ no contexto, outras para atingirem uma dada estratégia.

Toda publicação defende um ponto de vista. Em um *street paper* voltado para a temática relacionada às pessoas em situação de rua, não esperamos a exclusão de pessoas que fazem parte desse grupo. Ao contrário. Encontraremos quase que exclusivamente, os seguintes atores: pessoas em situação de rua, ONGs, Governo, em suas diversas instâncias. Quando, em uma representação, a **exclusão** desses atores é evidente, torna-se importante entender quais propósitos a exclusão serve e para que fins, além de observar que, ou quais, objetivos atendem. E o mais interessante, quem é o maior beneficiário nesse tipo de representação. Seguindo esse caminho, é pertinente mapear quando a exclusão deixa vestígios. Assim, analisarei as maneiras como os atores são representados, com base em van Leeuwen (2008). O quadro a seguir foi elaborado com base em algumas formas de representação¹⁷, seguidas de uma breve explicação:

Quadro 2.1 – Representação de atores sociais

Exclusão	Supressão	Ocorre quando há ausência de referência em relação ao ator.		
	Colocação em segundo plano	Ocorre quando conseguimos fazer inferências de quem são, no discurso, ainda que não estejam pouco visíveis.		
Inclusão	Ativação	É representado ‘como força ativa e dinâmica numa atividade’.		
	Apassivação	Sujeição	Quando é o alvo da atividade.	
		Beneficiário	É aquele se beneficia positiva ou negativamente de algo.	
	Circunstancialização	É marcada por meio de circunstâncias preposicionais.		
	Personalização	Determinação	Categorização	Quando é identificado seja pela identidade, seja pela função partilhada com outras pessoas.
			Nomeação	Quando o ator social é identificado pelo próprio nome.
		Indeterminação	Quando não há especificação dos atores sociais.	
Impersonalização	Abstração	Quando o ator social é representado por uma qualidade que possui.		

Fonte: Baseado em Resende e Ramalho, 2006, p. 74.

¹⁷ Para mais aprofundado acerca de representações de atores sociais confira van Leeuwen (2008) e Resende e Ramalho, 2006.

A pesquisa em questão enseja analisar a ação discursiva de porto-alegrenses em situação de rua que estão envolvidos/as na produção e na venda do jornal *Boca de Rua*. Entretanto, não se pode ignorar um aspecto bastante salutar que prescinde esse processo: o sentimento de pertencimento a uma organização, teoricamente, não familiar que irá contribuir na (re)construção de valores, preferências, maneiras de pensar e agir de pessoas que trazem diferentes perspectivas de mundo, mas com, pelo menos uma em comum: a de exclusão social. O conflito instaurado entre um grupo que se enxerga alheio à sociedade frente a outro grupo que busca a reinserção social provoca mudanças, já que “a dualidade do pertencimento/ não-pertencimento faz com que os grupos em situação de liminaridade sejam forçados a ter consciência das práticas, dos valores, das crenças e das tradições não apenas dos grupos dominantes, mas também dos seus próprios” (HAMLIN, 2008, p. 78).

Toda jornada pressupõe um começo. Mais que isso, pressupõe certa organização desde a decisão de se pesquisar um dado objeto até os caminhos (metodologia) que serão percorridos para se concluir, de maneira exitosa, a jornada pretendida. Neste capítulo, discuto as escolhas metodológicas desta pesquisa, em quatro seções: na primeira, aponto algumas escolhas preliminares; na segunda, focalizo o paradigma qualitativo na investigação; na terceira, abordo a ADC como referencial metodológico; na quarta discuto a composição do *corpus* analítico e do *corpus* complementar da pesquisa.

3.1 Os momentos pré-pesquisa: escolhas e metodologias

Ao ingressar no Mestrado em Linguística da Universidade de Brasília, não tinha estabelecido, de maneira concreta, objetivos que orientassem uma pesquisa. Entretanto, já me incomodavam questões voltadas ao grande poder que a mídia latifundiária, pode exercer e, em grande escala, influenciar mecanismos de funcionamento de uma dada sociedade. Ao concretizar o convite à Viviane Resende para atuar como professora-orientadora de minha dissertação, e ao mencionar meu anseio em investigar questões associadas à relação mídia-sociedade, ela me apresentou o grupo de pesquisa que coordena e convidou-me a ingressar no grupo.

Intitulado “*Mobilização, direitos e cidadania: ação, representação e identificação no discurso*”, e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, o grupo de pesquisa em questão

tem por objetivo geral investigar como a mobilização para a garantia de direitos se constrói e é representada discursivamente, em diversos ambientes institucionais e em variados tipos de textos. Em uma conjuntura na qual o Estado encolhe-se no que se refere à oferta de serviços públicos como segurança, educação, saúde, acesso a tecnologias, e à garantia de direitos básicos tais como segurança alimentar e moradia, a mobilização social torna-se cada vez mais relevante para assegurar o acesso à cidadania. E o discurso tem papel essencial nesse processo, tanto como forma de ação para a mudança social (por meio das novas tecnologias de comunicação, por exemplo, articuladas a publicações como as que este projeto específico focaliza) quanto como meio para a constituição de identidades de resistência e de projeto (RESENDE, 2010, p. 2).

Partindo dessa perspectiva, o projeto de pesquisa integrado intitulado “*Publicações em Língua Portuguesa sobre População em Situação de Rua: Análise de Discurso Crítica*” visa investigar as cinco publicações em Língua Portuguesa especificamente voltadas para a situação de rua e integrantes da rede internacional *International Network of Street Papers*, INSP. As revistas *Cais e Ocas*”, bem como os jornais *O Trecheiro*, *Aurora da Rua* e *Boca de Rua*, passaram a compor o material empírico principal das pesquisas engendradas por nosso grupo.¹⁸

Ao ingressar no grupo de pesquisa, minha primeira providência foi me aprofundar nos pressupostos da Análise de Discurso Crítica, pressupostos esses que iriam embasar minhas análises, com vistas à construção de uma crítica explanatória, uma vez que a ADC, como já discutido no capítulo anterior, “operacionaliza conceitos oriundos tanto da Linguística quanto das Ciências Sociais” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 8).

Paralelamente, comecei a me concentrar também em estudos relativos à população em situação de rua bem como à conjuntura que a envolve, com o intuito de conhecer mais acerca da temática (BAUMAN, 1998; BOURDIEU, 1998; CASTEL 1998, 2008; GIORGETTI, 2006; MATTOS, 2006; MENDES *et al* 2004; RAMALHO & RESENDE 2011; SOARES, 2003).

Por fim, para entender a função social dos *street papers* como instrumento contra-hegemônico, busquei compreender a importância da comunicação mediada no contexto contemporâneo (COSTA, 2007; 2009; RICHARDSON, 2007; THOMPSON, 2011).

Feito tudo isso, para construir um planejamento de pesquisa precisei me valer também dos pressupostos defendidos em pesquisa qualitativa (FLICK, 2009). Na próxima seção, discutirei, ainda que brevemente, o paradigma qualitativo de investigação social.

3.2 A pesquisa social sob a égide qualitativa

Muitos são os aspectos que confluem para a escolha da *pesquisa qualitativa* (PQ) como norteadora da pesquisa social, entre eles a natureza dos dados. Com base nas características apresentadas por Flick (2009a, p. 9), o caráter qualitativo da pesquisa é definido por:

¹⁸ O citado projeto, que recebeu apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), Edital 3/2010, processo 2010/00090-1, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP-IH) da Universidade de Brasília em 5 de julho de 2010. Por esse projeto, a professora Viviane Resende teve o seu trabalho ainda mais reconhecido ao ser laureada com o “Prêmio Jovens Investigadores”, em 2011.

- Possibilitar pesquisas que almejam acessar representações em espaços naturais. Isso significa, também, que os/as pesquisadores/as em PQ não são concebidos como alheios à pesquisa, mas como parte importante desta.
- Não formular hipóteses a serem testadas. Ao longo da pesquisa, conceitos são delineados ou mesmo refinados para o estudo em questão.
- Adequar métodos e teorias ao que se pretende estudar, e não o contrário.
- Considerar o contexto social no qual a pesquisa está imersa, com vistas a melhor compreender o objeto.
- Entender a importância da diversidade metodológica como importante instrumental para a interpretação de resultados específicos, com vistas a possíveis transformações sociais.

De acordo com Denzin & Lincoln, (2006, p. 17), a PQ configura-se como uma atividade situada que identifica o/a observador no mundo. “Consiste [também,] em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”. Logo, não privilegia uma única perspectiva metodológica, visto que é “um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar” (DENZIN & LINCOLN, 1994 *apud* SANDÍN ESTEBAN, 2010, p. 125), e, para a pesquisa social, em alguma medida, diferentes representações de práticas materiais ampliam o olhar para o objeto em estudo, como também possibilitam o acesso a esse objeto sob diferentes ângulos, dando maior solidez a análise interpretativa.

É importante ressaltar que

a palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente (se é que são medidos de alguma forma), em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. Os [As] pesquisadores [/as que engendram estudos] qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o[a] pesquisador[a] e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Esses[as] pesquisadores[as] enfatizam a natureza repleta de valores da investigação. Buscam soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado. (DENZIN & LINCOLN, 2006, p. 23, *acréscimos meus*).

Essa proposição abarca alguns pontos relevantes: o primeiro é que esse modelo de pesquisa não quantifica fatos observáveis do objeto de estudo. Ao contrário. A PQ busca explicar fatos sociais sem transformá-los em verdades universais. O segundo ponto é a

relação – explícita – estabelecida entre o/a pesquisador/a e o seu objeto de estudo. Aqui, mais uma vez, nós – analistas de discurso – nos respaldamos com relação a não neutralidade na pesquisa, como bem pontua Hughes (1983, p. 22). Ele destaca que “todo instrumento ou procedimento de pesquisa encontra-se inextricavelmente permeado de compromissos para com versões particulares do mundo e modos de conhecimento do mundo adotados pelo[a] pesquisador[a] que os utiliza” (acréscimos meus). Assim como o ator-pesquisador não é neutro, a ciência também não o é, visto que ambos estão imbuídos de crenças que influenciam maneira de se conceber o mundo e o fazer científico. Por essa razão, a ciência é vista como uma prática interpretativa. Essa característica faz com que a PQ não contemple uma única prática metodológica. Entretanto, mesmo flexibilizando as muitas possibilidades de diálogo entre diferentes campos epistemológicos, com o objetivo de acessar componentes ontológicos referentes às práticas sociais em foco, é preciso que haja *coerência e coesão* nas escolhas estabelecidas, com vistas ao *rigor científico*.

O mundo pode ser acessado por diferentes representações de práticas materiais, em estudos de caso, notas de campo, entrevistas... O caráter de minha pesquisa é essencialmente *documental*. Mesmo que possa causar certo estranhamento, dada a sua natureza qualitativa, não é desejável desconsiderar fontes documentais, já que podem fornecer dados importantes para a pesquisa. De maneira indireta, é possível compreender alguns mecanismos adotados na representação de uma prática social particular. Na perspectiva qualitativa, como já mencionado anteriormente, é prescindível a quantificação de dados recolhidos. O enriquecimento da pesquisa está diretamente ligado à qualidade dos dados gerados, a partir do olhar criterioso do/a pesquisador/a acerca da problemática levantada.

A coleta de documentos é um importante momento desta pesquisa, exigindo certos cuidados na seleção do *corpus*. Nessa pesquisa, o material empírico utilizado é de natureza *formal* (RAMALHO & RESENDE, 2011), constituído, essencialmente, por quatro reportagens selecionadas do jornal *Boca de Rua*. Paralelamente, esses dados se complementam por *documentários* veiculados na Internet e por dados de natureza *informal* gerados em *entrevista semiestruturada* cedida pela coordenadora do projeto que inclui o jornal em questão, Rosina Duarte, bem como por *notas de campo* geradas nos (ainda que poucos) momentos com membros do *Boca de Rua*.

3.3 ADC enquanto contributo metodológico

Com vistas a intentar a construção de uma reflexão acerca de possíveis mudanças sociais, Chouliaraki & Fairclough (1999) propõem um enquadre epistemológico básico para pesquisas em ADC, apoiado metodologicamente na LSF, com o intuito de levar a cabo o estudo de práticas discursivas em contextos sociais. O enquadre epistemológico é assim representado:

Quadro 3.1 – Enquadre para ADC de Chouliaraki & Fairclough

ETAPAS DO ENQUADRE PARA ADC DE CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH (1999)		
1) Um problema (atividade, reflexividade)		
2) Obstáculos para serem superados	(a) análise da conjuntura	(i) práticas relevantes
	(b) análise da prática particular	(ii) relações do discurso com outros momentos da prática
		(i) análise estrutural
	(c) Análise de discurso	(ii) análise interacional
3) Função do problema na prática		
4) Possíveis maneiras de superar os obstáculos		
5) Reflexão sobre a análise		

Fonte: Resende e Ramalho (2006, p. 37).

Com base no enquadre proposto e levando em consideração que o produto midiático em análise configura-se como um instrumento contra-hegemônico, o possível *problema social a ser investigado* está relacionado à representação da extrema pobreza sobre o prisma daqueles/as que a vivem diariamente e daqueles/as que se envolvem diretamente na produção de um jornal dessa natureza. Por extensão, qual o grau de participação (protagonismo) de pessoas em situação de rua envolvidas na produção e venda do jornal *Boca de Rua* é parte do problema de pesquisa.

Thompson (2011) pondera que o sistema midiático funciona como um grande *anúncio* do modo de vida ocidental-moderno, criando representações de mundo que se transformam em verdades universais, reificando perspectivas dominantes. Assim, no espaço do que chamo de ‘mídia latifundiária’, pessoas em situação de rua são representadas, na grande maioria das vezes, como estorvos para a sociedade, e não como vítimas de um sistema que privilegia uma pequena parcela da sociedade. De maneira a

contrapor tal perspectiva, surgem mecanismos contra-hegemônicos que buscam desestruturar essa hegemonia discursiva. O *street paper* em questão é um exemplo disso.

O contato constante com veículos de comunicação de massa me fez compreender o quão grave é, para o funcionamento da sociedade, a maneira como enxergamos um determinado grupo. Essa concepção pode nortear as relações estabelecidas com esse grupo, seja de inclusão ou, mesmo, de exclusão.

A segunda etapa do enquadre epistemológico básico em ADC é *identificar os obstáculos a serem superados*. Tais obstáculos são tratados sob duas perspectivas: a primeira é a análise da *prática particular*, em que identifiquei quais práticas relevantes fortalecem o jornal enquanto poder contra-hegemônico, bem como aquelas que podem enfraquecê-lo. Assim, também, as *relações do discurso com outros elementos da prática*. Nesse momento, busquei refletir acerca dos elementos históricos que compõem o pano de fundo da exclusão social, que servem de base para a perpetuação de discursos hegemônicos. A segunda perspectiva nessa etapa refere-se à análise de discurso propriamente. Nesta etapa, é possível discutir os conceitos de *discurso*, *gênero* e *estilo*, e colocar em relevo como esses potenciais organizacionais do semiótico se materializam no jornal, perfazendo uma análise estrutural. O entendimento desses conceitos permite também a análise interacional, focalizando os significados *representacional*, *identificacional* e *acional* presentes na construção de textos no *Boca de Rua*.

Ainda considerando o enquadre, a terceira etapa consiste na *análise da função do problema na prática*. Nesse momento, considerarei, na análise, aspectos problemáticos do discurso. Em miúdos: que aspectos detectados podem enfraquecer a representação, contra-hegemônica, da situação de rua no jornal em questão.

Na penúltima etapa, em que analiso *as possíveis maneiras de superar os obstáculos*, visando à superação de problemas identificados, analiso a influência potencial do jornal na reformulação de modos de identificação de pessoas em situação de rua, em Porto Alegre, e que aspectos falhos podem ser repensados para potencializar o protagonismo na representação destas pessoas.

Para finalizar o estudo empreendido, construo a *reflexão sobre a análise*, fechando, então, com uma crítica reflexiva acerca do que foi analisado à luz do protagonismo de pessoas em situação de rua nas práticas do jornal *Boca de Rua*, bem como os modos de representação desse grupo populacional.

Se, por um lado, o enquadre é bastante complexo, por outro, possibilitou mais abertura para as análises. Por isso, retomo a questão da coerência nas escolhas

ontológicas, epistemológicas e metodológicas para a realização de uma pesquisa. A ontologia, a epistemologia e a metodologia “caracterizam o esquema interpretativo da pesquisa” qualitativa (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 74). A complexidade envolvida na pesquisa requer do/da pesquisador/a atenção às mudanças contextuais, buscando, sempre, uma postura autocrítica.

Nesta pesquisa, busquei atingir os seguintes objetivos:

Objetivo principal:

Examinar traços discursivos presentes no material empírico coletado que reproduzem ou redefinem discursos acerca de pessoas em situação de rua, de Porto Alegre, representadas no jornal *Boca de Rua*.

Objetivos específicos:

- i) Identificar e analisar os modos como pessoas em situação de rua são representadas e identificadas nos textos do *corpus*.
- ii) Identificar quais práticas prevalecem na produção do jornal: práticas de protagonismo ou de assistencialismo.

Para nortear a pesquisa, e para que esta seja exitosa, é necessário “ter uma pergunta de pesquisa clara e formulada explicitamente” (FLICK, 2009b, p. 40), pois é ela que norteará importantes tomadas de decisão, como quais dados serão coletados e que instrumentos serão eficientes para esta coleta e que tipo de análises serão empreendidas.

O foco desta investigação localiza-se no protagonismo, ou não, de pessoas em situação de rua na produção do jornal em questão, e, também, nos modos de representação presentes em textos veiculados no jornal em questão. Com base nisso, as perguntas que nortearam a pesquisa são:

Quadro 3.2 – Questões de pesquisa

Questões de pesquisa

1. Como pessoas em situação de rua de Porto Alegre são representadas no jornal *Boca de Rua*?
2. Que grau de participação de pessoas em situação de rua na produção, bem como na edição, pode ser depreendido dos textos publicados no jornal? Há indícios de autorrepresentação?
3. Como os demais agentes participantes do projeto que envolve a produção do jornal interferem nessa produção? Há hierarquias estabelecidas na composição do jornal em questão? Como as pessoas em situação de rua se veem enquanto participantes do projeto?

A vinculação entre diferentes métodos, no que diz respeito à coleta e à geração de dados, me possibilitou, numa perspectiva epistemológica, com base na ontologia adotada, acessar as questões acima definidas, como o quadro 3.3, a seguir, pretende ilustrar:

Quadro 3.3 *Relações entre dimensões da pesquisa, questões de pesquisa, métodos e componentes ontológicos*

Dimensões da pesquisa	Questões de pesquisa	Métodos	Componentes ontológicos
Representação de pessoas em situação de rua no <i>Boca de Rua</i>	1. Como pessoas em situação de rua de Porto Alegre são representadas no jornal <i>Boca de Rua</i> ?	Análise discursiva crítica de matérias de capa do jornal <i>Boca de Rua</i> .	Discursos
Ação e representação de atores sociais envolvidos no processo de construção do jornal <i>Boca de Rua</i> : voz da coordenadora e de membros projeto.	2. Que grau de participação de pessoas em situação de rua na produção, bem como na edição, pode ser compreendido dos textos publicados no jornal? Há indícios de autorrepresentação?	Notas de campo, entrevista focalizada com a coordenadora do projeto, documentários.	Ação social, atividade material, relações sociais.
Ação e (auto)identificação de atores sociais envolvidos no processo de construção do jornal <i>Boca de Rua</i> : voz da coordenadora e de membros do projeto.	3. Como os demais agentes participantes do projeto que envolve a produção do jornal interferem nessa produção? Há hierarquias estabelecidas na composição do jornal em questão? Como as pessoas em situação de rua se veem enquanto participantes do projeto?	Notas de campo, entrevista focalizada com a coordenadora do projeto, documentários.	Ação material e representação da ação material.

Fonte: Baseado no quadro de Resende (2009, p. 66-7).

Tal abordagem multimetodológica possibilitou o acesso às práticas implicadas na produção, bem como na venda, por parte de pessoas envolvidas no projeto. “Além disso, a articulação dos métodos selecionados foi uma forma de explorar diferentes níveis

ontológicos” (RESENDE, 2009, p. 67). Mais que definir quais caminhos a serem seguidos e métodos utilizados, a ação propriamente dita é que revela se as escolhas foram pertinentes e viáveis e quais ajustes foram necessários. Por isso, é importante compartilhar os sucessos e as dificuldades encontradas ao longo do caminho, justificando possíveis mudanças ou impossibilidades no percurso.

3.4 O caminho percorrido: momento reflexivo

Ao filiar-me à pesquisa qualitativa e à ADC, eu isentei minha pesquisa da (suposta) neutralidade científica. Entretanto, a ética, as responsabilidades, bem como a flexibilidade devem, constantemente, servir ao longo da jornada como vozes da minha consciência, enquanto pesquisadora. Acerca da flexibilidade, Brewer (2000, p.129 *apud* GIBBS, 2009, p. 119) afirma que

somos estimulados[as] a ser reflexivos[as] em nossa descrição do processo de pesquisa, nos dados coletados e na forma com que escrevemos relatórios, porque a reflexividade mostra a natureza parcial de nossas representações da realidade e a multiplicidade das versões conflitantes dela.

Assim, buscarei adotar um olhar crítico e reflexivo no relato de como a pesquisa foi efetivamente concebida. Nas próximas subseções, discuto, respectivamente, o processo de construção do *corpus* documental e os procedimentos envolvidos no trabalho de campo.

3.4.1 Do *corpus* documental

Ao definir como objeto desta investigação o jornal *Boca de Rua*, busquei na Internet dados preliminares acerca da publicação. Foi, então, que encontrei um blog ligado ao jornal em questão.¹⁹ Ainda que desatualizado, trazia um endereço eletrônico válido que me remetia à ONG Alice. Foi por esse endereço eletrônico que realizei meu primeiro contato com o *Boca de Rua*, no dia 7 de maio de 2011. Eis a mensagem que enviei:

*Oi, Sra. Natália!
Como vai? Eu sou professora-pesquisadora e me interessa muito ter acesso ao jornal "Boca de Rua". Quais são os procedimentos para que eu possa adquirir exemplares anteriores e fazer a assinatura com vistas ao recebimento das próximas publicações? Certa de sua colaboração, antecipo meus agradecimentos.
Atenciosamente,
Andreia.*

¹⁹ O endereço é <http://bocaderuanainternet.blogspot.com.br/>

Natália está identificada no blog como uma das editoras do jornal, mas quando estive em campo não a encontrei. Não sei dizer se ela ainda está ligada ao projeto, mas no dia seguinte ao envio de minha mensagem, 8 de maio, recebi a resposta:

Olá.

Desde já ficamos muito felizes em ver o interesse pelo projeto.

Desde já informamos que tem sim como conseguir exemplares antigos do jornal Boca de Rua. Possuímos alguns jornais de edições anteriores e em quantidades maiores.

Por fim, não será possível fazer assinatura do jornal, uma vez que ele é vendido apenas pelos moradores de rua do projeto e que estes usam crachás e treinamento para vendê-los, bem como o valor integral da venda é total deles. De tempos em tempos novas edições estão nas ruas a venda, assim, somente com os moradores de rua integrantes do projeto poderá conseguir o exemplar atual.

Desde já gratos pela atenção.

A mensagem, como as outras mensagens trocadas por meio eletrônico, não veio assinada. Na despedida, a palavra ‘gratos’ sugere que as mensagens são assinadas pelo grupo, não por indivíduos identificáveis, fato que a ausência de assinaturas também aponta.

No mesmo dia, respondi ao e-mail:

Boa noite!

Obrigada pelo retorno! Quais os procedimentos para a aquisição de exemplares antigos?

*Um abraço,
Andreia*

No dia seguinte, 9 de maio, pediram-me o endereço para a postagem, que informei em minha próxima comunicação:

Boa noite!

Vocês podem enviar "Aos cuidados de Andreia Santos –no [endereço suprimido]". Peço, por gentileza, que me enviem, também, o valor dos exemplares e da postagem. Seria possível, incluir nesse envio os 5 últimos exemplares?

Mais uma vez, meus sinceros agradecimentos,

Andreia Santos

Como a pessoa que respondia às mensagens não se identificava, passei a utilizar apenas cumprimentos. Confesso que não me senti confortável com essa interação.

Nove dias depois, enviei outro e-mail à equipe:

Prezada equipe do Boca de Rua!

Eu não recebi, ainda, nenhum retorno acerca do meu pedido (referente aos exemplares do jornal), nem as devidas orientações para o envio dos valores relativos à postagem. Reforço o meu interesse pelo material e conto com a ajuda de vocês para ter acesso a ele já que eu moro no DF e, infelizmente, não está disponível em minha cidade, ainda. De antemão, antecipo meus agradecimentos.

Com atenção,

Andreia Santos

Obtive a seguinte resposta, no dia 23 de maio:

Olá.

Desculpe pela demora, seus jornais já estão separados, envelopados e será enviado ainda hoje (23/05).

Desde já gratos pelo carinho e atenção.

No dia 28 de maio escrevi à equipe agradecendo o envio do material e, mais uma vez, perguntei acerca do pagamento dos exemplares, e a equipe me informou que o envio não havia gerado nenhum custo e que ficavam agradecidos pela simpatia apresentada pelo projeto. Mais uma vez, eu agradei a atenção e os exemplares enviados. Eu tinha, em mãos, oito exemplares que circularam no período entre 2004 e 2011. A partir deles, eu definiria meu *corpus* documental.

O objetivo primeiro do projeto integrado era analisar os cinco últimos exemplares de cada publicação, o que corresponderia àqueles veiculados entre final de 2010 e 2011. Entretanto, as primeiras dificuldades apresentadas (o *Boca de Rua* não trabalha com assinaturas, e o material de pesquisa circula em uma cidade diferente daquela em que resido) me fizeram adaptar esse recorte. Então o primeiro critério adotado, de maneira a seguir uma lógica temporal, foi selecionar dois textos veiculados em 2004, dois em 2007 e um em 2010, o que me permitiria uma compreensão de possíveis mudanças de produção ao longo desse intervalo. Esse desvio, portanto, possibilitou-me observar alguns aspectos

que o recorte inicial não me permitiria, como mudanças de algumas práticas empregadas na produção do jornal (ver Capítulo 4).

Como o jornal aborda exclusivamente a situação de rua, o critério temático não era uma opção para a seleção de textos, considerados esses exemplares disponíveis. Então, para a seleção dos textos que comporiam o *corpus* documental, o critério adotado foi a manchete de capa. Assim, todos os textos selecionados são matérias de capa. Os textos selecionados, considerados o recorte temporal e o critério qualitativo da manchete de capa, foram, cronologicamente: *Porto dos excluídos* (número 12); *Fecharam as pontes, e aí?* (número 23); *Movimento luta por casa e dignidade* (número 24); *O outro lado da história* (número 37 – edição especial).

3.4.2 Da pesquisa de campo: geração e coleta de dados

O trabalho de campo foi um recurso valioso em minha pesquisa, já que almejei investigar, entre outros aspectos, o grau de participação de pessoas em situação de rua envolvidas no projeto, na produção do jornal *Boca de Rua*. As notas tomadas em campo revelam nuances nas práticas entre os/as participantes que o material documental não revelaria. A ida a campo me permitiu enxergar, sob outro ângulo, algumas práticas envolvendo a produção do jornal.

Ainda que meu trabalho de campo não se defina efetivamente como uma pesquisa etnográfica, busquei respeitar pressupostos defendidos nessa abordagem. Para Cavedon (2003, p. 143 *apud* VIEIRA & PEREIRA, 2005, p. 223), “o método etnográfico consiste no levantamento de todos os dados possíveis sobre uma determinada comunidade com a finalidade de melhor conhecer o estilo de vida ou a cultura específica”. Mesmo entendendo que a interação prolongada é uma característica fundamental em pesquisa etnográfica, para garantir, com uma margem de segurança, as relações efetivamente estabelecidas entre participantes, a ida a campo, de alguma maneira, me possibilitou ter acesso a algumas evidências práticas que me levam a afirmar que o grau de participação de pessoas em situação de rua na produção do jornal é bem elevado, especialmente se comparado o *Boca de Rua* aos demais *street papers* investigados no projeto integrado (RESENDE, 2012; ACOSTA, 2012, SANTOS, 2013).

Em campo, eu intentava participar, em alguma medida, das várias etapas de produção e venda do jornal. Contudo, encontrei alguns obstáculos quase intransponíveis. O primeiro, como já mencionado, é a distância entre a cidade em que resido e aquela em

que o jornal é produzido e vendido. O segundo obstáculo foi o financeiro. Como não sou aluna bolsista, fiquei impossibilitada de concorrer ao edital do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília, que prevê financiamento para pesquisa de campo, mas apenas de estudantes bolsistas. Ainda assim, havia outra perspectiva para a obtenção de recursos para esta pesquisa: o projeto integrado de minha orientadora, Viviane Resende, do qual esta pesquisa é parte, foi contemplado com apoio à pesquisa no Edital FAP-DF 3/2010, que previa recursos para meu trabalho de campo, mas a FAP-DF jamais honrou o compromisso desse edital. Restava-me restringir a pesquisa apenas ao *corpus* documental. Sabendo que muitas lacunas ficariam abertas, fiz um esforço e viajei para Porto Alegre com recursos próprios, mesmo sabendo ser uma viagem onerosa.

Antes, porém, de ir a campo, busquei novo contato com a equipe do jornal, a fim de verificar o interesse e a disponibilidade em me receber e agendar minha visita, mas foi em vão. Não obtive resposta aos e-mails enviados. Ainda tentei estabelecer contato pelo site da Alice, e pediram-me que entrasse em contato com a Rosina, por e-mail ou por telefone. Mas continuava sem êxito. Não havendo mais tempo suficiente para garantir contato prévio e, assim, uma organização de como se daria a visita, conversei com minha orientadora, decidida a ir, ainda que não tivesse sucesso. Assim fiz. Cheguei a Porto Alegre no domingo. Na segunda, tentei, mais uma vez, contato com a Rosina, por telefone. Não consegui falar diretamente com ela, mas fui informada de que estaria na Casa de Cultura, como anotei em meu diário de campo:

A segunda começou com um calor mais que insuportável. Em meio a questionamentos de como eu conseguiria encontrar a Alice, pensei em começar pelo endereço que eu tinha registrado na correspondência que continha os oito exemplares enviados a mim. Então, lembrei-me que havia um número de contato da Rosina Duarte, a responsável pelo projeto. Então, liguei e um rapaz bem educado atendeu. Me apresentei e disse que queria falar com a Rosina. Amaro (esse é o nome dele) me informou que era filho dela e que ela estaria na Casa de Cultura Mário Quintana para reunião do Boca. Ele me passou, também, o número do celular dela. Mas não tive êxito na ligação. Então, saí imediatamente para a Casa de Cultura. Quando cheguei lá, estava fechada. A equipe de segurança, gentilmente, me informou que a reunião estava prevista para as 14 horas.

E lá estava eu, às 14 horas na Casa de Cultura, no intuito de vencer mais um obstáculo. Encontrar a Rosina, sem ter ao menos uma ideia de como era ela. O primeiro passo foi identificar o local específico da reunião. Lá, deparei exatamente com ela. Então, confirmei se aquele era mesmo o local da reunião, ainda sem saber que já falava com a pessoa que eu procurava. Com o gesto positivo e com o sorriso acolhedor que recebi

como resposta, apresentei-me e expus minha intenção em falar com Rosina, e foi quando minha interlocutora apresentou-se como a própria. Gentilmente disse que sim, falaria comigo, e, de pronto, convidou-me a participar da reunião. Meio sem jeito, já que não havia me preparado para falar publicamente de meu propósito, aceitei o convite, já que seria minha única oportunidade de participar de uma reunião do *Boca de Rua*, pois as reuniões aconteciam todas as segundas, e eu só poderia ficar até sábado na cidade. Da mesma maneira acolhedora, eu fui recebida pelos demais membros do *Boca de Rua*. Foi uma experiência sem igual e muito válida, e os registros gerados das minhas observações podem ser usados como embasamento das análises documentais.

Na reunião, houve desentendimentos entre os membros, e minha presença era usada como uma maneira de minimizar os conflitos: “Ôh, galera, a Andreia está representando a capital! Que imagem vocês querem que ela leve para Brasília?”, provocou um dos participantes. Episódios semelhantes a esse, ao longo da reunião, me fizeram crer que estavam a vontade com a minha presença. Durante a reunião, eu me comportei como observadora-participante, visto que interagi com os/as outros/as participantes e, em alguma medida, passei a ser pauta da reunião, com minhas idiossincrasias. Na maior parte do tempo, tomei *notas* do que observava, porque de alguma maneira minha presença estava demarcada pelos motivos que me levaram até o grupo (ANGROSINO, 2009).

Após a reunião, pude conversar com alguns membros do *Boca de Rua* e consegui marcar uma entrevista com dois deles. Mas, infelizmente, houve um desencontro e não pude realizar essas entrevistas. Ainda tentei, junto à Rosina, se havia alguma possibilidade de contatá-los, mas me informou que eles não têm telefone e as únicas formas de contato eram na reunião ou se fossem à sede da Alice. Entretanto, a entrevista com Rosina teve êxito.

Lançando mão de tópicos específicos, mas sem uma lista rigorosa de perguntas, a *entrevista focalizada* permite uma interação mais livre, o que possibilitou à Rosina, com base nos tópicos gradativamente apresentados, relatar o que considerava relevante acerca do *Boca de Rua*. A entrevista foi realizada na sede da ONG, e assemelhou-se a uma conversa informal. Vale registrar um ponto acerca dos dados gerados por meio desta entrevista: eles não serão analisados com as categorias analíticas da ADC; não constituem dados analíticos propriamente, mas são ricos como dados complementares.

No próximo capítulo, apresento as análises dos textos selecionados para compor o *corpus* documental, e faço também referências aos dados gerados no trabalho de campo.

Não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez.

Jean Cocteau

A problemática que envolve o povo da rua é, de alguma maneira, conhecida por todas as pessoas. A questão é: que lado da história conhecemos? A violência contra pessoas em situação de rua vem crescendo significativamente, isso indica que um lado da história está prevalecendo: o da *dessemelhança*. A dessemelhança é o ponto de partida para muitas das atrocidades cometidas contra essa parcela da população, atrocidades essas legitimadas e, por sua vez, naturalizadas como aspecto intrinsecamente associado ao funcionamento da sociedade. Pessoas em situação de rua são vistas como inimigas que precisam ser combatidas. E, na guerra, algumas estratégias podem parecer justificáveis. Isso mostra que nossa sociedade está vulnerável em face de um lado da história.

Neste capítulo, dedico-me a analisar o *corpus* de minha pesquisa, composto por quatro reportagens retiradas do jornal *Boca de Rua*. O *corpus* está assim constituído: “Porto dos excluídos” (2004); “Fecharam as pontes, e aí?” (2007); “Movimento luta por casa e dignidade” (2007) e “O outro lado da história” (2010). Cada um dos textos será analisado nas seções que seguem. Antes, porém, eu apresento a estrutura do suporte, focalizando algumas mudanças significativas pelas quais passou desde sua criação até o momento atual, e discuto como essas mudanças podem influenciar o consumo do jornal.

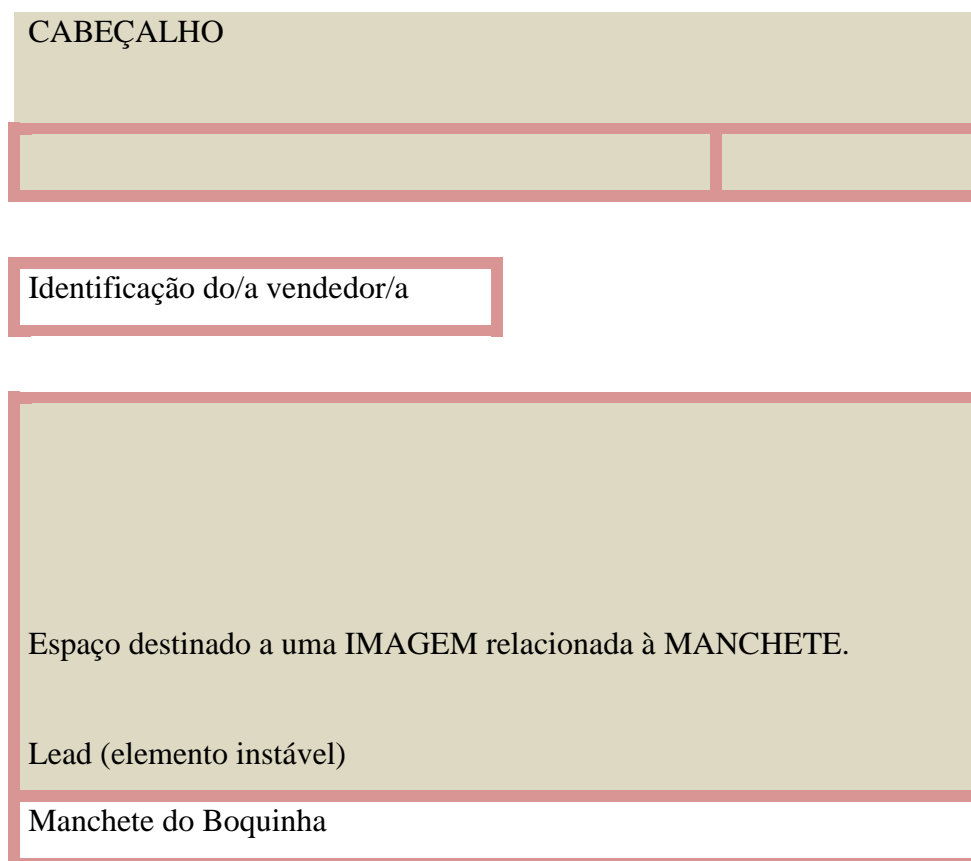
4.1 *Boca de Rua* como suporte

O jornal *Boca de Rua* apresenta, em seu suporte, elementos composicionais relativamente estáveis. Em linhas gerais, identifiquei, explicitamente, quatro espaços mais ou menos delimitados: i) a capa, ii) as páginas dois e três, onde são veiculadas as notícias principais produzidas pela equipe, iii) as páginas cinco a sete, que estão destinadas às produções do *Boquinha* e iv) a última página, que configura mais um espaço reservado para a veiculação de textos noticiosos. Antes, porém, de apresentar cada espaço, juntamente com os elementos relativamente estáveis que os compõem bem como refletir acerca de seu valor representativo no conjunto do periódico em questão, e no esforço de construir uma

imagem do exposto, eu seguirei, numa perspectiva linear, as citadas apresentações, utilizando o eixo horizontal (de cima/para baixo), como referência espacial.

O primeiro espaço identificado é a capa, que assim se configura espacialmente:

Figura 4.1 – Configuração espacial da diagramação da capa



O *cabeçalho* é composto pelo nome do jornal e por algumas informações que compõem a identidade da publicação, como mostra a figura a seguir:

Figura 4.2 – título-nome, com imagem e diagramação



O primeiro elemento significativo do periódico é a composição do título-nome, disposto no meio de dois símbolos matemáticos de igualdade, representando a igualdade de direitos entre as pessoas, que o grupo almeja alcançar. O símbolo que compõe a preposição ‘DE’ é um tridente. Em Lexikon (1997, p. 195-6) define-se *tridente* como

barra com três dentes utilizada como instrumento da pesca. É atributo de divindades do mar, sobretudo de Poseidon (Netuno); o tridente também foi visto como símbolo dos dentes de monstros marinhos, dos raios do sol ou do raio. Na Índia, é um atributo do deus Xiva e simboliza o tempo triplo (passado, presente e futuro) ou os três níveis ou qualidades do mundo empírico (o devir [movimento que busca transformação], o ser e o perecer) (acréscimos meus).

Por extensão, o tridente, simbolicamente adicionado na arte do título-nome do jornal, representa o ‘tempo triplo’ da vida de cada um/a que passa pelo projeto: o antes, o durante e o depois de ser comunicador/a popular do jornal em questão.

A boca que ocupa o espaço da letra ‘O’ engendra o processo verbal do grito, em que a parte do corpo representada – aquela que é um dos caminhos pelos quais o ser humano se alimenta e, também, a que abarca alguns órgãos do aparelho fonador (como os lábios, os dentes, a língua, a úvula) que possibilitam não somente o ressoar do grito, mas equalizam a mesma possibilidade de comunicação desta população como outras instâncias organizacionais, com vistas a chamar a atenção dos/as demais acerca de outro lado da história que precisa ser conhecido e que vale a pena ser ‘consumido’ na forma de textos. É possível entrever uma recontextualização das relações estabelecidas entre feirantes e consumidores/as, numa feira popular. Em termos simbólicos, funciona como um ícone representacional do jornal enquanto produto, das pessoas participantes da produção do jornal, que articulam vozes sufocadas socialmente, em textos noticiosos, e do projeto em si, que tem por objetivo “dar visibilidade à produção de conhecimento e ao trabalho dos grupos” (BOCA DE RUA, s/d) e que para tornar-se visível precisa, em alguma medida, chamar a atenção para si. É importante registrar que este elemento ocupa uma posição fixa na capa.

No canto inferior do título-nome encontramos a identificação do tipo de suporte: impresso. Há, também, o *ano*, o *número*, o *trimestre* e o *preço*, elementos referentes à publicação e que estão concentradas mais para o lado esquerdo. Estes elementos estão dispostos em letras na cor branca em fundo vermelho. Nessa mesma linearidade, no lado direito, há um aviso ao/à possível comprador/a: “Não compre de crianças e adolescentes”,

este na cor branca em fundo preto. Este elemento passou a compor o cabeçalho em uma época em que vendedores/as estavam colocando seus/suas filhos/as para venderem, visto que o produto anunciado pelas crianças continha um teor apelativo enorme, o que facilitava a venda dos exemplares. Contudo, e considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essa prática ganhou proporções negativas. Então, o grupo entendeu que esta seria a melhor alternativa para chamar a atenção dos/das consumidores/as.

Abaixo do cabeçalho, identifiquei a segunda área essencialmente significativa para a composição identitária do periódico, como mostra a figura a seguir:

Figura 4.3 – área identificacional do/a vendedor/a

Este jornal é vendido por:

Esta medida foi decidida e posta em prática pelos membros do projeto, em virtude de eventos que impossibilitavam a identificação do/a vendedor/a. Dentre esses, cito os dois mais comuns: i) furto dos exemplares cometido por pessoas alheias ao projeto; abordagens e apreensões realizadas por membros institucionalizados (principalmente a polícia). A inscrição do nome nos exemplares possibilita a identificação do/a vendedor/a, o que facilita a devolução de exemplares extraviados e a salvaguarda dessa ferramenta de trabalho. Em âmbito social, este campo facilita uma aproximação entre vendedor/a e consumidor/a – leitor/a do jornal. O nome inscrito, além de outorgar o direito à venda, também serve para ser conhecido/a por seu/sua interlocutor/a.

A seguir, vejamos algumas mudanças significativas no leiaute do nome-título do jornal:

Quadro 4.1 – evolução na composição do cabeçalho do jornal Boca de Rua



Ao refletir acerca da constituição do cabeçalho, tendo por base a primeira versão, dois outros elementos significativos merecem atenção. Na primeira e na segunda versões, o valor do jornal é associado à palavra *contribuição*. O valor contributivo delineava uma relação filantrópico-colaborativa entre os atores e o projeto, que tem por trás a Alice. Nessa perspectiva, a agência dos/as colaboradores/as populares enquanto vendedores/as do periódico era mitigada, reforçando sua identidade enquanto atores-beneficiários, contrariando a proposta do projeto, que entende que a “relação proposta é a de trabalho focado na prática da comunicação ética e humanista. Ou seja: o Boca não pratica o assistencialismo, não recebe nem faz doações” (BOCA DE RUA, s/d). O citado termo foi utilizado, pelo menos, nos quatro primeiros anos de existência da publicação, como pode ser verificado na segunda versão. Na terceira e quarta versões, contudo, deparamo-nos

com a palavra *preço*. A troca desejável desta palavra em detrimento de *contribuição* colocou em relevo a relação laboral de compra e venda. Isso favoreceu o fortalecimento da identidade do jornal como empresa que estabelece uma relação trabalhista com seus/suas colaboradores/as, o que desconstrói a imagem da pessoa em situação de rua como ‘vagabunda’ e ‘desocupada’ (MATTOS, 2004).

O título configura-se num elemento fixo que ocupa a posição do ideal (no alto da página), conforme o referencial da gramática do design visual (ver Resende e Acosta , 2011; Santana e Resende, 2013). Hierarquicamente, as informações há pouco discutidas vêm em seguida, mais abaixo. A inscrição do nome do/a vendedor/a está localizada do lado esquerdo, configurando, conforme o mesmo referencial analítico, um elemento dado, já conhecido. Um ponto chama atenção: mesmo o aviso (“Não compre de crianças e adolescentes”) sendo um elemento fixo, ele é disposto no lado direito, ou seja, é colocado como elemento novo. Isso indica a necessidade constante de retomar, recursivamente, tal informação por parte dos/as leitores/as do jornal (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

A terceira área é toda destinada para a manchete do principal texto noticioso que vem sempre acompanhada de uma imagem que a complementa. O uso desses dois elementos parece ser suficiente para chamar a atenção do/a leitor/a acerca do que será tratado nas páginas dois e três (que compreende ao espaço destinado à veiculação dos textos selecionados para a composição do *corpus* desta pesquisa). Por fim, a quarta e última área que compõe a capa é aquela destinada ao *Boquinha*. Nela, veicula-se o título da seção, como assim a classifco, bem como a prévia do que será tratado. Vale registrar que o *slogan* não é fixo: ora encontra-se no lado direito, ora no lado esquerdo. O nome da seção é assim composto, como mostra a figura a seguir:

Figura 4.4 – título-nome da seção *Boquinha* com imagem e diagramação



Como pode ser observado, foi composto de maneira leve, diferente da composição adotada pelo título-nome do jornal. As formas das letras que compõem o nome são

delineadas por linhas curvas, na cor branca, aludindo para a escrita da criança que está se apropriando dos traços, e as cores empregadas são leves. Aludindo à boca que compõe o nome do jornal, foi introduzido elemento semelhante, fazendo menção, é claro, à boca de um bebê com um único dente.

O último espaço identificado corresponde à última página do jornal (composto por quatro páginas de tamanho A3), que funciona, também, como espaço para veicular textos produzidos pelos membros da equipe. Nesse espaço, há um único elemento fixo, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 4.5 – composição da Rede Boca de Rua



Essa estrutura relativamente estável encontra-se disposta no lado direito da página. Nela, é possível ter acesso a várias informações técnicas ligadas ao *Boca de Rua*, como membros da equipe, patrocinadores e sobre a Alice (como endereço e telefone) e a filiação à INSP.

De estrutura relativamente simples, se comparada a outros periódicos, o *Boca de Rua* incentiva a participação do grupo, não estimula a competitividade e, o mais importante, estimula o debate da realidade como ela efetivamente se mostra, buscando combater a identidade legitimadora difundida pela mídia latifundiária, em busca de uma nova perspectiva de representação, como pode ser verificado nas análises que se seguem.

4.2 “Porto dos excluídos”: representações de pessoas em situação de rua sob a ótica da exclusão social

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O primeiro texto analisado é a reportagem sob o título “Porto dos excluídos”. Neste texto, analiso as representações de atores sociais, com foco nas *pessoas em situação de rua*. O texto foi publicado em 2004, referente ao trimestre março, abril e maio. Mesmo não levando o mesmo título, está diretamente relacionado à chamada de capa **CIDADE PARTIDA**. Em letras garrafais, na cor branca, a manchete, isolada, vem à frente de uma imagem que retrata três homens em frente a uma ampla porta de vidro de abertura automática. Somente a chamada e a imagem não são suficientes para que o/a leitor/a resgate a constatação da existência de duas cidades, onde “numa, pobre não entra. Na outra é proibido burguês”. O/A leitora/a constrói esse sentido, apenas, quando se atém ao trecho localizado imediatamente abaixo do cabeçalho, produzido com letras capitais na cor branca e fundo preto. A chamada abarca nove pequenas reportagens, que ressaltam a diferença entre ‘burgueses/as’ e ‘moradores/as de rua’. O texto “Porto dos excluídos” encontra-se na contracapa, abrindo a discussão acerca dessa diferença.

Em uma análise macroestrutural, é possível observar que o texto foi construído com uma mescla de vozes: a jornalística, em terceira pessoa, e as das pessoas em situação de rua, que são representadas, na grande maioria das vezes, pelo discurso direto marcado com aspas, atuando como argumento de autoridade com relação às proposições levantadas pela primeira. E mesmo sabendo que a voz jornalística dessa publicação seja por pessoas em situação de rua, as duas vozes não se misturam: estão bem demarcadas. O tom que o texto toma é o de denúncia.

Um dos significados mais conhecidos referidos pelas vozes de pessoas em situação de rua na matéria é o que se associa ao termo ‘*exclusão*’, que detecto em suas diferentes facetas. Cidadãos/ãs nessas condições convivem diretamente com as causas que desembocam na apartação social. No texto, pude mapear as principais causas que levam à exclusão de uma pessoa em situação de rua, apontadas por vozes textualmente associadas a pessoas que vivem nessa condição.

Desse mapeamento, detectei quatro aspectos motivadores para a exclusão de uma pessoa, que serão discutidos em seguida: pela *identidade social*, pela *inacessibilidade a serviços públicos*, por *introspecção* e por *gênero*.

- (1) *Um homem bem de vida, com dinheiro, mas mal vestido e com a roupa rasgada, entraria no aeroporto? Ceco deixa a pergunta no ar: "Vamos pegar o Presidente da República, o Lula, e botar uma roupa velha, tirar a barba. Será que ele vai entrar?" A exclusão social é consequência da discriminação e do preconceito. "Aí vem o racismo e a violência", explica **Patrícia**. Para **Joeci**, exclusão social acontece assim: "Às vezes somos barrados e até agredidos sem merecermos, só porque somos moradores de rua". Quando Joeci estava no Exército, amigos dele foram excluídos por indisciplina: "Fora do Exército, a gente é excluído mesmo sem ser indisciplinado, pela cor, pela raça, pela condição social".*

No presente excerto, há três vozes representadas por meio de citação direta (trechos sublinhados), marcadas com o sinal gráfico das aspas, todas de atores sociais incluídos por nomeação. Ceco, Patrícia e Joeci (em negrito) são pessoas em situação de rua que participam tanto da feitura como da venda do jornal. Entretanto, tais atribuições não são explicitadas no texto em questão. Para um/a leitor/a que não conhece a história nem mesmo os objetivos do jornal, as pessoas citadas não terão a representatividade ensejada, que é a de denúncia frente à exclusão social sofrida e exposta por membros desta parcela da população.

A discussão acerca de uma das causas que levam à exclusão social é aberta na pergunta que abre o excerto, em terceira pessoa, representando a voz jornalística. Ao especificar “um homem”, um ator social em sentido genérico, marcado pelo artigo indefinido *um*, qualificando-o por meio do grupo adjetival “bem de vida”, ou seja, que possui recursos e, teoricamente, é reconhecido e aceito pela sociedade, mas que, ao trajar “roupa rasgada” não teria a mesma liberdade de ir e vir, como entrar no aeroporto livremente, pontua-se uma característica que, para a sociedade, é marcante na construção da identidade social de uma pessoa: a vestimenta. Esta que pode gerar discriminação e preconceito, culminando “no racismo” e na “violência”, nas palavras de Patrícia. Nesta construção, a nominalização do ato de ser racista, bem como a do ato de ser violento exclui, por supressão o(s) ator(es) social(is) responsável(is) por tais atos, presumindo, neste caso, que os/as leitores/as sabem a quem estão se referindo. Entretanto, tal supressão mitiga a discussão proposta inicialmente, já que a não explicitação do(s)

agente(s) racista(s) e/ou violento(s) não provocará contestação, nem mesmo reflexão por parte do/a leitor/a. A mesma supressão ocorre no discurso direto atribuído a Joeci.

Joeci é o único ator social que se identifica (e é identificado pelo/a leitor/a) como pessoa em situação de rua em sua fala direta, marcada com aspas em *Às vezes somos barrados e até agredidos sem merecermos, só porque somos moradores de rua*. Tal identificação é possível por meio do pronome ‘nós’, que, mesmo elíptico, é resgatado pela flexão verbal dos verbos ‘somos’ e ‘merecermos’ e que pode ser classificado como inclusivo em relação à Joeci, que fala. O grupo adverbial *às vezes* ativa o pressuposto que, mesmo não sendo sempre, os obstáculos encontrados no ir e vir, assim como a agressão a essas pessoas, justifica-se por suas condições sociais.

Tal construção denuncia, pelo menos, o desrespeito a um direito garantido pela Constituição Federal²⁰, contido no Artigo 5º, segundo o qual “todos[as] são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos[às] brasileiros[as] e aos[às] estrangeiros[a] residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (acréscimos meus). O artigo em questão assegura, pelo menos em teoria, o tratamento igual a todas as pessoas. Entretanto, o grupo adverbial “só” texturiza que o fato de serem pessoas em situação de rua configura-se como motivo suficiente para sofrerem restrições e violências. O uso desse advérbio, que exprime exclusão, materializa a inexistência de outro(s) motivo(s) que pudesse(m) servir de justificativa à violência gratuita empregada contra essas pessoas que não o único fato de estarem em situação de rua. No caso em tela, o advérbio acompanha o causal ‘porque’, em “só porque somos moradores de rua”, o que torna a relação causal estabelecida muito específica.

Além disso, traz implicitamente uma contradição: as pessoas em situação de rua não se veem como a outra parte da sociedade as vê. Quando Joeci justifica tanto o impedimento encontrado, algumas vezes, para entrar em algum lugar, como a violência sem justificativa aparente, ratifica uma imagem de pessoas desprotegidas, frágeis e vitimizadas por sua condição social. Entretanto, a estrutura apassivada suprime, novamente, o(s) agente(s) que nega(m) o direito de ir e vir, ou seja, o(s) causador(es) de agressões deliberadas. Mesmo que isso não seja uma inverdade, essa construção instaura no/a leitor/a, apenas, um sentimento de piedade e indignação. Entretanto, não fomenta

²⁰ Texto disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em março de 2013.

uma reflexão das causas que levam a esta condição de vida. Outro ponto a ser destacado é a representação da pessoa em situação de rua como ator apassivado.

(2) *O sistema de saúde também exclui. "O cara que tá doente, pode ser branco, negro, o que for, tem que ter atendimento", fala Tiago. Mas se os moradores de rua chegarem a um posto sem documentos não são atendidos.*

No excerto (2), o primeiro elemento representado é o *sistema de saúde*. Preposto ao grupo adverbial *também*, a voz jornalista identifica o governo como mais um agente responsável pela exclusão de pessoas em situação de rua. O discurso direto, marcado com aspas, atribuído a Tiago (participante do projeto Boca de Rua, porém essa identificação não aparece no texto), é texturizado apenas como uma declarativa, uma constatação que é reforçada pelo verbo dicendi ‘falar’. Vale ressaltar que a construção condicional estabelecida no trecho em questão leva a crer que o não atendimento de uma pessoa em situação de rua está condicionado a não apresentação de um documento identificador. A presente construção não favorece a discussão pretendida no que se refere às dificuldades encontradas por essas pessoas no que tange ao atendimento no posto. A estrutura nominal “sem documentos” não resgata a dificuldade – seja a de providenciá-los junto aos órgãos competentes, seja a de preservá-los – pelas quais essas pessoas passam para portar documentos de identificação, como o confisco pela própria polícia ou outros órgãos de segurança pública, por exemplo. Ao contrário, estabelece-se uma situação de ‘esquecimento’ por parte de quem solicitou o atendimento. E esse dissabor qualquer pessoa está sujeita a passar, não caracterizando, portanto, um motivo crasso de exclusão.

(3) *Outra forma de exclusão aconteceu quando Careca foi a uma pizzaria em que aniversariante não paga se estiver acompanhado de quem paga. Mas não entrou, porque era morador de rua. Podem excluir pela roupa, pela maneira de falar, pelo jeito da pessoa. "Até por causa de um banho, de roupa suja – tem firma que não aceita se tá de chinelo", diz Cris. No mercado, se um morador de rua entra, os guardas ficam seguindo. A pessoa percebe, se sente mal, e ela mesma se exclui. Enquanto ficam cuidando dos moradores de rua, outras pessoas mais bem arrumadas podem estar roubando.*

O excerto (3) retoma a exemplificação, iniciada no (1), acerca da exclusão com base na identidade social. Agora, uma situação concreta de exclusão é explicitada, por meio da citação indireta que serve como exemplo. Careca (pessoa em situação de rua) não entrou na pizzaria *porque era morador de rua*. Mesmo que não esteja texturizado, depreende-se

que os atributos de Careca, como sua “roupa”, sua “maneira de falar”, bem como o “jeito” que tem, foram decisivos para que sua entrada não fosse permitida, em virtude da construção oracional que vem logo após essa declarativa. Mais uma vez, a citação direta atribuída a uma pessoa em situação de rua é incluída para referendar o que está sendo dito. A falta de “banho”, uma “roupa suja” e uso de “chinelo”, nas palavras de Cris, podem ser suficientes para justificarem qualquer ato discriminatório.

Outra questão bastante delicada é a intensa associação, em variados tipos de textos que ajudam a conformar o imaginário coletivo, de pessoas em situação de rua com a transgressão da lei. No excerto (3), essa associação está apenas pressuposta, em “No mercado, se um morador de rua entra, os guardas ficam seguindo”. Se pessoas em situação de rua são sistematicamente seguidas em estabelecimentos comerciais, é porque geram desconfiança e, na visão das demais pessoas, são confundidas com transgressoras da lei. Mais que isso, na representação também está pressuposta a dificuldade de acesso a esses espaços públicos, uma vez que se optou pelo uso do condicional “se” – em lugar, por exemplo, do temporal “quando”. Assim, no que se refere à situação de rua, é inegável que “a violência está envolta nesta estratégia de visibilização: se espetaculariza ao ponto de tornar difícil se separar a violência real da violência representada” (IMBÉRT, 1994, p. 201 *apud* PORTO, 2010). A diferença entre pessoas, posta em relevo pela aparência que têm, funciona como estigma, ou não, no que concerne à suspeição e à rejeição, seja simbólica, seja concreta.

Retomando o texto sob uma visão macroestrutural, sob a ótica do significado representacional não ultrapassa a lógica de aparências. Há uma tentativa de extrapolação, no início do texto, que esboça uma problematização acerca da exclusão a que pessoas em situação de rua são submetidas. No entanto, não aprofunda nessa discussão, limitando-se a relatar situações de exclusão. *O Boca de Rua* é um espaço onde pessoas em situação de rua podem se colocar frente a tais questões, de maneira mais incisiva. No entanto, suas vozes, nesta reportagem, foram usadas praticamente como relatos, acompanhados de verbos dicendi como falar, dizer e explicar. Assim, deparamo-nos com a representação de atores sociais passivos, que não reagem, mas limitam-se a relatar em que condições vivem. Logo, o espaço que deveria servir para a construção de uma identidade de resistência, nos termos de Castells, é subaproveitado.

A relação intrínseca entre linguagem e sociedade – já amplamente discutida entre analistas de discurso críticos/as – evidencia que textos não têm a função somente de representar as práticas sociais tais como são percebidas, mas também podem transformar

tais práticas (FAIRCLOUGH, 2003). E o jornal em questão é exemplo disso. Sua característica primeira é a de construir identidade(s) de resistência às muitas falácias acerca da população em situação de rua, propagadas por veículos de comunicação que compõem a grande mídia. É por esta e outras tantas razões que se faz necessário o melhor uso de tão precioso espaço. Assim, é importante frisar que o *Boca de Rua* é um espaço onde é pertinente discutir os direitos violados, e não só apresentá-los. É um espaço onde os direitos violados precisam ser colocados não somente em relevo, mas problematizados com vistas a fazer o/a leitor/a refletir e mudar, heurísticamente, suas posições quanto ao que lhe é apresentado. Temos consciência da distribuição assimétrica de recursos quer materiais, quer simbólicos entre as diferentes populações existentes. Não se nega a luta existente, mas é preciso potencializar o uso de tais ferramentas.

4.3 “Fecharam as pontes, e aí?”: a dura realidade de quem mora nas ruas

O segundo texto analisado relata condições a que pessoas em situação de rua são submetidas, diariamente, por terem de viver debaixo de pontes e marquises. O texto foi publicado em 2007, referente ao trimestre de março, abril e maio. A reportagem está relacionada à chamada de capa *TEM SOLUÇÃO*. Como na primeira reportagem, não há recursos verbais explicitando a chamada. Entretanto, há outro tipo de semiose completando o sentido: a imagem de pessoas em situação de rua vivendo em uma praça da cidade. O texto começa falando sobre a ação da Prefeitura de fechar as pontes e seus desdobramentos. Vejamos o excerto (4).

(4) *A Prefeitura mandou fechar as pontes em Porto Alegre. Os que viviam nestes locais foram para as praças ao redor. De que adianta sair debaixo das pontes e ficar na rua igual? A pressão também está grande com as pessoas que dormem embaixo das marquises. Jogam água nos moradores de rua para eles saírem. Nas praças, tiram deles as poucas coisas que têm, e ainda apanham. A Prefeitura arruma as ruas, mas albergue, que é bom, não faz mais. Tinha que ter mais Casas de Convivência, para a pessoa ter onde ficar durante o dia.*

O primeiro ator social representado nesse excerto é a ‘Prefeitura’. É um ator social não humano, representado por meio de impersonalização por autonomização. Assim, não é possível atribuir facilmente a agência a alguém. Foi o prefeito, a equipe responsável pelo planejamento urbano? Que chefia ‘mandou fechar’ as pontes?

Nesse excerto, há quatro construções elípticas relevantes:

Os [moradores] que viviam nestes locais

- a) De que adianta [a pessoa] sair debaixo das pontes
- b) [Atores indefinidos] jogam água nos moradores de rua
- c) Nas praças, [atores indefinidos] tiram deles as poucas coisas que têm e [eles/as] ainda apanham [deles].

Nas duas primeiras ocorrências, levando em consideração o contexto, é possível inferir que os atores elípticos referem-se às pessoas que se encontram em situação de rua. Nas duas construções seguintes, os atores sociais são representados de maneira genérica, não explicitando quem é responsável pelas ações descritas. Mais uma vez, a construção oracional suprime os agentes responsáveis pela violência gratuita. Ainda assim, e mesmo diante de uma construção sintática truncada, pode-se inferir que sejam agentes relacionados à Prefeitura, como agentes de segurança pública ou a guarda municipal, por exemplo. Essa instituição vem à tona reforçada, principalmente, pela ocorrência em d), nas construções “tiram deles”, em que se enfatiza a ação, e “apanham”, em que se enfatiza o sofrer a ação.

A experiência mostra que agentes da segurança pública são responsáveis por todo tipo de violência, principalmente a física, com a justificativa de manter a ordem e, claro, de forma legitimada por uma parcela considerável da sociedade. No texto, entretanto, essa agência é ofuscada pelo uso de sujeito indeterminado nas orações, o que significa que a ativação dessa relação (Prefeitura/ guarda municipal/ violência) é deixada para os/as leitores/as. As entidades ligadas ao governo municipal têm sua agência ofuscada, ainda que suas ações sejam representadas, na construção textual, como antagonistas e responsáveis pela situação precária em que as pessoas em situação de rua se encontram.

A representação da pessoa em situação de rua, nesse excerto, parte da relação sinônímica estabelecida entre os termos ‘morador de rua’ e ‘pessoa’ (ser humano), quebrando o paradigma apresentado em textos veiculados pela mídia latifundiária que, via de regra, atribuem a elas qualquer traço (como ‘problema’, por exemplo), exceto o humano. Tais construções são de extrema importância em textos que circulam na mídia alternativa, já que o propósito desta é contar uma história que muitos, ainda, insistem em reproduzi-la aos moldes da inverossimilhança frente aos fatos reais, com o efeito de mascarar as verdadeiras causas que levam um/a cidadão/ã brasileiro/a encontrar-se em risco social.

No excerto seguinte, temos a seguinte representação:²¹

- (5) *G. queria ficar num albergue, mas o marido trabalha com frete e carreto e no albergue tem horário para entrar e sair. Também não tem onde deixar o carrinho de papelão. “Vamos para o Demhab e não dão casa, dizem que é só para os casos de desabamento e incêndio”, reclama G.*

Um ponto que chama atenção é a representação das pessoas na matéria. G. e R. nomeiam as vozes de pessoas em situação de rua que buscam agir na sociedade. G. esboça o desejo de deixar a rua à noite e ficar em um albergue, no desiderativo em ‘*queria ficar*’, mas como o albergue segue regras – que não atendem a esse público – ela não pode ficar por conta da atividade laboral do marido. Já buscou ajuda para moradia, junto ao governo (representado, aqui, pelo DemHab²²), e não conseguiu nada por não se encaixar no rol das vítimas de desabamento, nem de incêndio. Esse fato denuncia o despreparo do governo no que tange ao atendimento às pessoas na situação de G. Uma denúncia explícita de que há políticas públicas voltadas para vítimas de desabamento e incêndio, mas não para pessoas em situação de rua.

De acordo com Castells (2000, p. 24),

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço.

Não é pertinente desconsiderar as construções identitárias enquanto construtos de diferentes experiências individuais, coletivas e sociais. Cada um desses elementos se interconectando e moldando tanto os atores sociais, como os diferentes sistemas sociais. E nessas (trans)formações buscamos compreender como cada um/a entende e traduz sua realidade.

²¹ Os excertos (5), (6) e (7) compõem discussão reflexiva no artigo “*O que um morador de rua pode fazer nessa situação?*” – uma análise discursiva crítica da representação de albergues e abrigos em *street papers* brasileiros, que assino em coautoria com Pilar Acosta e Pablo Santos (ACOSTA, SANTOS E SANTOS, 2013).

²² DemHab significa Departamento Municipal de Habitação.

O albergue é o espaço mencionado nesse excerto. Ele é descrito como um lugar que tem regras: tem horário de entrada e saída. Não tem estacionamento, ou mesmo um lugar apropriado para que os/as catadores/as que fizerem uso desse espaço possam guardar seus pertences.

No excerto (6), temos:

- (6) *Existem prédios e terrenos vazios que poderiam ser usados para construir um local onde se poderia fazer artesanato, morar. Se a pessoa tivesse um serviço para se ocupar todo o dia, para sobreviver e sair dessa rotina, seria melhor. Todo mundo devia ter uma oportunidade de ter um objetivo na vida. O uso da droga já é consequência dessa falta de objetivo. Se as "regras" da sociedade não gerarem essa oportunidade, **nada vai mudar**. **Expor as pessoas do jeito que estão fazendo**, cada vez mais, **só vai agravar a situação**.*

Os trechos sublinhados destacam processos com modalidade baixa, referentes a possíveis ações realizáveis pelo governo (modalidade deôntica), configurando-se em uma estratégia de mitigação. Se compararmos essas construções com as dos processos referentes ao resultado precário a que as pessoas em situação de rua são submetidas, observamos que são categóricas, significando que a passividade dos órgãos competentes resultará na permanência infinda da vulnerabilidade.

No primeiro parágrafo, em “poderiam ser”, “poderia ser”, “se a pessoa tivesse” “devia ter”, destaca-se o caráter proposicional das ideias articuladas, referentes a possíveis ações realizáveis pelo governo e pela sociedade de forma ampla. Essas proposições são construídas por meio de estruturas processuais, cujo centro são processos que expressam estado (relacionais) e que vêm acompanhados de modalizadores verbais – os auxiliares *poder* e *dever*. Deve-se salientar que, nos dois primeiros processos que se apoiam na modalidade de menor probabilidade, as autoras e autores constroem efetivamente propostas, tendo em vista que são possíveis soluções para a problemática que enfrentam pessoas em situações de rua. Já em “todo mundo deveria ter uma oportunidade”, a modalidade se constrói como obrigatoriedade, o que é reforçado pelo sujeito generalizado “todo mundo”, que inclui pessoas em situação de rua em um espaço, em geral, exclusivo de pessoas que têm maior acesso a bens materiais e simbólicos. Assim, essa projeção constrói também uma identidade de resistência para pessoas em

situação de rua, visto serem agregadas no conjunto social, no espaço de cidadãos e cidadãs que têm (todos/as) o direito de ter uma existência digna.

Todas essas proposições, justapostas, carregam um sentido de injunção, o que marca uma novidade na estrutura genérica; não pelo fato de um texto jornalístico trazer uma reflexão de como as coisas deveriam ser, mas porque se trata de mídia alternativa e de pessoas que sofrem as consequências de imposições duras (das “regras da sociedade”). Desse modo, há um esforço para promover a inversão do polo de quem dita e de quem é submetido/a, ou ao menos de abrir um espaço de negociação. Esse trecho é concluído com uma projeção de mudança, por meio de “seria melhor”. Essa projeção existencial também articula uma formulação de identidade de resistência, tendo em vista que mostra o imperativo de mudança para pessoas em situação de rua, e é também uma projeção identitária, ou constrói uma identidade de projeto: sair da rua, conquistar a dignidade a partir do trabalho, entre outros aspectos. Nesse trecho, os/as autores/as também imputam a responsabilidade pelo estado de coisas ao conjunto social, e mais, pela promoção de mudanças, o que se denota em “Se as ‘regras’ da sociedade não gerarem essa oportunidade, nada vai mudar. Expor as pessoas do jeito que estão fazendo, cada vez mais, só vai agravar a situação”.

Essa atribuição de responsabilidade segue no próximo excerto.

(7) *O governo **está empurrando** a situação com a barriga, **não resolve** o problema. A FASC **está falhando**. A Prefeitura **está falhando**. O dinheiro que **gastam tapando** as pontes podiam usar para construir casas para o povo da rua. O que um morador de rua pode fazer nesta situação?*

No começo desse excerto – em “O governo está empurrando a situação com a barriga, não resolve o problema. A FASC está falhando. A Prefeitura está falhando” – diversos atores sociais ligados ao governo municipal são representados, “o governo”, “a FASC” (Fundação de Assistência Social e Cidadania) e “a prefeitura” não resolvem o problema e estão sistematicamente falhando. Os atores ora representados são categorizados em dois polos: (i) como aqueles/as que sofrem dos problemas político-econômico-sociais, que são a causa das situações de rua, e (ii) como aqueles/as que têm o poder de resolver a situação, mas que aparentemente não o desejam, e “empurram com a barriga” às custas do sofrimento da população em situação de rua. Ao compararmos essas construções com as dos processos referentes à condição precária a que as pessoas em situação de rua são submetidas, observamos que são categóricas, significando novamente,

como no excerto anterior, que a passividade dos órgãos competentes resultará na permanência indefinida da vulnerabilidade das pessoas.

O excerto se encerra com a questão: “O que um morador de rua pode fazer nesta situação?”. Apresentado os antagonistas dessa situação, a voz que representa o/a(s) jornalista(s) finaliza o texto lançando uma pergunta ao/à interlocutor/a, buscando problematizar tal questão que, ao mesmo tempo em que parece ter soluções possíveis, se torna uma utopia quando agentes legais não se mobilizam para criar políticas públicas eficientes no tocante a essa questão. Essa oração, à vez, coloca em questão a efetividade das proposições construídas no texto, visto que retoma a representação reificada “morador de rua” para pessoas em situações de rua, problematizando a realidade. Por outro lado, a pergunta que nos é lançada tem como recepção possível a inquietação, e a potencial mobilização de um número maior de pessoas ao redor da causa da população de rua.

4.4 “Movimento luta por casa e dignidade” – espaço cedido e a rua: qual a diferença?

A reportagem sob o título “Movimento luta por casa e dignidade” foi o terceiro texto analisado. Neste, foco minhas análises na representação de pessoas em situação de rua articuladas na luta por moradia. O texto foi publicado em 2007, referente ao trimestre de junho, julho e agosto. A reportagem está relacionada à segunda chamada de capa *LUTA E MOBILIZAÇÃO SÃO ESPERANÇA DE MORADIA*. Assim como o segundo texto analisado, não há recursos verbais explicitando a chamada. Entretanto, vale-se, também, da imagem de uma casa em ruínas, inabitável aos olhos de muitos/as, mas que abriga cerca de trinta pessoas. O fato mais chocante desta representação é que a casa em questão foi ‘dada’ pela prefeitura, como informa o excerto (8).

(8) *No dia 09 de abril, o Boca de Rua fez uma visita à ocupação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) na avenida Padre Cacique, em Porto Alegre, para saber como as pessoas se encontram na nova ocupação, depois da saída do prédio da Caixa Econômica Federal, na avenida Mauá, e como eles se sentem na nova casa que a Prefeitura deu para eles.*

Os atores representados neste excerto são os membros do *Boca de Rua* (identificados com referência à instituição), o MNLN e as pessoas ocupantes da nova casa ‘dada’ pela

Prefeitura, além da própria Prefeitura. A primeira representação se dá por meio de inclusão por impersonalização. Esse modo de inclusão confere impessoalidade à matéria, ainda que alguns membros do *Boca* também façam parte da ocupação. Os membros participantes do MNLM são representados apartados do movimento. O termo *peessoas* inclui, por meio da generalização, aquelas que se *encontram na nova ocupação*, na casa *dada pela Prefeitura*. Nesse fragmento, o verbo *dar* configura-se como processo material transformativo, já que promove um tipo de mudança, mais especificamente, a saída do prédio da CEF frente a ocupação do novo espaço ‘dado’ pela Prefeitura, representada como ator desse processo.

Esse primeiro excerto, que abre o texto em análise, cria uma expectativa no/a leitor/a acerca de uma possível ação da Prefeitura em prol das pessoas que ocuparam irregularmente o prédio da CEF. Tal expectativa é ativada principalmente pela construção ‘como eles se sentem na nova casa que a Prefeitura deu para eles’. Prefeitura representa, aqui, um agente legitimado que realiza uma ação. Assim, pressupomos que a casa ‘dada’ apresentará condições mínimas de habitação. Pelo menos é o que se espera de um governo. O verbo ‘dar’, na maioria dos usos, tem conotação positiva. O sintagma nominal ‘nova casa’ constrói a ideia de presente dado e recebido, reforçado pela presença do substantivo ‘nova’, que assume, nessa construção, o papel de adjetivo. No entanto, essa expectativa se esvai, se frustra quando o constatado é o oposto do que se esperava. Uma construção positiva que se opõe à realidade, como será visto mais à frente.

Outro aspecto pertinente é a escolha lexical de ocupação ao invés de invasão. O termo *ocupação* é usado pelos movimentos de moradia em resposta à *invasão*, termo frequentemente utilizado por governos e pela grande mídia. Aquele termo, ao contrário do segundo, alude a direito e não a transgressão. O verbo *dar* na representação, somado ao uso da nominalização em *ocupação*, registra a ideia que a casa seria um ‘presente’ da Prefeitura para pessoas ligadas ao movimento, o que mitiga essa conquista, já que o espaço, mesmo sendo insalubre, é resultado de luta. O movimento teve de ocupar o prédio da CEF para conseguir (conquistar) esse outro espaço. Não o recebeu, simplesmente. E o que é uma conquista está representado como caridade de Estado, caracterizando assistencialismo. Logo, a representação da população em situação de rua, mais uma vez, não é de agência.

No excerto (9) é possível ter uma noção do tipo de espaço ‘recebido’ pelas pessoas ligadas ao movimento:

(9) *O espaço estava abandonado há dois anos. Era uma casa que recebia as meninas vítimas de abuso sexual. Houve a intenção de deixar alguém cuidando, mas acharam melhor deixar fechada e aí foi sucateada. Foi indicada pelo Movimento porque o local oferecido pela Prefeitura na Vila Cruzeiro ficava muito distante – as crianças estudam e os adultos trabalham como ambulantes no Centro. Os integrantes do MNLM vão investir na autossustentabilidade do espaço ocupado.*

O espaço cedido ‘estava abandonado’ e, em decorrência desse abandono, sucateado. A falta de argumentos convincentes (se é que pode haver algum) faz com que o relato desse abandono seja tratado como uma questão comum, portanto o abandono é naturalizado. Não há no texto nenhum recurso linguístico que demonstre a indignação tanto da equipe do *Boca de Rua* como do MNLM com relação ao descaso da Prefeitura no tocante a esse espaço, visto que não se trata de qualquer espaço: recebia ‘crianças vítimas de abuso sexual’. O descaso suscita algumas perguntas: Qual a razão mínima para esse fechamento? Onde essas crianças são, atualmente, atendidas? Por que a Prefeitura deixou esse espaço desassistido sendo que poderia ser utilizado de outra forma? Apresenta-se como justificativa, apenas, a ‘intenção de deixar alguém cuidando’. Essa construção, classificada como de modalidade baixa pelo uso de ‘houve a intenção’, deixa obscuro quais os atores responsáveis por esboçar essa vontade, e por que razão a intenção foi abandonada. A exclusão dos atores do abandono do imóvel é significativa, visto que os exime do julgamento público. A apresentação do resultado do abandono do espaço – o sucateamento – é relatada com uma naturalização marcante, visto que as implicações contidas nessa ação afetam principalmente as pessoas que estão, no mínimo, ligadas a instituições como as aqui mencionadas. No que tange à ideologia, podemos observar, como construção simbólica, a reificação, tendo como estratégia típica de construção a naturalização, já que o abandono do imóvel é representado como um evento natural.

Os atores sociais participantes do MNLM, nesse excerto, são apresentados como agentes no mundo, o que pode ser observado pelo uso dos processos materiais em ‘estudam’ e ‘trabalham’ em construção ativa, bem como na locução ‘vão investir’, representando membros do MNLM no que concerne a autossustentabilidade do espaço. Na parte final do excerto, vemos o apassivamento da Prefeitura e a agência do Movimento. Esse assumirá uma função que é de total responsabilidade daquela. Em outras palavras: o governo se exime de suas responsabilidades e um grupo organizado assume a tarefa. Isso é representado com modalidade alta.

Vejamos o próximo excerto:

Bruno Ribeiro Remião, de 19 anos, falou que no galpão da FASC [Fundação de Assistência Social e Cidadania] ele se sente mais despreocupado, porque a polícia não vai invadir a qualquer hora. Na primeira ocupação ele se sentia muito pensativo e preocupado. Para desocupar o prédio da Mauá foi um absurdo, chamaram GAT, bombeiros, helicóptero, equipamento de choque, como se as pessoas que ali estavam vivendo fossem um bando de ladrões, e eram famílias, mulheres e crianças. Bruno disse que sabia que, do mesmo jeito que ocuparam, um dia iam ter que sair. Para eles, entrar foi pior do que sair. Quando saíram, tinham o pensamento de que quanto mais a gente perde, mais a gente ganha no final. Felizmente, não houve agressão na retirada, mas o medo que colocaram nas crianças foi muito ruim. Pra que tudo isso?

Bruno, o ator social a quem a voz indireta é atribuída com relação à descrição do evento, classifica a desocupação do prédio como ‘absurda’ (um adjetivo que faz parte de um processo mental). Ele justifica essa caracterização com a construção comparativa acionada pela conjunção adverbial ‘como’ buscando justificar tal ação, o que denuncia como os/as militantes do MNLM são vistos/as pelo governo: não como cidadãos/ãs, mas como inimigos/as a serem combatidos/as. Nas palavras dele, “um bando de ladrões”. Para a sociedade, ladrões devem ser tratados com mãos de ferro e subjulgados pela lei em sua forma mais dura. Ao final dessa construção oracional, Bruno termina afirmando que ‘eram famílias, mulheres e crianças’, que, em outro contexto, um mais humanizado, seriam atores sociais que receberiam tratamento privilegiado. No excerto, o termo adjetival ‘mais despreocupado’ ativa uma pressuposição. Ainda que esteja ocupando um espaço legitimado e devidamente autorizado, a segurança desses/as moradores/as não foi restaurada completamente, apontando para ações policiais possíveis.

É importante salientar que operações de desocupação, seja em qualquer âmbito, envolvem instituições como as mencionadas no texto. A diferença estará nos/as ocupantes envolvidos/as. É sabido que o tratamento por parte dos órgãos acima mencionados se constrói em relação aos agentes envolvidos. E, nesse caso, com a visão que a sociedade tem das pessoas envolvidas no MNLM, não é a melhor. São tachadas de arruaceiras, desocupadas, bandidas e ociosas (MATTOS, 2004). Em resposta a esse grupo de atores, a abordagem será a mais dura possível, encarando-o como inimigo a ser combatido. No fragmento seguinte, constatamos em que circunstâncias as pessoas desfrutaram o presente ‘dado’ pela Prefeitura.

(10) *No novo prédio agora são 30 pessoas que dividem três quartos e só um banheiro. O morador **Piauí** falou: "Estamos praticamente sem nada. A energia elétrica é puxada por gato. Tomamos água da torneira, lavamos roupa em balde, tem pouca comida". Quando o **Boca** visitou o local pela primeira vez, os moradores da ocupação estavam alojados em péssimas condições, sem telhado em boa parte do local, sem portas e as condições de alimentação eram precárias: só tinha aipim e banana da terra.*

No fragmento em questão, há uma construção descritiva das condições em que os/as moradores/as se encontram nas novas instalações. O prédio, que não tem nada de novo (novo, aqui, é uma expressão adverbial que não está ligada às condições do local, mas ao espaço ocupado que é diferente do anterior), apresenta condições desumanas de moradia, praticamente descoberto e sem portas, sem o mínimo de segurança e conforto, compondo um cenário igual ou pior ao encontrado na rua. Mais uma vez, a voz de uma pessoa em situação de rua é posta em relevo. Entretanto, esta inserção funciona como mais uma declaração das péssimas condições pelas quais esse grupo vinha passando nos primeiros dias de moradia nova. O elemento verbal “falou” posiciona Piauí como um narrador das condições a que estão submetidos/as. A inclusão da fala de pessoas em situação de rua, também observada em outras análises, contribui para mostrar que essas pessoas têm espaço no jornal. Que suas ponderações são relevantes para a publicação. Contudo, a construção linguística estabelecida para essas inserções não favorece a reflexão pretendida junto ao/à leitor/a. Mais uma vez, constata-se um fato, mas o avanço para uma reflexão crítica. Mais uma vez, essas pessoas são representadas pela verbalização de suas condições precárias de vida, condições estas que levam ao sentimento de piedade e não de luta em prol de uma mudança social efetiva. O mesmo acontece com a voz, em terceira pessoa, atribuída ao jornal (“Quando o Boca visitou o local...”).

(11) *A **coordenação do MNLM** pretende retomar as oficinas de serigrafia, corte e costura, reciclagem de papel para artesanato, roupas customizadas e crochê, desarticuladas após a expulsão do prédio da Avenida Mauá, e aumentar a produção de pães e cucas para comercialização e consumo interno. Eles tentam botar na rua o que sabem fazer, para poder se alimentar e se vestir. Também fazem essas coisas para se aperfeiçoar. Bruno queria ensinar capoeira para as crianças da ocupação, mas não tinha instrumentos.*

No início do excerto, encontramos o processo ‘pretende’, que é de baixa intensidade. Configura-se na intenção da coordenação em retomar essas oficinas, mas não indica nem quando nem como. Os atores são apresentados como ativos na sociedade. O

experienciador, neste caso, é a coordenação do MNLM, que registra a pretensão do movimento em retomar algumas atividades desenvolvidas anteriormente. A adjetivação de ‘desarticulada’ provoca uma despersonalização do ator da ação de desarticular, e essa estratégia linguística torna implícita a agência (no caso, da Prefeitura). Além disso, guia a atenção do/a leitor/a para a pretensão do Movimento em detrimento da ação empreendida pelo governo municipal.

As pessoas ocupantes do espaço cedido são associadas a atividades de qualificação, como “oficinas de serigrafia, corte e costura, reciclagem de papel para artesanato, roupas customizadas e crochê”, além da “produção de pães e cucas para comercialização e consumo interno”. Essas atividades, ainda que construídas com nomes ou verbos nominalizados, apontam para a desconstrução de sentidos legitimados pela mídia hegemônica, que dissemina a ideia de que pessoas em situação de rua sejam desocupadas. De alguma maneira, esta representação as associa à realização de atividades laborais, ainda que estas não sejam amplamente reconhecidas por pessoas que exercem atividades semelhantes, no circuito superior (SANTOS, 2009). A tentativa de desconstruir a imagem de pessoas em situação de rua como desocupadas articula discurso contra-hegemônico. Isso significa que, mesmo expostas a reveses, as pessoas em situação de rua (re)agem. No presente excerto, o movimento interdiscursivo volta-se para a tentativa de descriminalizar essa população.

4.5 ‘O outro lado da história’ – Segurança: quem a tem?

O último texto do *corpus* selecionado para análise foi retirado do exemplar produzido especialmente para a celebração dos dez anos de existência da publicação. Em setembro de 2010, um compêndio das matérias mais votadas pelo site <www.alice.org.br> chegou às mãos de seus/suas leitores/as. *O outro lado da história* encontra-se à página 6 e traz a representação de uma realidade que foge aos olhos da sociedade: a violência sofrida pelas pessoas em situação de rua, por parte dos brigadianos (polícia). Vejamos o excerto (13):

(12) *Pobre não tem direito a segurança, só rico que tem. Os brigadianos estão aí para defender a todos, mas não defendem, eles batem primeiro e depois interrogam. Só que não fazem isso na frente das pessoas e por isso a sociedade não vê este tipo de violência. Nos últimos tempos a situação piorou muito para quem trabalha nas ruas, especialmente depois que pegaram o filho de uma personalidade política muito importante fumando crack na Vila dos Papeleiros. E agora com esta campanha contra o crack, então...*

No excerto, a sociedade é representada, de forma genérica, por dois grupos: o *pobre*, que, nesse contexto, refere-se à população em situação de rua, e o *rico*, que caracteriza os demais membros da sociedade, em uma representação que cria oposição ('nós'/ 'eles'). Em seguida, aparecem representados os "brigadianos", identificados pelo pertencimento institucional à brigada militar, que presta serviço ao Estado. Corporificando um tom de relato, todas as orações declarativas referentes à atuação da Brigada Militar apresentam alto grau de comprometimento em termos de modalidade epistêmica (HALLIDAY, 2003). A voz, claramente reconhecida como a jornalística, assevera que "os brigadianos estão aí para defender a todos/as". Mas, na prática, isso não ocorre, acrescenta a mesma voz. Essa representação denuncia a maneira como uma instituição que deveria assegurar o bem-estar de todas as pessoas faz acepção avaliando, apenas, o segundo grupo como merecedor de seus serviços. Com relação aos membros constituintes do primeiro grupo, "batem primeiro e depois interrogam". A distinção de tratamento conferido pela força de Estado reforça a divisão entre os grupos sociais representados.

A ação violenta da Brigada é representada também como algo ilícito, já que não é feita 'na frente das pessoas', apontando um motivo pelo qual a sociedade não enxerga 'esse tipo de violência'. A violência física como a simbólica, empreendida por brigadianos, não se configura em um fato isolado, ao contrário. É mais um evento que constitui um robusto registro dos tantos relatados não só em Porto Alegre, mas no mundo todo. A grande questão é: o que motiva membros representantes de um Estado gerido por uma Constituição, que prevê proteção a todas as pessoas, a agirem na promoção/manutenção da desigualdade?

Faz-se importante esclarecer que nem todas as pessoas compartilham a perspectiva de que vítimas da *exclusão social* são vítimas de *injustiças*. Nos termos de Dejours (2007, p. 19), "há uma clivagem entre sofrimento e injustiça". Isso significa que o sofrimento é tratado como uma adversidade que não exige, necessariamente, reações políticas. Pode, talvez, justificar sentimentos como compaixão ou caridade, por exemplo. Entretanto, não se mostra suficiente para uma ação coletiva se não for reconhecido como resultado de injustiça. Por isso, "procurar as explicações e os remédios a partir do próprio problema urbano significa simplesmente lutar contra os sintomas do mal sem procurar suas causas" (SANTOS, 2009, p. 26). É preciso ir além. É necessário ir a fundo nessa questão. Num *continuum* entre desigualdade, diferença e dessemelhança (BUARQUE, 1993), a sociedade, frente a esta questão, atingiu o ponto mais crítico da escala: "a perda do sentimento de semelhança". Em miúdos: a sociedade, incluindo representantes do Estado,

não mais enxerga as pessoas em situação de rua “como membros de uma mesma espécie de indivíduos” (RESENDE, 2009a, p. 152). A ausência do sentimento de pertença do grupo, reforçada pelas referências circundantes socialmente no que tange a identidades, as das pessoas em situação de rua associadas a valores negativos, explica tal postura.

No excerto seguinte, vemos algumas representações dessa *dessemelhança*.

(13) *A verdade é que algo estranho vem acontecendo nas sinaleiras da capital. A rua não parece ser mais de todos. Por que quem vende bala e bergamota pode estar na sinaleira e os guris com os seus malabares, bolinha, com o rodo e os santinhos são vistos como alguém que está extorquindo as pessoas? Para os integrantes do Boca de Rua, por exemplo, eles falam que, com o jornal, nós estamos extorquindo os motoristas. Pedem para "sumir com esse lixo da sinaleira", dizendo que só o Diário Gaúcho e a Zero Hora é que são jornais de verdade. Não há número de incertas no dia. Os brigadianos nos pegam cada vez que nos encontram, mesmo que faça cinco minutos que cruzaram com a gente.*

Neste fragmento, seguindo a tendência de incorporação de vozes que vemos nos textos do *Boca de Rua*, a voz jornalística se confunde com as vozes de pessoas em situação de rua. A voz jornalística começa por trazer a questão, informando ao/à seu/sua leitor/a que algo estranho acontece nos semáforos (sinaleiras). A presença de pessoas que ‘vendem bala e bergamota’ (tangerina) é aceitável, já ‘guris com os seus malabares, bolinha, com o rodo e os santinhos’, não. Estes são vistos como extorsores. Isso coaduna com o discurso, muitas vezes repetido, que ainda associa pessoas em situação de rua à ‘vadiagem’. Mattos e Ferreira (2004, p. 49) esclarecem que

o emprego formal e o registro em carteira servem como legitimadores da identidade de trabalhador (embora quase a metade dos trabalhadores atue no mercado informal). Desprovidas desta referência, as pessoas em situação de rua, apesar de desenvolverem atividades informais, são, sob a ótica do trabalho, frequentemente consideradas como improdutivas, inúteis, preguiçosas e vagabundas.

Segundo a representação presente no excerto em análise, as pessoas do primeiro grupo, vendedores/as de “balas e bergamotas”, são toleradas pela força policial: seus serviços são reconhecidos como úteis, o que facilita a associação com atividades laborais legítimas, ainda que informais (nesse caso, a venda). Por outro lado, a associação da venda do *Boca de Rua* à ideia de extorsão deve-se a dois fatos: i) o não reconhecimento do citado jornal como veículo de comunicação, respaldado pela afirmação, atribuída aos

brigadianos, de que o “Diário Gaúcho e a Zero Hora é que são jornais de verdade”, e ii) por não se reconhecer a venda do jornal como trabalho, e, sim, como mendicância, ao lado dos trabalhos de malabarismo e de limpeza de para-brisas. Isso pode se dever, talvez, ao grau de associação entre as atividades e a situação de rua. Nesse excerto, membros ligados à Secretaria de Segurança da cidade de Porto Alegre, nomeados como brigadianos, são explicitamente apontados como agentes responsáveis pela violência e discriminação de pessoas em situação de rua. A inserção direta da voz atribuída a eles, marcada com aspas, em que pedem para *sumir com esse lixo da sinaleira*, texturiza o não reconhecimento do jornal *Boca de Rua* enquanto veículo de comunicação.

Além disso, essa construção metafórica descaracteriza-o enquanto produto vendido por jornaleiros/as do citado jornal. Ao reduzir as publicações a “lixo”, verifica-se que tal expressão adverbial alcança, também, os/as integrantes do jornal, configurando-se numa expressão clara de discriminação, violência e exclusão social. Ao afirmarem que o *Diário Gaúcho e a Zero Hora é que são jornais de verdade*, o reconhecimento se estende não somente ao produto midiático em si, mas a todas as pessoas envolvidas na feitura dos citados jornais, estas que ocupam espaços socialmente reconhecidos, mas também sinaliza a tolerância à venda desses produtos, mesmo nas ‘sinaleiras’.

No caso da venda do jornal, uma vez que pessoas em situação de rua são identificadas, mormente, de modos depreciativos de sua capacidade, segundo a lógica da sociodiceia da competência (BOURDIEU, 1998), como enxergá-las como atuantes e responsáveis pela produção de jornal, e não apenas como vendedoras de um produto midiático cuja legitimidade é posta em dúvida?

Vale ressaltar que, mesmo sendo o excerto que explicita os agentes causadores da violência e da discriminação, ainda assim, em sua estrutura, prevalecem processos verbais, inserindo as pessoas em situação de rua enquanto narradoras de suas vivências. Volto a dizer que o jornal *Boca de Rua* é um instrumento forte de combate à exclusão social. Entretanto não pode servir apenas como suporte para relatos de mazelas sociais. É altamente necessário que tais relatos sejam construídos juntamente com reflexões que levem o/a seu/sua leitor/a não somente a tomar conhecimento das injustiças sociais, mas a enxergar-se como possível combatente dessas mesmas injustiças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por enquanto...

Para mudar, é necessário ousar. Jogar fora aquilo que não te serve mais. Não há sonhos novos com velhos hábitos.

Marcos Vinícius do Nascimento

A tarefa empreendida ao/à analista do discurso, ao passo que é árdua e exige conhecimentos para além dos campos linguísticos, é muito importante para o movimento social engajado na perspectiva de superar relações assimétricas de poder. Por meio de produções científicas, intentamos identificar tais relações e refletir sobre, possibilitando o acesso ao outro lado da história do problema social parcialmente discursivo posto em questão que, na maioria das vezes, é ignorado pelos demais, servindo de suporte àqueles/as que não só vislumbram com as mudanças, mas ocupam a linha de frente dessa batalhada, bem como servindo enquanto voz esclarecedora de como determinadas práticas sociodiscursivas podem servir de base de sustentação hegemônica mesmo naquelas em que consideramos isentas, livres de qualquer representação simbólica, visto que a sociedade, numa perspectiva recursiva, é a causadora das muitas mazelas socialmente existentes e essa mesma sociedade vive as consequências disso. A diferença é que uns sentirão mais que outros. Por fim, e em âmbito mais ambicioso, contribuindo de maneira direta na transformação social, em seu sentido mais concreto.

Com esta pesquisa, sob o título *O Jornal =Boca de Rua= Espaço de possibilidades para pessoas em situação de rua: uma reflexão discursiva-crítica*, que teve como principal material empírico, textos noticiosos retirados de exemplares do jornal *Boca de Rua*, que é veiculado em Porto Alegre, empreendi uma investigação acerca da representação de pessoas que se encontram em alto risco social. Com esse fim, lancei mão dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC), com vistas ao acesso às instâncias mais abstratas da realidade, com vistas à construção de uma reflexão discursiva-crítica acerca dos resultados obtidos. Para tanto, retomo, ainda que brevemente, todo caminho percorrido até aqui.

No capítulo 1 eu busquei representar o cenário conjuntural o qual nos encontramos. Entender a sociedade sobre o prisma dos circuitos *superior* e *inferior* propostos por Santos, (2009), ambos componentes de uma estrutura global e interligada que, com suas decisões, direciona quem se estabelecerá em um ou em outro. Outro

aspecto importante nessa perspectiva é a visualização de mudanças possíveis na estrutura, já que o olhar para as pessoas que compõem o circuito inferior permite enxergar aspectos potenciais numa, ainda, sociedade, mesmo que muitos/as insistam em dizer não.

Para viabilizar reflexões frutíferas acerca dessa conjuntura, como já mencionado, lancei mão, no capítulo 2, dos pressupostos da ADC em estreita relação com a Linguística Sistêmico-funcional desenvolvida por Halliday. As ferramentas oriundas das citadas áreas do conhecimento, possibilitaram-me desenvolver, no capítulo 4, análises acerca da representação de pessoas em situação de rua num periódico de perspectiva contraideológica. Para tanto, no capítulo 3, descrevo o caminho percorrido, bem como os obstáculos enfrentados, ao longo dessa trajetória. Ressalto, dentro do conjunto de metodologias adotado, o valor incalculável do trabalho de campo. Sem ele, as minhas reflexões poderiam apresentar, inconsistências indesejáveis à pesquisa.

Antes, porém, de apresentar minhas conclusões, começo por esclarecer a composição do título desta pesquisa. Eu busquei preservar a estrutura básica que compõe o título-nome do jornal, com vistas a uma recontextualização do seu significado real (cf. capítulo 4): O *Boca de Rua* é, nesse espaço acadêmico socialmente reconhecido, um periódico identificado com alto potencial de comunicabilidade, ao mesmo tempo em que representa para os/as seus/suas comunicadores/as populares um espaço de possibilidades outras das, atualmente, ofertadas seja por instâncias governamentais, seja pela outra parcela da população que, ainda, vive sob o prisma superficial das relações estabelecidas e não entende o que realmente significa viver, em sociedade.

Antes de apresentar os resultados obtidos, é necessário que eu retome as questões que nortearam a pesquisa: 1) Como pessoas em situação de rua de Porto Alegre são representadas no jornal *Boca de Rua*? 2) Que grau de participação de pessoas em situação de rua na produção, bem como na edição, pode ser depreendido dos textos publicados no jornal? Há indícios de autorrepresentação? 3) Como os demais agentes participantes do projeto que envolve a produção do jornal interferem nessa produção? Há hierarquias estabelecidas na composição do jornal em questão? Como as pessoas em situação de rua se veem enquanto participantes do projeto?

As análises me apontam que o *Boca de Rua* caminha para a concretização de uma *identidade de resistência*, nos termos de Castells (2000). Entretanto, é possível, pelas representações de atores sociais empreendidas, uma luta travada no esforço de resistir às representações hegemônicas. Em outras palavras: mesmo configurando-se como espaço de mostrar o cotidiano das ruas, assumindo o compromisso de ser “porta-voz

exclusivamente de moradores de rua” o empreendimento, em alguns momentos, é mitigado, visto que se o objetivo é representar essa parcela da população atuante na sociedade, algumas construções linguísticas fazem entrever não um ator-protagonista e sim ator-beneficiário. Contudo, esse conflito indica o esforço empreendido pelos membros em combater a representação pictórica veiculada pela mídia latifundiária.

O segundo ponto observado, referente à participação na produção do jornal, o baixo grau de tecnologização discursiva verificado no momento das análises, é um indício muito forte da participação dos/as colaboradores/as na produção. Estruturas como “o cara que tá doente” e “eles pagam um gurizão para chegar” são marcas de oralidade típica desses colaborado/as, além é claro da produção do jornal sob o pressuposto que o/a leitor/a sabe de quem se trata (cf. a narrativa do excerto 1). Tais vestígios indicam que a equipe técnica do jornal não prescinde da citada tecnologização respeitando, em alguma medida, o texto produzido nas oficinas.

A ida a campo me possibilitou (re)conhecer alguns atores participantes do projeto. Mesmo não tendo participado das oficinas de texto, posso dizer, com certa margem de segurança, que há autorrepresentação nos textos sim e me sustento em dois dados: a maioria das pessoas que aparecem representadas nos textos veiculados no jornal são as mesmas que produzem. Isso porque as construções das notícias são baseadas na experiência que compartilham nas citadas oficinas.

Por fim, no que concerne à participação das pessoas em situação de rua envolvidas na produção do jornal, esta pode ser definida como grau máximo. Todas as etapas do processo são elaboradas pelos/as colaboradores/as desde a pauta, até a produção dos textos, a Rosina Duarte, coordenadora do projeto, me informou que eles/as só não participam da diagramação final, visto que esta é feita em uma gráfica onde o espaço particular é restrito à equipe a ela vinculada.

Enquanto analista, e mesmo sabendo que há muitas lacunas a serem preenchidas no texto que por hora se encerra, é inegavelmente recompensador lidar com um material tão rico e emancipatório. Nesse primeiro momento, onde a ADC e o trabalho aqui empreendido mais contribuiu para o meu crescimento que o contrário, é me deparar com uma ação inovadora onde mais que comunicar, busca resgatar relações fragilizadas, valores esquecidos e, acima de tudo, grita que é possível haver mudanças sim! Eu, enquanto participante desta possível mudança, deixo as minhas impressões e que este material possa servir de base para muitos outros estudos engajados numa perspectiva de

mudança. Afinal, “para mudar, é necessário ousar. Jogar fora aquilo que não serve mais. Não há sonhos novos com velhos hábitos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, María del Pilar Tobar. *Protagonismo face à inevitabilidade da violência: vozes da rua em Ocas" e em o Trecheiro*. Dissertação de Mestrado (Linguística). Universidade de Brasília, 2012.

ACOSTA, María del Pilar Tobar; SANTOS, Andreia Alves dos.; SANTOS, Gersiney Pablo. 'O que um morador de rua pode fazer nessa situação?' - Uma análise discursiva crítica da representação de albergues e abrigos em street papers brasileiros. In RESENDE, Viviane de Melo (Org.). *Análise de Discurso Crítica e Extrema Pobreza*. VII Colóquio da REDLAD. Cadernos de Linguagem e Sociedade. Vol. 14 n. esp. 2013.

ANGROSINO, Michael. *Etnografia e observação participante*. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAKHTIN M. *O freudismo*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

BHASKAR, Roy. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. Brighton, The Harvester Press. 1979.

_____. *A realist theory of science*. 2ª ed. Londres: Verso. 1997.

BENEVENUTO, Álvaro Jr. *Para apreender alternativo na comunicação contemporânea*. UNIrevista v. 1, nº 3: 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação – o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *As armadilhas da exclusão*, In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. Rev. ampliada. São Paulo: Educ. 2007.

_____. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis - RJ: Vozes, 2008.

CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. Rev. ampliada. São Paulo: Educ. 2007.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário escolar da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 219.

COSTA, M. C. M. A. & LAGO E. S. Nelson Chaves, *O homem que amava o tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*. UFPE, 2007.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

_____. *Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica*. Versão para o português: Iran Ferreira de Melo. *Linha d'Água*, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FLICK, Uwe. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

_____. *Desenho da pesquisa qualitativa*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

FURRIELA, Rachel Biderman. *Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIORGETTI, Camila. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: Fapesp, Educ, 2006.

GOUVEIA Carlos. A. M. *Análise Crítica do discurso: enquadramento histórico*. In MATEUS, M. H. M. & CORREIA C. N. *Saberes no tempo – homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 335-51.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An introduction to functional grammar*. Londres: Hoder Arnold, 2004.

HAMLIN, Cyntia Lins. *Ontologia e gênero: Realismo crítico e o método das explicações constrativas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23, nº 67. 2008, p. 72-81.

_____. *Realismo crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais*. Dados, 43 (2): 373-397. Vol. 43 nº 2. Rio de Janeiro, 2000. Disponível no site http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000200006
Acesso em dezembro de 2012.

HOUAISS, Antônio (Instituto). *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 711.

HUGHES, John. *A Filosofia da Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge, 2006.

LAWSON, Tony. *Economics and reality*. Londres: Routledge, 1997.

LEXIKON, Herder. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Cultrix, 1997.

MAGALHÃES, Izabel. *Introdução: A Análise de Discurso Crítica*. D.E.L.T.A, 21: Especial, 2005 p. 1-9.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Cortez, 2008.

MATTOS, Ricardo Mendes. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. Dissertação (Mestrado) – Universidade São Marcos: Psicologia, 2006.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. *Quem vocês pensam que (elas) são? – representações sobre as pessoas em situação de rua*. In: Psicologia & Sociedade. São Paulo: 16 (2), p.47-8, maio/ago. 2004.

McGEE, T.G. *The urbanization Process in the Third World: Explorations in Search of a Theory*. London, Bell & Sons, 1971, in SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 46.

McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensão do homem* (Understanding media). Trad. Décio Pignarati. 16. ed. São Paulo: Cultrix, [1964] 2007.

MENDES, Jussara Maria Rosa; BULLA, Leonia Capaverde; PRATES, Jane Cruz; MEDEIROS, Maria Bernadette de Moraes. *A exclusão social como uma das manifestações da questão social no contexto brasileiro*, in BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. *As múltiplas formas de exclusão social*. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004.

MISSIO, Fabrício José. *Metodologia e filosofia da ciência, realismo crítico e teoria pós-keynesiana*. Texto disponível em <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2010/docs/metodologia.pdf>

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem para onde vai?* São Paulo: SENAC, 2001.

NEVES, M. H. de M. *A teoria linguística em Aristóteles*. Alfa, São Paulo, 1981.

RAMALHO, Viviane Cristina Sebba Vieira. *Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico*. Cadernos de Linguagem e Sociedade. Vol.8, 2006/7.

_____. *Discurso e ideologia na propaganda de medicamentos: um estudo crítico sobre mudanças sociais e discursivas*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2008.

_____. *Contato de gêneros discursivos: hibridismos na comunicação em saúde*. PAPIA 21 (Volume Especial), p. 101-116, 2011.

RAMALHO, Viviane Cristina Sebba Vieira; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para) a crítica*. Campinas: Pontes editores, 2011.

RAJAGOPALAN, Kanavillil *Por uma linguística crítica*. São Paulo, [2003] 2009. Parábola Editorial.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese de Doutorado (Linguística). Universidade de Brasília, 2008a.

_____. “Não é falta de humanidade, é para dificultar a permanência deles perto de nosso prédio” – Análise discursiva crítica de uma circular de condomínio acerca de “moradores de rua” em Brasília, Brasil *Discurso & sociedade* Vol. 2(2). Colômbia: 2008b.

_____. *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico*. Campinas: Pontes, 2009.

_____. *Publicações em língua portuguesa sobre população em situação de rua: análise de discurso crítica* (projeto de pesquisa integrado). Universidade de Brasília, 2010.

_____. A revista *Cais* entre o protagonismo e o assistencialismo: uma análise discursiva crítica. *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº 94. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2012. (p. 21-40).

RESENDE, Viviane de Melo; MARCHESE, Mariana Carolina. “São as pessoas pobrezitas de espírito que agudizam a pobreza dos pobres”: análise discursiva crítica de testemunho publicado na revista cais – o método sincrônico- diacrônico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, vol. 12 nº 2. Brasília: Programa de pós-Graduação em Linguística, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane Cristina Sebba Vieira. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RIETE, Alessandra. *Boca de Rua* [Documentário]. Direção, roteiro, produção e edição de Alessandra Riete, Carolina Kazue, Cristina Arikawa, Fabrício Teixeira e Liane Rodrigues. Projeto experimental em TV - Unisinos. Jul/2011. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=BUnyJqhnRrc&list=FL5fRyLpLi8uchmIJzO6DMWg&index=18>. Acesso em janeiro de 2013.

ROZENDO, Suzana da Silva. *Street papers: jornalismo ou forma de comunicação?* Vozes & Diálogos vol. 10, nº 1. Itajaí: Set./dez. 2011.

SANDÍN ESTEBAN, Maria Paz. *Pesquisa qualitativa em educação*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOS, Gersiney Pablo. *O jornal Aurora da rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico*. Dissertação de Mestrado (Linguística). Universidade de Brasília, 2013.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo, 2009. Edusp.

SAYER, Andrew. *Características-chave do Realismo Crítico na prática: um breve resumo*. *Estudos de Sociologia*. Revistado Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 6(2): 7-32, 2000.

SCARPONI Alberto, in LUKÁCS György. Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, Denize Elena Garcia da. *Estudos críticos do discurso no contexto brasileiro (por uma rede de transdisciplinaridade)*. Eutonomia – Revista de Literatura e Linguística. Edição 9, Ano V, Jul/2012.

SILVA, Denise Elena Garcia & RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica: representações sociais na mídia*, in *Análises do Discurso hoje* vol. 2 Org. p. 265-92.

SOARES, Laura Tavares. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOLL, Francisco; NICOLAIEWSKY, Luana; CORSO, Julia. *Arquivo Boca de Rua* [Mini-documentário]. Produção de Julia Corso. Direção de Francisco Soll e Luana Nicolaiewsky. Enviado em 03.11.2011. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=gPnBKF1QLuI&list=FL5fRyIplLi8uchmIJzO6DMWg&index=20>. Acesso em janeiro de 2013.

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

VAN LEEUWEN, Theo. *A representação de atores sociais*. In Emília Pedro (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa, Caminho, p. 169-222, 1997.

_____. *Discourse and practice*. New tools for Critical Discourse Analysis. Oxford: 2008.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão & PEREIRA, Bill Nnes. *Estudos Etnográficos em administração* p. in *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática* / Organizadores: Marcelo Milano Falcão Vieira, Deborah Moraes Zouain. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho*, in CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo W.; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. Rev. ampliada. São Paulo: Educ. 2007.

WODAK Ruth. & MEYER M. *Methods of Critical Discourse Analysis*. (eds.) 2009: London: Sage.

ANEXOS

Reportagem retirada do exemplar Boca de Rua – (março, abril e maio) 2004.

PORTO DOS EXCLUIDOS

Um homem bem de vida, com dinheiro, mas mal vestido e com a roupa rasgada, entraria no aeroporto? Ceco deixa a pergunta no ar: "Vamos pegar o Presidente da República, o Lula, e botar uma roupa velha, tirar a barba. Será que ele vai entrar?" A exclusão social é consequência da discriminação e do preconceito. "Aí vem o racismo e a violência", explica Patrícia. Para Joeci, exclusão social acontece assim: "Às vezes somos barrados e até agredidos sem merecermos, só porque somos moradores de rua". Quando Joeci estava no Exército, amigos dele foram excluídos por indisciplina: "Fora do Exército, a gente é excluído mesmo sem ser indisciplinado, pela cor, pela raça, pela condição social".

O sistema de saúde também exclui. "O cara que tá doente, pode ser branco, negro, o que for, tem que ter atendimento", fala Tiago. Mas se os moradores de rua chegarem a um posto sem documentos não são atendidos.

Para morador de rua, computador é o cérebro. Alguns sabem mexer, mas cadê o computador? Na Escola Porto Alegre é só para uma parte das crianças de rua. Nos Telecentros os moradores de rua não vão, porque ficam longe do Centro, onde a maioria mora. "Não temos condições de pagar passagem e, se vamos caminhando, chegamos muito cansados. Acabamos dormindo e não aprendendo nada", diz Ceco. Outra forma de exclusão aconteceu quando Careca foi a uma pizzaria em que aniversariante não paga se estiver acompanhado de quem paga. Mas não entrou, porque era morador de rua. Podem excluir pela roupa, pela maneira de falar, pelo jeito da pessoa. "Até por causa de um banho, de roupa suja – tem firma que não aceita se tá de chinelo", diz Cris. No mercado, se um morador de rua entra, os guardas ficam seguindo. A pessoa percebe, se sente mal, e ela mesma se exclui. Enquanto ficam cuidando dos moradores de rua, outras pessoas mais bem arrumadas podem estar roubando. "Muitas vezes nem vendem pra nós, dizem que não têm a mercadoria"; reclama Luiz. Por exemplo: cigarro. "A gente. vê que tem, mas dizem que não, ou dão um preço alto pra não comprar, porque, se comprar uma vez, vai comprar duas, e eles não querem que volte".

Também entre os excluídos há pequenas formas de exclusão. W. e C. reclamaram de discriminação na ONG Igualdade. "Eles disseram que lá é local de travesti com peito. Mas não precisa ter peito para ganhar dinheiro", falou C. "Eu ganho meu dinheiro assim desde os nove anos", disse W.

PROIBIDO PARA QUEM TEM DINHEIRO

Os burgueses não entram nos lugares que os moradores de rua frequentam porque têm medo de serem assaltados. A única hora que chegam perto é quando querem buscar droga. E, mesmo assim, eles pagam um gurizão para chegar, o "aviãozinho". Diz que rico não entra em favela, mas lá ele é bem tratado.

Se a alta sociedade vai ao sopão levar doação, fica com medo quando vê as pessoas na fila. Quando tem panelão na Praça da Matriz, e junta muitos moradores de rua, o pessoal da redondeza também não chega ali. Na Ponte da Água Verde (dos Açorianos), as pessoas de classe média e alta não podem passar à noite porque é área onde rola tráfico e algum dependente químico, para saciar suas necessidades, pode querer roubar. A praça Garibaldi, à noite, também é intransitável para quem tem dinheiro. E quem vai de dia andar de bicicleta e caminhar no Parque Redenção, de noite não vai lá, porque, assim como tem alguns moradores de rua, vêm alguns filhinhos de papai para usar ou comprar droga e se prostituir.

AS DUAS CIDADES SE ENCONTRAM

Existem lugares em que as duas cidades, a dos dito excluídos e as dos não excluídos, se encontram. São os parques, as feiras, as praias do Guaíba, a Casa de Cultura Mario Quintana, o Gasômetro, e outros espaços culturais. Também no festival GLS, ou no Mix Brasil. Nos shows do anfiteatro Pôr-do-Sol, nas muambas dos carnavais, nas festas como Nossa Senhora dos Navegantes e nos ensaios abertos das grandes escolas de samba do Grupo Especial de Porto Alegre. No futebol também, porque tem ingressos baratos. Nessas horas, a cidade dos dito excluídos aproveita a cidade dos abonados para vender jornais, cerveja, refrigerante, sacolés - tudo que um ambulante tem pata vender. Ele se diverte, ao mesmo tempo que ajuda na limpeza, catando lata, recolhendo papéis, cuidando e lavando os carros dos ricos. Não é uma confraternização, porque tem muito preconceito, muita discriminação decorrente da desigualdade social. Esse conagraçamento só ocorrerá quando houver distribuição de renda mais igualitária. Enquanto não ocorrer, sempre a cidade dos excluídos vai recorrer à outra cidade para suprir suas carências.

PERMITIDA, MAS COM LIMITES

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não digo que haja discriminação contra mim, mas um estranhamento e, mesmo, certa perplexidade coma presença de um graduando que até setembro de 2003 dormia num albergue. Os estudantes constantemente me chamam de "miserável", "necessitado" ou "louco de rua ", dando a entender que os benefícios que são disponibilizados pela universidade para todos, para mim, dada a minha o condição anterior de sem-teto, são um "favor", uma "caridade", enfim, um quebra-galho assistencialista e obsequioso.

Também contribui para esse estranhamento o seu processo seletivo que, historicamente, privilegia estudantes de um elevado nível sócio-econômico, o que é lamentável, pois o vestibular deveria se democratizar verdadeiramente prevendo, inclusive, a distribuição de cotas para negros, pardos e indígenas, premiando, assim, a diversidade cultural e sepultando, definitivamente, o espectro do preconceito e da discriminação.

(Reinaldo, ex-morador de rua hoje vivendo na Casa do Estudante, aluno da Ufrgs)

A assinatura pela reportagem é coletiva. Não há menção de pessoa(s) ou grupo(s) específico(s) para o texto. Os responsáveis pelo texto aparecem coletivizados em um Box padrão constantes todas as publicações do *Boca de Rua*, na última página do folheto.

Fecharam as pontes. E aí?

A Prefeitura mandou fechar as pontes em Porto Alegre. Os que viviam nestes locais foram para as praças ao redor. De que adianta sair debaixo das pontes e ficar na rua igual? A pressão também está grande com as pessoas que dormem embaixo das marquises. Jogam água nos moradores de rua para eles saírem. Nas praças, tiram deles as poucas coisas que têm, e ainda apanham. A Prefeitura arruma as ruas, mas albergue, que é bom, não faz mais. Tinha que ter mais Casas de Convivência, para a pessoa ter onde ficar durante o dia.

As pontes não são melhores do que os abrigos, e nem tem vagas nos abrigos. As que têm não são suficientes. Algumas pessoas não vão para os abrigos porque não gostam das regras, dizem que o abrigo parece uma prisão. Embaixo da ponte tem mais liberdade, não tem horário para acordar, para dormir, pode fumar. A higiene é precária, e o pessoal tem consciência dos riscos que corre. Também acontece que, depois de muitos anos na rua, algumas pessoas se acostumam com esta situação, se desestruturam psicologicamente e desanimam. Aí não conseguem ficar nos abrigos.

G. queria ficar num albergue, mas o marido trabalha com frete e carreto e no albergue tem horário para entrar e sair. Também não tem onde deixar o carrinho de papelão. “Vamos para o Demhab e não dão casa, dizem que é só para os casos de desabamento e incêndio”, reclama G.

R. foi preencher uma ficha de emprego e não aceitaram porque ela não tem domicílio fixo. O serviço é que nem uma terapia ocupacional: se a pessoa se concentra, não usa drogas, e está trabalhando.

Tinham que oferecer mais fontes de renda – cursos ou especialização para o povo se organizar. Há dois anos não tem mais o Programa de Reinserção à Atividade Produtiva (RAP). Tinham prometido para janeiro, mas não saiu novamente. As opções são catar lata, garrafa, pedir dinheiro na sinaleira, engraxar sapato, cuidar de carro em locais onde não tem parquímetro ou depois do horário deles. O Estado e o Município têm que oferecer condições como o RAP, e não só prometer. Porque aí teriam condições de cobrar a saída da rua, estariam oferecendo uma alternativa.

Só cursos de computação não adiantam. Na sua maioria, esses cursos são para quem tem endereço fixo e para quem tem mais estudo. Morador de rua já tem pouco estudo, então tem que ter mais cursos de marcenaria, jardinagem, padaria, ajudante de confeitaria. Além disso, deviam oferecer estrutura para se ter um endereço provisório ou fixo até depois que a pessoa ultrapassar o período de experiência, senão ela recebe o primeiro salário e tem que deixar logo o abrigo.

Existem prédios e terrenos vazios que poderiam ser usados para construir um local onde se poderia fazer artesanato, morar. Se a pessoa tivesse um serviço para se ocupar todo o dia, para sobreviver e sair dessa rotina, seria melhor. Todo mundo devia ter uma oportunidade de ter um objetivo na vida. O uso da droga já é consequência dessa falta de objetivo. Se as "regras" da sociedade não gerarem essa oportunidade, nada vai

mudar. Expor as pessoas do jeito que estão fazendo, cada vez mais, só vai agravar a situação.

O governo está empurrando a situação com a barriga, não resolve o problema. A FASC está falhando. A Prefeitura está falhando. O dinheiro que gastam tapando as pontes podiam usar para construir casas para o povo da rua. O que um morador de rua pode fazer nesta situação?

MOVIMENTO LUTA POR CASA E DIGNIDADE

No dia 09 de abril, o Boca de Rua fez uma visita à ocupação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) na avenida Padre Cacique, em Porto Alegre, para saber como as pessoas se encontram na nova ocupação, depois da saída do prédio da Caixa Econômica Federal, na avenida Mauá, e como eles se sentem na nova casa que a Prefeitura deu para eles.

O espaço estava abandonado há dois anos. Era uma casa que recebia as meninas vítimas de abuso sexual. Houve a intenção de deixar alguém cuidando, mas acharam melhor deixar fechada e aí foi sucateada. Foi indicada pelo Movimento porque o local oferecido pela Prefeitura na Vila Cruzeiro ficava muito distante – as crianças estudam e os adultos trabalham como ambulantes no Centro.

Os integrantes do MNLN vão investir na auto-sustentabilidade do espaço ocupado.

Bruno Ribeiro Remião, de 19 anos, falou que no galpão da FASC ele se sente mais despreocupado, porque a polícia não vai invadir a qualquer hora. Na primeira ocupação ele se sentia muito pensativo e preocupado. Para desocupar o prédio da Mauá foi um absurdo, chamaram GAT, bombeiros, helicóptero, equipamento de choque, como se as pessoas que ali estavam vivendo fossem um bando de ladrões, e eram famílias, mulheres e crianças. Bruno disse que sabia que, do mesmo jeito que ocuparam, um dia iam ter que sair. Para eles, entrar foi pior do que sair. Quando saíram, tinham o pensamento de que quanto mais a gente perde, mais a gente ganha no final. Felizmente, não houve agressão na retirada, mas o medo que colocaram nas crianças foi muito ruim. Pra que tudo isso?

No novo prédio agora são 30 pessoas que dividem três quartos e só um banheiro. O morador Piauí falou: "Estamos praticamente sem nada. A energia elétrica é puxada por gato. Tomamos água da torneira, lavamos roupa em balde, tem pouca comida". Quando o Boca visitou o local pela primeira vez, os moradores da ocupação estavam alojados em péssimas condições, sem telhado em boa parte do local, sem portas e as condições de alimentação eram precárias: só tinha aipim e banana da terra.

Dois meses depois, o Boca encontrou o espaço ainda com água e energia elétrica conseguidas à custa de "gatos". Foram reestruturadas as comissões de finanças, geração de renda, comunicação e relação política. A metade das telhas chegou e providenciou-se a cobertura do dormitório e da área de produção, trabalho realizado em regime de mutirão.

A coordenação do MNLN pretende retomar as oficinas de serigrafia, corte e costura, reciclagem de papel para artesanato, roupas customizadas e crochê, desarticuladas após a expulsão do prédio da avenida Mauá, e aumentar a produção de pães e cucas para comercialização e consumo interno. Eles tentam botar na rua o que sabem fazer, para poder se alimentar e se vestir. Também fazem essas coisas para se aperfeiçoar. Bruno queria ensinar capoeira para as crianças da ocupação, mas não tinha instrumentos.

Entre tudo isso que acontece lá, eles não usam drogas dentro da casa. Cada um faz as suas coisas fora da casa, para não prejudicar os outros. Tem regras como nos

abrigos e albergues. Bruno comunica: "A gente abre as portas para todos e está bem chegado. Só que tem que saber se movimentar com essa movimentação toda que é a luta por todos e pelo certo".

Ni, uma das integrantes, conta que chegou à ocupação como voluntária para ajudar as pessoas e com uma ideia de poder melhorar o convívio e as discussões. Ela falou que podem ter tirado o prédio das pessoas, mas não tiraram a dignidade e tudo o que viveram e aprenderam lá dentro.

Algumas pessoas do movimento que têm casa deixaram tudo para trás para viver uma nova vida. Elas foram para a ocupação para tentar mudar algumas coisas junto com o pessoal e para conviver com outras pessoas. Alguns foram lá pela experiência, gostaram da proposta de colaboração e ficaram. Todos no Movimento trabalham. Alguns compram produtos no atacado e revendem como ambulantes no varejo. Outros são camelôs, artesãos, profissionalizados com carteira assinada (trabalham em escritório).

As famílias estão sendo assistidas pelo núcleo do Programa Fome Zero do Programa de Aquisição de Direitos e Impacto Social com a cessão de gêneros alimentícios para quem contribui nas comissões ou grupos de trabalho.

Quanto à saída do espaço, existe uma condicionante: a coordenação do MNLM e a Prefeitura assinaram um termo de compromisso de que as famílias somente sairiam após a administração municipal resolver o problema, indicando outro espaço.

Participaram deste texto: Chinezinha, Marcos Vinícius, Janaína, Reinaldo, Luiz Carlos do Rosário, Luiz Fogaça e Suzana

Reportagem retirada do exemplar Boca de Rua (Especial setembro) 2010.

O OUTRO LADO DA HISTÓRIA

Quando a sociedade pensa em segurança, não vê o abuso da autoridade.

Pobre não tem direito a segurança, só rico que tem. Os brigadianos estão aí para defender a todos, mas não defendem, eles batem primeiro e depois interrogam. Só que não fazem isso na frente das pessoas e por isso a sociedade não vê este tipo de violência. Nos últimos tempos a situação piorou muito para quem trabalha nas ruas, especialmente depois que pegaram o filho de uma personalidade política muito importante fumando crack na Vila dos Papeleiros. E agora com esta campanha contra o crack, então ...

A verdade é que algo estranho vem acontecendo nas sinaleiras da capital. A ma não parece ser mais de todos. Por que quem vende bala e bergamota pode estar na sinaleira e os guris com os seus malabares, bolinha, com o rodo e os santinhos são vistos como alguém que está extorquindo as pessoas? Para os integrantes do Boca de Rua, por exemplo, eles falam que, com o jornal, nós estamos extorquindo os motoristas Pedem para "sumir com esse lixo da sinaleira", dizendo que só o Diário Gaúcho e a Zero Hora é que são jornais de verdade. Não há número de incertas no dia. Os brigadianos nos pegam cada vez que nos encontram, mesmo que faça cinco minutos que cruzaram com a gente.

Essa matéria era para ser uma coluna com breves relatos de violência. Mas eram muitos relatos, e não eram breves. E nem chegamos a falar do preconceito e da discriminação. Isso também não é violência?

Banho no dilúvio

No domingo, 14 de junho, a noite já tinha caído, quando por volta das 19h30min o Índio também caiu. Na verdade, ele foi arremessado dentro do Dilúvio, no meio da Ipiranga. Os policiais chegaram, disseram que a barbada ia acabar. Deram uma gravata no Índio, pegaram eles pelas pernas e braços e jogaram no arroio. Foi banho em noite de inverno.

Nem santo protege

No domingo, dia 21, às 14h30min, na sinaleira da Barão do Amazonas com o Ipiranga, o Leandro estava trabalhando com os santinhos, e um amigo com o rodo, quando os brigadianos desceram da viatura com um pedaço de pau na mão. Ele correu e o brigadiano falou: "eu vou quebrar teus dois joelhos para tu nunca mais correr de mim". Então entrou na viatura e acompanhou com o carro a toda corrida. O Leandro entrou em uma rua contramão e eles desistiram. Dessa vez, deu sorte porque era carro, pois se andam de moto ou a cavalo não tem escapatória.